

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GESTÃO INTEGRADA
DO TERRITÓRIO

Imirene Lodi dos Santos

**UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA E GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO:
apreendendo as dinâmicas territoriais da cidade de Governador Valadares**

Governador Valadares

2019

IMIRENE LODI DOS SANTOS

**UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA E GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO:
apreendendo as dinâmicas territoriais da cidade de Governador Valadares**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.

Governador Valadares

2019

Ficha Catalográfica - Biblioteca Dr. Geraldo Vianna Cruz (UNIVALE)

378.155

S237u

Santos, Imirene Lodi dos.

Universidade empreendedora e gestão integrada do território: apreendendo as dinâmicas territoriais da cidade de Governador Valadares [manuscrito] / Imirene Lodi dos Santos . – Governador Valadares, MG : UNIVALE, 2019.

182 f. : il. color. ; 29,5 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território – GIT, 2019.

Orientadora : Prof. Dr^a. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.

1. Universidade. 2. Universidade Empreendedora. 3. Território.
I. Souza, Maria Celeste Reis Fernandes de. II. Título.



UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

IMIRENE LODI DOS SANTOS

“Universidade Empreendedora e Gestão Integrada do Território: apreendendo as dinâmicas territoriais da cidade de Governador Valadares”

Dissertação aprovada em 07 de junho de 2019,
pela banca examinadora com a seguinte
composição:


Prof.^a Dr.^a Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Orientadora – Universidade Vale do Rio Doce


Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola
Examinador – Universidade Vale do Rio Doce


Prof. Dr. Hilton Manoel Dias Ribeiro
Examinador – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF / Campus Governador Valadares

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais, à minha irmã e ao meu sobrinho-afilhado, que são meu porto seguro, meu território do amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, criador de todas as coisas, por me capacitar e me inspirar em todos os momentos e por permitir que eu trilhasse o caminho do conhecimento e do amadurecimento pessoal e acadêmico.

Agradeço à minha família por me apoiar e me incentivar a realizar esse sonho que agora já não é mais sonho, tornou-se real. Obrigada por compreender os momentos de ausência e por sempre me dizerem que todo esforço valeria a pena.

Agradeço aos amigos que me incentivaram e me fortaleceram durante a jornada, em especial os amigos e companheiros de trabalho da UNIVALE.

Meu agradecimento especial à minha orientadora, Prof.^a Celeste, que me incentivou a retornar e a buscar esse sonho. Obrigada por caminhar comigo, por sua paciência, por seu carinho e por sempre ter uma palavra de incentivo nos momentos difíceis.

Agradeço aos professores, Haruf e Hilton, pelas valiosas contribuições durante a banca de qualificação.

Agradeço aos professores do GIT pelo conhecimento compartilhado.

Obrigada a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta história.

*“A diferença entre o que fazemos e aquilo
que somos capazes de fazer bastaria
para solucionar a maioria dos problemas
do mundo”.*

Mahatma Gandhi

RESUMO

A pesquisa tem como objeto as dinâmicas territoriais sobre a cidade de Governador Valadares, e estabelece um diálogo entre a Educação Empreendedora e os Estudos Territoriais. O objetivo geral da investigação é compreender as dinâmicas territoriais que se apresentam na produção acadêmica do Mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT), nos últimos 10 anos, sobre a cidade de Governador Valadares, e que podem contribuir para refletir a Educação Empreendedora. O aporte teórico utilizado foram as reflexões de autores do campo da Educação Empreendedora, cujas discussões sustentam a abordagem do empreendedorismo no contexto das universidades. Além desses, buscou-se em Henry Etzkowitz a fundamentação teórica para o debate sobre a universidade empreendedora, um dos aspectos-chave deste estudo, pela potencialidade de articular ações que contribuam para o desenvolvimento territorial. A análise da abordagem territorial amparou-se em estudos que discutem o desenvolvimento territorial e a abordagem integradora do território, tendo como referência as contribuições de Rogério Haesbaert e Luiz Oosterbeek. O estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa, de caráter exploratório, sustentado pela pesquisa bibliográfica e documental. O *corpus* de análise é constituído pelas dissertações produzidas pelo GIT nos últimos 10 anos e que tratam de questões relacionadas à cidade de Governador Valadares. O método de análise documental utilizado foi a Análise de Conteúdo, conforme é referenciado por Lawrence Bardin. Na análise empreendida, foram identificadas as dinâmicas territoriais que refletem as interações entre os agentes locais e que potencializam o movimento de Hélice Tríplice, proposto por Etzkowitz e redesenhado para os propósitos deste estudo, pela ótica da gestão integrada do território. Foi possível apreender nas dinâmicas analisadas os aspectos sociais, econômicos e ambientais, perpassados por componentes culturais e identitários. As conclusões do estudo apontam que o caminho para a universidade empreendedora se entrecruza com a gestão integrada do território, por meio da construção de alternativas satisfatórias para o desenvolvimento territorial, sustentado pelo capital social da cidade, em um movimento contínuo de interação entre a universidade e todas as esferas locais, que se comunicam e cooperam entre si, influenciando o potencial de gerar novos conhecimentos. A abordagem da gestão integrada do território se apresenta como catalizadora de movimentos que podem, além de potencializar o desenvolvimento

territorial, ampliar o próprio campo de estudos e práticas de Educação Empreendedora.

Palavras-chave: Educação Empreendedora. Universidade Empreendedora. Desenvolvimento Territorial. Gestão Integrada do Território.

ABSTRACT

This research concerns the territorial dynamics in the city of Governador Valadares, establishing a dialogue between entrepreneurship education and Territorial Studies. The general goal of the research is to understand the territorial dynamics present in the academic production of the Masters Program in Integrated Territorial Management (Gestão Integrada do Território, GIT in Portuguese), in the last 10 years in the city of Governador Valadares that may contribute to reflect the entrepreneurship education. The theoretical contribution come from the reflections of authors in the field of Entrepreneurship Education, whose discussions support the approach of entrepreneurship in the context of universities. In addition to those, the works of Henry Etzkowitz provided the theoretical basis for the discussion on the entrepreneurial university as one of the key elements in this study for its potential to articulate actions that contribute to territorial development. The analysis of the territorial approach is carried out is based on studies that discuss the territorial development and an integrated approach of the territory as proposed by Rogério Haesbaert and Luiz Oosterbeek. Thi study is characterized by a qualitative, exploratory approach, supported by bibliographical and documentary research. The *corpus* of analysis consists of the dissertations produced by the GIT in the last 10 years dealing with issues related to the city of Governador Valadares. The method employed in the analysis of documents was the Content Analysis proposed by Lawrence Bardin. The territorial dynamics identified reflect the interactions between the local agents that potentiate the movement of the Triple Helix, proposed by Etzkowitz and redesigned for the purposes of this study, from an integrated territorial management standpoint. In the analyzed dynamics it was possible to perceive the social, patrimonial and environmental aspects, permeated by the cultural and identity components. The conclusions of the study point out that the path to the entrepreneurial university intersects with the integrated territorial management through satisfactory alternatives for the territorial development sustained by the social capital of the city, in a continuous movement of interaction between the university and all the local spheres, which communicate and cooperate with each other, influencing the potential to generate new knowledge. The integrated territorial management approach presents itself as a catalyst for movements that can, in addition to enhancing territorial development, broaden the field of studies and practices of Entrepreneurship Education.

Keywords: Entrepreneurship Education. Entrepreneurial University Territorial Development. Integrated Territory Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O modelo de interação do campo da hélice tríplice	35
Figura 2 – Modelo de interação do campo da hélice tríplice proposto – universidade, sociedade e governo	49
Figura 3 – Localização da cidade de Governador Valadares	66
Figura 4 – Imagem de satélite da foz do rio Doce invadida pela lama de rejeitos	72
Figura 5 – Pico da Ibituruna e rio Doce em Governador Valadares	136
Figura 6 – Representação das interações nas dinâmicas sociais	146
Figura 7 – Representação das interações nas dinâmicas econômicas	148
Figura 8 – Representação das interações nas dinâmicas econômicas	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da produção científica do campo da educação empreendedora	28
Gráfico 2 – Número de produções do GIT, de 2011 a 2018	57
Gráfico 3 – Componentes do IDHM de Governador Valadares	70
Gráfico 4 – Distribuição do PIB de Governador Valadares por atividade econômica .	71
Gráfico 5 – Distribuição das dissertações por categoria	74
Gráfico 6 – Distribuição das dissertações por ano, conforme as categorias de análise	75
Gráfico 7 – Distribuição das dissertações da categoria dinâmicas sociais	76
Gráfico 8 – Referências naturais nas dissertações da categoria dinâmicas ambientais	136
Gráfico 9 – Distribuição das dissertações em zona urbana e zona rural	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Áreas temáticas do GIT	55
Quadro 2 – Dissertações do GIT defendidas no período de 2011 a 2018, que tratam da cidade de Governador Valadares	58
Quadro 3 – Dissertações que tratam de dinâmicas sociais	76
Quadro 4 – Organização das dissertações da subcategoria direitos	89
Quadro 5 – Organização das dissertações da subcategoria educação	104
Quadro 6 – Dissertações que tratam de dinâmicas econômicas	131
Quadro 7 – Dissertações que tratam de dinâmicas ambientais	137
Quadro 8 – Distribuição das dissertações em zona urbana	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADQF – Associação de Acolhimento aos Dependentes Químicos e Familiares
APL – Arranjo Produtivo Local
APS – Atenção Primária à Saúde
ASCANAVI – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva
ASDOG – Associação Samuel Domingues Gomes
AUHCOMUT – Associação Unificada das Hortas Comunitárias União e Trabalho
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CREAS POP – Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua
CSESFA – Centro Socioeducativo São Francisco de Assis
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DRD – Diário do Rio Doce
DRPC-GV – Delegacia Regional de Polícia Civil de Minas Gerais
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF – Estratégia de Saúde da Família
ETI – Escola em Tempo Integral
GIT – Gestão Integrada do Território
HAS – Hipertensão Arterial Sistêmica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI – Instituições de Longa Permanência para Idosos
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LVH – Leishmaniose Visceral Humana
MEC – Ministério da Educação
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NUVEM – Núcleo Universitário de Empreendedorismo
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAE – Programa de Alimentação Escolar
PHPN – Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNE – Portadores de Necessidades Especiais
RedeSist – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento de Governador Valadares
SESP – Serviço Especial de Saúde Pública
SMED – Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares
SMS – Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares
SSVP – Sociedade São Vicente de Paula
SUS – Sistema Único de Saúde
TIC – Tecnologias da informação e comunicação
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	23
2.1	DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA À UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA.....	23
2.1.1	A interação da universidade com a sociedade em busca do desenvolvimento local	32
2.2	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DINÂMICAS TERRITORIAIS.....	39
2.2.1	As dinâmicas territoriais na perspectiva da abordagem integradora do território.....	42
3	A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E O <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	52
3.1	<i>CORPUS</i> DE ANÁLISE: A ESCOLHA DA UNIVALE E DO PROGRAMA GIT	53
3.2	ANÁLISE DOCUMENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	62
3.2.1	Pré-análise	63
3.2.2	Exploração do material	65
3.2.3	Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação	65
4	DINÂMICAS TERRITORIAIS E A CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES	66
4.1	A CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES	66
4.2	APREENDENDO A CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES: DINÂMICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS.....	73
4.2.1	Dinâmicas sociais	75
4.2.1.1	Dinâmicas sociais – subcategoria comunicação	81
4.2.1.2	Dinâmicas sociais – subcategoria cultura e identidade	84
4.2.1.3	Dinâmicas sociais – subcategoria direitos	88
4.2.1.4	Dinâmicas sociais – subcategoria educação.....	103
4.2.1.5	Dinâmicas sociais – subcategoria formação histórica do território	111
4.2.1.6	Dinâmicas sociais – subcategoria migração.....	115
4.2.1.7	Dinâmicas sociais – subcategoria saúde.....	121
4.2.2	Dinâmicas econômicas	130
4.2.3	Dinâmicas ambientais.....	135

4.2.3.1	Dinâmicas ambientais – a relação da cidade com o Pico da Ibituruna.....	138
4.2.3.2	Dinâmicas ambientais – a relação da cidade com o rio Doce	140
4.3	PENSANDO A CIDADE NUMA ABORDAGEM INTEGRADORA.....	142
4.3.1	As interações identificadas nas dinâmicas sociais	145
4.3.2	As interações identificadas nas dinâmicas econômicas	147
4.3.3	As interações identificadas nas dinâmicas ambientais	149
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS.....	156
	APÊNDICES	174
	ANEXOS	180

1 INTRODUÇÃO

“Empreender”; “Tornar-se empreendedor”; “Ter seu próprio negócio”; “Geração de ideias para empreender”; “Empreender e mudar de vida”, são palavras e frases que comparecem quando se faz uma busca on-line com o termo Empreender e que retorna aproximadamente 9.320.000 resultados gerados em apenas 0,33 segundos. Empreender pois, encontra-se na ordem dos debates nos cenários econômicos e sociais que se desenham na atualidade, como se discute nesta pesquisa. Pelas intrincadas relações que se estabelecem entre as sociedades e a educação, não causa estranheza o comparecimento da temática do empreendedor no cenário educação, sob a denominação de Educação Empreendedora.

Os estudos sobre a Educação Empreendedora inserem-se no campo da Administração, uma vez que provocam a reflexão sobre o compartilhamento de esforços que visam ao estímulo do envolvimento para o desenvolvimento econômico local, por meio da criação e gestão de negócios de impacto para a comunidade, negócios que gerem valor e contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. O empreendedor, através de sua liderança e de sua capacidade de transformar ideias em negócios, reforça a importância do empreendedorismo para a economia, para a geração de renda e para a sociedade (LAVIERI, 2010).

Compreende-se que tais estudos encontram-se imersos no campo da educação, pois as discussões sobre a disseminação da cultura empreendedora destacam a emergência da criação de programas e políticas públicas de educação, bem como a criação de um ambiente adequado para se aprender a empreender, que “incentive educadores e alunos a despertarem dentro de si o espírito empreendedor e a explorarem o espaço potencial para o empreendedorismo” (TSCHÁ; CRUZ NETO, 2014, p. 66).

No panorama mundial, o ensino de empreendedorismo surge pela primeira vez nos Estados Unidos, no final da década de 1940. Impulsionado pelo período pós-guerra – marcado pela escassez de produtos – o governo americano recomendou que as universidades criassem alternativas para o desenvolvimento e a capacitação de pequenos negócios, estimulando assim a atividade econômica (SILVA; PENA, 2017). Como campo de estudo acadêmico, o empreendedorismo passou a ganhar mais atenção no Brasil a partir da década de 1990, em decorrência das transformações do

mercado de trabalho, especialmente considerando-se as elevadas taxas de desemprego entre os jovens (SILVA; MANCEBO; MARIANO, 2017).

No exercício de construção do objeto de estudo desta investigação, foi realizada, no período de abril a junho de 2018, uma pesquisa de estado da arte¹ sobre o tema Educação Empreendedora no ensino superior, através do levantamento de produções científicas disponíveis em duas bases de dados eletrônicas: Scientific Periodicals Eletronic Library (SPELL) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Nesse levantamento, utilizou-se os descritores: Educação Empreendedora; Ensino Superior; Território. O resultado da pesquisa indicou que o território não comparecia nas produções científicas que abordavam a temática da Educação Empreendedora no ensino superior, vislumbrando-se, assim, a possibilidade de realização de um estudo que tomasse o território como categoria teórica e analítica, pelo seu potencial de contribuir para o campo da Educação Empreendedora em estudos e práticas pedagógicas².

A condução deste estudo exigiu um exercício interdisciplinar pela busca de referências dos campos da Educação Empreendedora, do Ensino Superior e dos Estudos Territoriais. O aporte teórico para o debate da Educação Empreendedora apoiou-se nos estudos de diversos autores brasileiros do campo da Administração, que discutem a abordagem do tema empreendedorismo nas universidades. Além desses, buscou-se em Henry Etzkowitz a fundamentação para o debate sobre a universidade empreendedora, um dos aspectos-chave deste estudo, pela potencialidade de articular ações que contribuam para o desenvolvimento territorial. A análise da abordagem integradora do território³ amparou-se em estudos de Rogério Haesbaert e Luiz Oosterbeek, autores que contribuem para discutir o desenvolvimento territorial.

¹ Pesquisa de estado da arte constitui-se “em levantamentos do que se conhece sobre determinada área, desenvolvimento de protótipos de análises de pesquisas, avaliação da situação da produção do conhecimento da área focalizada” e pode, ainda, “estabelecer relação com produções anteriores, identificando temáticas recorrentes e apontando novas perspectivas, consolidando uma área de conhecimento e constituindo-se orientações de práticas pedagógicas para a definição dos parâmetros de formação de profissionais para atuarem na área” (ROMANOWSKI e ENS, 2006, p. 41).

² Pode-se depreender da análise dessa produção uma atenção ao fazer docente e a proposição de estratégias metodológicas em uma abordagem construtivista do conhecimento, e centrada na atividade do sujeito. Sobre essa perspectiva conferir Ronca e Amaral (2001).

³ Neste estudo, utiliza-se a descrição Gestão Integrada do Território (GIT) em letras maiúsculas para se referir ao Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território; utiliza-se gestão integrada do território, em letras minúsculas, para se referir à visão integrada dos fatores que configuram o território.

Os fatores que motivaram a realização do estudo estão associados às experiências vivenciadas enquanto docente em diversos cursos da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE) e pelas experiências à frente do Núcleo Universitário de Empreendedorismo (NUVEM). Em alguns cursos de graduação, observa-se que as discussões sobre Educação Empreendedora se encontram em estágio inicial. A inserção do tema comparece como disciplina curricular, em sua maioria na condição de obrigatória, com destaque para as áreas de Engenharia, Tecnologia e Saúde. Nessas áreas, a disciplina compõe a matriz curricular dos anos finais, ora com enfoque em criação e gestão de empresas, ora com enfoque na discussão das competências empreendedoras. Como docente responsável pela disciplina em diferentes cursos, constata-se que há pouco debate que fomente a abordagem do tema de forma transversal, o que possibilitaria tratá-lo a partir das interfaces entre a formação técnica e as questões locais, empenhando-se na busca de soluções para os desafios, a partir do diálogo entre a universidade e a cidade.

As possibilidades de articulação entre universidade e comunidade, que pode resultar na realização de projetos significativos para ambas as partes, motivaram no âmbito da UNIVALE, a discussão sobre a criação de um programa que contribuísse para a consolidação da cultura empreendedora e, em 2017, a gestão superior acadêmica autorizou a criação do NUVEM, cuja institucionalização foi aprovada mais tarde, pela Resolução CONSUNI 048/2017, de 20 de novembro de 2017 (UNIVALE, 2017).

A história de criação do NUVEM remete às atividades realizadas pelos cursos de Engenharia de Produção e Sistemas de Informação da UNIVALE, pautadas pela prática interdisciplinar do desenvolvimento de projetos integradores que articulam o tripé ensino-pesquisa-extensão.

O NUVEM compreende o empreendedorismo para além da articulação de práticas de criação de empresas. Por isso, é de fundamental importância que se estabeleçam ações que promovam o desenvolvimento do indivíduo, provocando mudanças nas atitudes dos estudantes, ampliação de seu conhecimento e suas capacidades para que, como sujeitos conscientes de si, possam se inserir criticamente na realidade, tornando-se agentes com potencial para transformar a cidade, a região e, porque não, o mundo.

Esse movimento de pesquisa que envolve a Educação Empreendedora no ensino superior nasce, portanto, de um encontro profissional que vem se fortalecendo

nos últimos anos. O interesse pelo tema e a experiência em ministrar disciplinas correlatas contribuíram para que os estudos sobre a Educação Empreendedora fossem se aprofundando. Somado a isso, as leituras sobre o território iniciadas com o Mestrado em Gestão Integrada do Território, sempre provocativas, levaram a compreender a importância desse diálogo entre a cidade e a universidade. Como uma das idealizadoras do NUVEM e pela experiência profissional vivenciada nas atividades que são realizadas, parte-se da premissa de que esta pesquisa poderá fornecer elementos importantes para a atuação do NUVEM e gerar contribuições significativas para a UNIVALE.

Consciente dos desafios do pesquisador que toma como ponto de partida para a construção dos objetos de estudo a experiência vivenciada, e ao tomar como objeto de análise as produções acadêmicas do Mestrado em Gestão Integrada do Território, um programa da própria universidade, campo de atuação desta pesquisadora há dezessete anos, busca-se refletir a partir das contribuições de Max Weber (2006) sobre a objetividade necessária à produção do conhecimento científico. Na busca pela objetividade, o pesquisador deve distanciar-se, tanto quanto possível, da experiência empírica para a construção de uma racionalidade fundada no aporte teórico e na busca de regularidades, que repercutem a importância do estudo em um dado contexto histórico e cultural. São indicativos da importância deste estudo a pesquisa de estado da arte, já citada sobre a Educação Empreendedora, e mesmo, o apelo social feito para o empreender, como ilustrado nas palavras e frases que abrem esta seção introdutória.

Portanto, esta dissertação se constrói com o objetivo de compreender as dinâmicas territoriais que se apresentam na produção acadêmica do Mestrado em Gestão Integrada do Território, nos últimos 10 anos sobre a cidade de Governador Valadares, e que podem contribuir para refletir a Educação Empreendedora⁴. O argumento de análise assume duas hipóteses:

- É possível apreender, a partir da produção acadêmica do GIT sobre a cidade de Governador Valadares nos últimos 10 anos, as dinâmicas territoriais que incluem as diferentes relações entre os atores sociais.
- A produção acadêmica do GIT nos últimos 10 anos pode trazer indicativos para ampliar a discussão da Educação Empreendedora na universidade

⁴ Os objetivos específicos se encontram no delineamento metodológico do estudo (capítulo 3).

favorecendo maior conhecimento sobre a cidade de Governador Valadares, e pode abrir outras possibilidades teóricas e práticas para a temática do empreendedorismo na educação.

A escolha da produção do Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT) como campo de análise foi motivada por dois aspectos: o primeiro define-se pela ausência de estudos que correlacionam Educação Empreendedora e território, evidenciado pelas tentativas de apreender o território em estudos bibliográficos de outras universidades⁵; o segundo, pelo reconhecimento de que, em seus 10 anos de história, o GIT vem produzindo conhecimento significativo sobre a cidade de Governador Valadares, conhecimento esse que se caracteriza por um esforço interdisciplinar e por sempre abordar as questões territoriais.

O estudo foi realizado a partir do levantamento das produções do GIT nos últimos 10 anos sobre a cidade de Governador Valadares. Trata-se de estudo com caráter exploratório, sustentado pela pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, seguindo o método de análise proposto por Bardin (2016), justificado pela necessidade de pôr em relevo as dinâmicas territoriais sobre a cidade de Governador Valadares manifestadas na produção do GIT e a estrutura das interações de hélice tríplice, ampliada para os propósitos deste estudo, que configuram essas dinâmicas.

A dissertação está organizada em três capítulos.

O capítulo intitulado, ***Relações entre universidade empreendedora e desenvolvimento territorial***, se propõe a discutir a Educação Empreendedora no ensino superior e o modo como as transformações sociais e econômicas provocam mudanças na universidade, levando as instituições de ensino a assumirem novos papéis na sociedade da informação. Ainda, discute a gestão integrada do território dinamizada pela interação entre as estruturas de ação local (representadas pela universidade, pelo governo e pela sociedade), que atuam proativamente para atender às necessidades dos grupos humanos.

O capítulo intitulado, ***A construção da pesquisa e o corpus de análise***, apresenta o delineamento metodológico da pesquisa, que envolve a caracterização do estudo, a definição do *corpus* documental com a contextualização da escolha da

⁵ Foram feitas buscas em portais de universidades e programas de pós-graduação na cidade, e em Minas Gerais.

UNIVALE e do GIT, bem como a explicitação sobre os procedimentos adotados para a análise documental.

Para finalizar, o capítulo denominado ***Dinâmicas territoriais e a cidade de Governador Valadares***, apresenta as percepções referentes às dinâmicas territoriais sobre a cidade de Governador Valadares, a partir da análise das dissertações do GIT.

Espera-se que a compreensão das dinâmicas territoriais contribua para a reflexão da Educação Empreendedora no ensino superior, a partir da análise da perspectiva territorial de desenvolvimento, que supere os limites setoriais das perspectivas de análise de desenvolvimento local e regional, e que focalize as potencialidades geradas pelas dinâmicas territoriais (que envolvem dimensões sociais, econômicas e ambientais) ligadas às relações entre os atores sociais.

2 RELAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Este capítulo se propõe a discutir a Educação Empreendedora no ensino superior e as dinâmicas territoriais, e encontra-se organizado em duas seções.

A primeira traça o percurso histórico da Educação Empreendedora no ensino superior, destaca o reconhecimento que o tema adquiriu ao longo dos anos e como esse reconhecimento tem contribuído para a ampliação do debate a partir de estudos teóricos e empíricos. Ainda nessa seção, discute-se como as transformações sociais e econômicas provocam mudanças na universidade, levando as instituições de ensino a assumirem novos papéis na sociedade da informação⁶, interagindo com outras esferas institucionais – como o governo, as empresas e a sociedade – em busca de respostas mais efetivas para as demandas da sociedade.

A segunda seção discute a abordagem territorial de desenvolvimento assentado em dinâmicas territoriais, que representam as ações dos atores sociais no espaço, nas dimensões social, econômica e ambiental. Discute-se, ainda, a gestão integrada do território dinamizada pela interação entre as estruturas de ação local, que atuam proativamente para atender às necessidades dos grupos humanos.

2.1 DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA À UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA

As crescentes transformações por que passam as sociedades, impulsionadas pelo acelerado desenvolvimento tecnológico, pela redução do ciclo de vida dos produtos, pela agressiva competição mundial e amplo acesso à informação, têm provocado reflexões acerca do modo como os indivíduos e as comunidades se adequam aos novos cenários impostos pelas novas dinâmicas econômicas e sociais (SEKIGUCHI et al., 2017). Tais transformações são traços de um contexto marcado por incertezas – de ordem política, econômica, social e ambiental. Cada vez mais somos confrontados por problemas complexos, que demandam pessoas

destinadas a atuar como agentes de mudanças e parceiras na criação coletiva de novas possibilidades. Pessoas que transformem conhecimento

⁶ A expressão “sociedade da informação” passou a ser utilizada para designar o período pós-industrial, e refere-se ao novo paradigma social que emergiu com o advento da internet e das tecnologias digitais. Para mais informações, consultar Castells (2003).

inovador em atividade econômica e promovam o desenvolvimento impulsionado pelo desejo criativo de empreendedor. (TSCHÁ; CRUZ NETO, 2014, p. 67)

Ao refletir sobre os cenários socioeconômico e político da contemporaneidade, percebe-se que questões relativas à retração da economia brasileira a partir de 2014, trouxeram implicações contundentes sobre o mercado de trabalho. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), no período compreendido entre o primeiro trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2017, “o número de pessoas desocupadas dobrou, passando de 6,5 milhões de pessoas para 14,2 milhões de pessoas (...)” (SEBRAE, 2017, p. 24).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo IBGE, o número de pessoas desocupadas variou no período transcorrido entre 2017 e 2018. No quarto trimestre de 2018 (outubro-novembro-dezembro/2018), a população sem emprego era de 12,2 milhões de pessoas, o que indica que 11,6% da população com idade igual ou superior a 14 anos está subutilizada⁷.

Se por um lado as implicações se referem à redução de postos de trabalho convencionais, há que se considerar, também, que as mudanças ocorridas no cenário mundial têm impulsionado o debate acerca de novas alternativas para que se fomente o desenvolvimento econômico e social das sociedades. Há aproximadamente uma década, nota-se um intenso movimento por parte dos empreendedores para a implementação de projetos que contribuam para a introdução de inovações tecnológicas, que gerem novas oportunidades de trabalho, fruto da capacidade criativa dos empreendedores (LOPES, 2010).

No âmbito desse debate, o tema Educação Empreendedora tem alcançado destaque, não apenas no Brasil, mas em diversos outros países do mundo. É nítido o crescimento do interesse pela temática “por parte dos diversos agentes da sociedade: dos estudantes, das instituições de ensino, tanto de seus dirigentes como de seus professores, de políticos e do governo, de diversos tipos de organizações” (LOPES, 2017, p. 03). O tema também está presente em discussões promovidas pela

⁷ Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23651-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-6-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-23-9-no-trimestre-encerrado-em-dezembro-de-2018>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

Organização das Nações Unidas (ONU), que destaca a importância de políticas de educação voltadas para o empreendedorismo (UNCTAD, 2011).

Lopes, Lima e Nassif (2017) afirmam que o tema Educação Empreendedora se tornou frequente devido ao seu potencial de desenvolver competências necessárias para que os jovens estejam mais preparados para os desafios do mercado, de modo particular o mercado de trabalho, ajudando-os a ampliar as oportunidades de carreira.

Com efeito, ao refletir sobre o cenário econômico atual e os desafios que esse cenário coloca para os jovens recém-formados, nota-se que as oportunidades de trabalho são cada vez mais escassas, principalmente quando se considera o modelo de trabalho tradicional, baseado em contratações via CLT⁸. Surgem novos modelos de trabalho e renda, e empreender se torna uma estratégia para a ampliação do mercado e o alcance de novas oportunidades de renda.

O empreendedorismo surgiu como um movimento externo à universidade, relacionado ao contexto da economia. Teóricos clássicos que discutem o tema, como Richard Cantillon⁹, Jean-Baptiste Say¹⁰ e Joseph Alois Schumpeter¹¹, defendem a relação entre o empreendedorismo e o processo econômico, a partir do seu potencial para gerar crescimento econômico para as sociedades. A partir da década de 1940, como será discutido adiante, o tema empreendedorismo chega à universidade, como componente curricular em cursos de formação superior.

O debate sobre o empreendedorismo no contexto da universidade passou por transformações na linha do tempo, similar ao que vem ocorrendo com a própria universidade, que ao longo de sua história passou por processos de redefinição de seus papéis.

⁸ Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, trata das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho (BRASIL, 1943). Neste estudo, denominamos por trabalho tradicional aquele em que há um endereço de trabalho fixo, com horário de início e término da jornada diária pré-definida e dependência do empregado para com o empregador, mediante pagamento de salário.

⁹ Richard Cantillon (1680-1734), banqueiro e economista do século XVIII, foi quem primeiro apresentou o termo empreendedor, na obra *Essai*, escrita por volta de 1730. (MARIANO; MAYER, 2011; SEBRAE, 2013).

¹⁰ Jean-Baptiste Say (1767-1832), economista clássico francês, divulgador da obra de Adam Smith e autor da célebre “Lei de Say”, também conhecida como Lei dos Mercados (1803). (MARIANO; MAYER, 2011; SEBRAE, 2013).

¹¹ Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), economista e cientista político austríaco, que enfocou a importância das inovações e dos avanços tecnológicos no desenvolvimento de empresas e da economia. As contribuições de Schumpeter representam um marco fundamental para o desenvolvimento da teoria sobre sistemas de inovação (MARIANO; MAYER, 2011; SEBRAE, 2013; SANTOS; OLIVEIRA, 2017).

Um primeiro movimento do empreendedorismo na universidade está relacionado ao ensino. A origem do ensino de empreendedorismo está ligada aos cursos de graduação em Administração e os registros apontam que os primeiros cursos direcionados ao tema surgiram nos Estados Unidos. Impulsionado pelo período pós-guerra – marcado pela escassez de produtos – o senado americano recomendou que as universidades criassem alternativas para o desenvolvimento e a capacitação de pequenos negócios, estimulando assim a atividade econômica (SILVA; PENA, 2017).

Data de 1947 a oferta do primeiro curso de empreendedorismo, pela Universidade de Harvard, ministrado pelo professor Myles Mace, para estudantes do programa *Master Business Administration* (LAVIERI, 2010; OLIVEIRA; MELO; MUYLDER, 2016; SILVA; MANCEBO; MARIANO, 2017; SILVA; PENA, 2017). Nas décadas seguintes, houve uma expansão da oferta de cursos, com destaque para o curso de empreendedorismo ministrado na Universidade de Nova York, em 1953, por Peter Drucker (DOLABELA, 1999; LAVIERI, 2010). No início da década de 2000, havia cerca de 1.400 cursos ofertados por universidades nos Estados Unidos (KATZ, 2003 *apud* LAVIERI, 2010). A expansão da oferta de cursos de empreendedorismo deve-se ao reconhecimento de sua importância para a economia e para a sociedade. “Começa a formar-se um consenso de que empreender é a resposta para escapar do subdesenvolvimento” (LAVIERI, 2010, p. 07).

No cenário brasileiro, a inserção do ensino do empreendedorismo nas universidades é marcada por dois eventos ocorridos na década de 1980: a realização do curso “Novos Negócios”, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas e a proposição da disciplina “Criação de Empresas”, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo (USP). Na década seguinte, o debate provocado pela disciplina ofertada pela USP converge para a criação de um Programa de Formação de Empreendedores nessa universidade, em 1992, e em Recife é criado o Centro de Estudos e Sistemas Avançados. Destaca-se também a criação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Programa Softex, em 1993¹². A essas iniciativas seguiram-se

¹² O Programa Nacional de Software para Exportação (SOFTEX) obteve como resultados: “- Incubação e graduação de Empresas, destaque na geração e ampliação de todo o Sistema SOFTEX, produzindo a pré-incubação de 76 novos empreendimentos, resultando na incubação de 90 e graduação de 83 novas empresas.

a criação do Centro Empresarial de Formação Empreendedora, pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, e da Escola de Empreendedores pela Universidade de Brasília, ambas em 1995. Em convergência com as iniciativas das instituições de ensino superior, em 1997 é criado o Programa REUNE (Rede de Ensino Universitário de Empreendedorismo) pelas instituições SEBRAE-MG, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Minas Gerais e Fundação João Pinheiro (DOLABELA, 1999; LAVIERI, 2010; SILVA; MANCEBO; MARIANO, 2017; SILVA; PENA, 2017).

Destaca-se também a realização no Brasil, desde 1993, do Empretec, programa de Educação Empreendedora desenvolvido pela ONU, sob a coordenação do SEBRAE. O programa, criado em 1988, é integrado à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), para a promoção do empreendedorismo e apoio à construção de pequenas e médias empresas para facilitar o desenvolvimento sustentável e o crescimento inclusivo. O programa já está presente em 40 países e, ao longo dos 30 anos de existência, vem contribuindo para a geração de receita dos negócios dos participantes, resultando em aumento de taxas de sobrevivência, crescimento e criação de novos empregos¹³.

Ao longo dos anos, o debate sobre o ensino de empreendedorismo no Brasil se intensifica, compreendendo-se que é importante promover, no plano nacional, estratégias e políticas que favoreçam a inserção da Educação Empreendedora nos currículos das instituições de ensino superior. Preocupações com a formação de professores também se apresentam, especialmente na perspectiva metodológica, com o foco no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes no processo de aprendizagem dos estudantes (INEP, 2017).

Um segundo movimento do empreendedorismo que pode ser apreendido a partir da revisão da literatura ocorre fora do ambiente da universidade, e está relacionado aos imperativos do mercado que fazem retroceder a oferta de emprego. Em busca de alternativas para a falta de trabalho e garantia de renda para a sobrevivência, as pessoas passam a buscar o empreendedorismo como alternativa. Atenta a esse movimento, a universidade desperta para a necessidade de

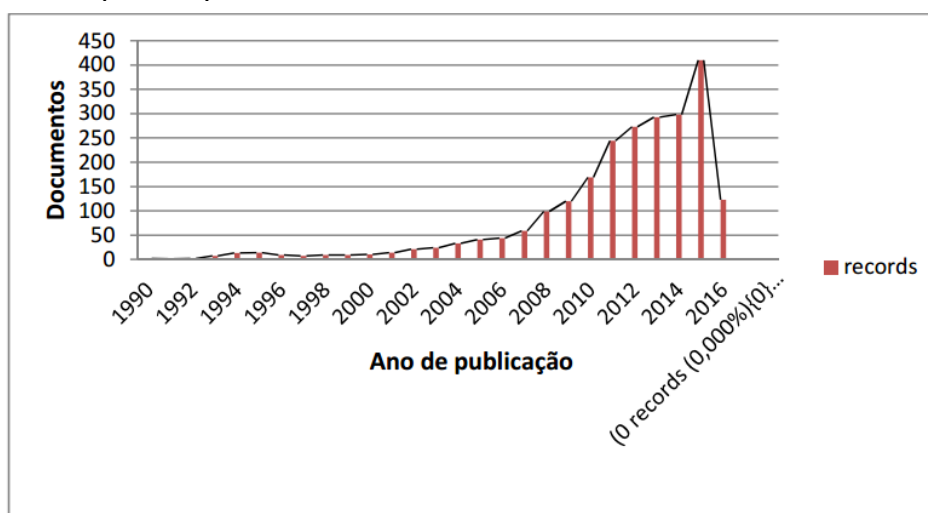
- Disseminação da Disciplina do Empreendedorismo nas instituições de ensino técnico e superior.
- Promoção e realização, em Brasília, do workshop “Análise Situacional e Prospectiva da Ação de Fomento do CNPq no Programa SOFTEX 2000”, proporcionando um novo foco de atuação para o Programa, refletido na chamada para submissão de projetos já na transição 2000/2001” (Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/realiz00.html>>. Acesso em: 08 set. 2018).

¹³ Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/DIAE/Enterprise%20Development/Empretec.aspx>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

compreender esse fenômeno. Nesse ínterim, começam a surgir na universidade pesquisas de cunho acadêmico que visam elucidar as lacunas referentes à compreensão do empreendedorismo, suas causas e relações com o desenvolvimento econômico.

Mapeando a produção acadêmica no campo da Educação Empreendedora, Oliveira (2016) realizou um estudo bibliométrico¹⁴ para avaliar a evolução das publicações internacionais. O levantamento foi realizado junto à plataforma Web Of Science¹⁵ e compreendeu o período de 1990 a 2013. O autor identificou que as publicações científicas no campo aumentaram a partir de 2006, conforme consta no gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da produção científica do campo da Educação Empreendedora.



Fonte: Oliveira, 2016, p. 550.

No Brasil, um estudo semelhante realizado por Ferreira et al. (2010) constatou que, no período de 1997 a 2008, o número de artigos apresentados no Encontro da

¹⁴ Os estudos bibliométricos utilizam uma variedade de fontes documentais para analisar o conhecimento num dado campo, como livros, artigos científicos, teses e dissertações, dentre outros. Compreende um conjunto de métodos utilizados para analisar os aspectos estruturais e dinâmicos da pesquisa científica, o impacto de documentos na evolução do campo e outras informações relevantes a partir de um determinado banco de dados (OLIVEIRA, 2016).

¹⁵ Web of Science é uma base de dados que permite acesso a referências e resumos em todas as áreas do conhecimento. Por meio da Web of Science estão disponíveis ferramentas para análise de citações, referências, índice h, permitindo análises bibliométricas. Cobre aproximadamente 12.000 periódicos. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pcollection&mn=70&smn=79&cid=81>. Acesso em: 04 jan. 2019.

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD)¹⁶, cuja temática era empreendedorismo, saltou de apenas 01 (um) em 1997 para 21 (vinte e um) em 2008, com destaque para o ano de 2007, quando 28 (vinte e oito) artigos foram apresentados.

O reconhecimento que a Educação Empreendedora adquiriu ao longo dos anos tem contribuído para a ampliação do debate a partir de estudos teóricos e empíricos, desenvolvendo-se como campo de conhecimento científico e enfatizando seu potencial de contribuir para a criação e disseminação da cultura empreendedora, e conseqüentemente, a formação de novos empreendedores (LAVIERI, 2010; SCHAEFER; MINELLO, 2016).

Um terceiro movimento do empreendedorismo na universidade que será explorado neste estudo é o da “universidade empreendedora”. Essa expressão designa o modelo de universidade que alcança uma identidade empreendedora ao utilizar suas capacidades para entender e abordar problemas e necessidades locais e aplicar o conhecimento no desenvolvimento de soluções. O conceito e o contexto da universidade empreendedora serão discutidos nas páginas seguintes.

Esse movimento de universidade empreendedora pode ser observado, também, em alguns elementos sinalizados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)¹⁷ para cursos superiores e no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância¹⁸ utilizado pelo Ministério da Educação (MEC).

Corroborando com autores do campo da Educação Empreendedora, compreende-se que ela deve compor a formação de estudantes em todos os níveis educacionais, desde a formação básica até o ensino superior (DOLABELA, 1999;

¹⁶ O EnANPAD é o segundo maior evento científico da área de Administração do mundo. É promovido anualmente pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), que desenvolve um consistente trabalho na promoção do ensino, da pesquisa e na produção de conhecimento dentro do campo das ciências administrativas, contábeis e afins no Brasil. Fonte: <<http://www.anpad.org.br>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

¹⁷ As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) compõem um conjunto de orientações do Conselho Nacional de Educação para as instituições de ensino superior. São instituídas para cursos específicos ou para grupos de cursos de áreas afins e, de modo geral, estabelecem o perfil desejável do formando, as competências e habilidades do formando, os conteúdos que devem nortear a formação do estudante, atividades de estágio, atividades extracurriculares, entre outros.

¹⁸ O sistema de avaliação de cursos superiores é conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O INEP produz indicadores e um sistema de informações que subsidia, tanto o processo de regulamentação exercido pelo MEC, como garante transparência dos dados sobre qualidade da educação superior a toda sociedade. Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de cursos desenvolvidos pelo INEP são o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e as avaliações in loco realizadas pelas comissões de especialistas. Disponível no sítio eletrônico do INEP (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao>). Acesso em: 05 jan. 2019.

LOPES, 2010; OLIVEIRA, 2016; LOPES; LIMA; NASSIF, 2017). Neste estudo, enfatiza-se a inserção da Educação Empreendedora no ensino superior pois acredita-se que

a universidade deve tomar para si o encargo de tecer uma rede de saberes inter-relacionados capazes de proporcionar ao aluno a busca da realização das utopias que levam a quebrar velhos paradigmas e destruir mitos que possam impedir o desenvolvimento de uma sociedade cidadã. (GUERRA; GRAZZIOTIN, 2010, p. 68)

Como instituição social (CHAUÍ, 2001; 2003; PIMENTA; ANASTASIOU, 2008), compreendida assim por ser parte da sociedade na qual se insere, a universidade reveste-se do compromisso de pautar suas ações em favor das demandas sociais que se apresentam, contribuindo para o desenvolvimento e bem-estar das pessoas.

O surgimento das primeiras universidades data do final do século XI e início do século XII, durante a Idade Média. Criadas para serem um espaço de construção e preservação de conhecimentos, as universidades medievais atendiam necessidades de sua época, priorizando uma cultura generalista, tendo como público os membros das famílias nobres (OLIVEIRA, 2007).

Ao longo de sua história, a universidade passou por significativas transformações, em função das reestruturações da sociedade. A partir da segunda metade do século XIX, a universidade migra de instituição de ensino para instituição de pesquisa, com atividades de ensino e pesquisa sendo realizadas em conjunto, atendendo às necessidades das disciplinas envolvidas (GUARANYNS, 2010; ETZKOWITZ, 2013).

Em virtude das transformações sociais, econômicas e políticas da sociedade, novas mudanças se fizeram necessárias no contexto das universidades. Dentre tais transformações destacam-se a globalização e seus efeitos, o avanço tecnológico, a expansão do conhecimento e do acesso ao mesmo, dentre outras (MELLO; ZARDO, 2017). Em um cenário de intensas e aceleradas mudanças, na segunda metade do século XX a universidade é convocada a redefinir seu papel e atuar no sentido de atender às demandas da sociedade. Para tal, o ensino e a pesquisa passam a se dedicar à aplicação de conhecimentos em soluções de problemas práticos da sociedade (CALDERÓN, 2004; GUARANYNS, 2010). A partir desse novo papel, a universidade assume a missão de promover o desenvolvimento econômico e social.

A universidade não é mais a universidade da Idade Média, uma comunidade isolada de eruditos. (...) a universidade está atualmente assumindo um papel mais fundamental na sociedade, um que a torna crucial para a inovação do futuro da inovação, a criação de empregos, o crescimento econômico e a sustentabilidade. (ETZKOWITZ, 2013, p. 41-42)

A redefinição do papel da universidade encontra críticas que se baseiam no argumento de que o novo modelo de universidade equipara o ensino a uma mercadoria, e compreende o estudante como cliente-consumidor, tendo em vista que a organização e a gestão universitária passam a adotar parâmetros da gestão de empresas para medir a eficácia de sua atividade (CHAUÍ, 2001; 2003; SILVA, 2001). Para os críticos, neste cenário, o controle não é apenas administrativo, mas também ideológico, e a universidade passa a ser fornecedora de conhecimentos e não mais o lugar da reflexão e da criação (CHAUÍ, 2001; SILVA, 2001).

Os argumentos apresentados neste estudo não objetivam o abandono ou esquecimento dos princípios norteadores da universidade, pautados na universalidade, na criação e preservação do conhecimento, da ciência e da cultura. O que de fato se defende é que outros aspectos devem ser adicionados para fortalecer a identidade da universidade, em especial, em seus vínculos territoriais.

De fato, ao produzir novos conhecimentos e promover sua aplicação a universidade contribui para o desenvolvimento, transformando conhecimento em benefícios para a sociedade (MELLO; ZARDO, 2017). Por isso, tomando como referência alguns dos autores que embasam a discussão teórica deste estudo (GUARANY, 2010; GUERRA; GRAZZIOTIN, 2010; ETZKOWITZ, 2013; TSCHÁ; CRUZ NETO, 2014), defende-se que é preciso que a universidade se volte para a comunidade e apreenda suas necessidades, seja capaz de produzir respostas que efetivamente contribuam para o desenvolvimento territorial.

Reitera-se que o conhecimento produzido não deve apenas atender às mudanças do mercado, mas, sobretudo, a universidade deve ser capaz de observar o contexto do qual faz parte, “preparar globalmente os estudantes para as complexidades que se avizinham, a situar-se como instituição líder, produtora de ideias, culturas, artes e técnicas renovadas que se comprometam com a humanidade, com o processo de humanização” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2008, p. 173).

Conceitualmente, a universidade empreendedora não abarca a extensão, mas ao analisarmos os autores e os debates sobre a universidade nesse viés, pode-se compreender que ela apresenta características que remetem à extensão, um dos

pilares que compõe a universidade, junto com o ensino e a pesquisa. O caráter de se voltar para a comunidade e apreender suas necessidades é, também, o propósito da extensão universitária, como aponta o FORPROEX (1987):

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. (FORPROEX, 1987, p. 11).

Portanto, neste estudo, compreende-se a Educação Empreendedora no ensino superior como um conjunto de ações articuladas que perpassam as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, e que mobilizam alunos e professores a refletirem sobre a realidade e, de forma crítica, pensarem como podem contribuir para impactar o território em que estão inseridos.

Com efeito, a Educação Empreendedora volta-se para a vivência do empreendedorismo no ensino superior, por meio de iniciativas implementadas de forma integrada, interdisciplinar, harmonizada e transversal, superando o modelo que contempla apenas uma disciplina presente na matriz curricular dos cursos, descolada dos demais componentes de formação dos estudantes. Para efeito de ilustração, afirma-se que as DCNs de alguns cursos de graduação, como Odontologia (BRASIL, 2002) e Sistemas de Informação (BRASIL, 2016), preconizam que a formação dos profissionais deve assegurar a capacidade de atuar de forma empreendedora.

2.1.1 A interação da universidade com a sociedade em busca do desenvolvimento local

No cenário econômico e social do século XXI, “encontramo-nos ante uma dupla problemática: uma sociedade que evolui rapidamente e com gravíssimos problemas e uma universidade que precisa dar respostas além do imediato e do banal” (MOSQUERA, 2006, p. 80).

Ao assumir uma nova missão, a de promover o desenvolvimento econômico e social, a universidade “passa por mudanças internas de forma a integrar novas

funções e relações” (ETZKOWITZ, 2013, p. 46). Nesse processo de transformação, nasce a universidade empreendedora, lugar de “esforço interdisciplinar de resolução de problemas” (AUDY; FERREIRA, 2006, p. 417) e que mantém estreita relação com outras esferas da sociedade, inclinada a colocar o conhecimento gerado em uso para a resolução dos problemas da comunidade (ETZKOWITZ, 2003; 2013; ETZKOWITZ; ZHOU, 2017). “Forjada em diferentes tradições acadêmicas e nacionais, a universidade está adotando um formato empreendedor comum que incorpora e transcende suas missões tradicionais de educação e pesquisa” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 23).

Ao assumir o empreendedorismo como uma missão acadêmica, a universidade torna-o integrado ao ensino e à pesquisa (ETZKOWITZ, 2013) e acrescenta-se, a extensão. A concepção de universidade empreendedora compreende “a capacidade da academia em formular objetivos claros, transformando o conhecimento gerado em agregação de ganhos econômicos e não econômicos” (CASADO; SILUK; ZAMPIERI, 2012, p. 637).

Em uma economia baseada no conhecimento, que suplanta os preceitos da sociedade industrial, “o conhecimento avançado é cada vez mais expeditamente traduzido em usos práticos, devido à sua natureza polivalente, simultaneamente teórica e prática” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 23).

A chave para que a inovação e o crescimento se tornem realidade são as interações entre universidade, indústria e governo, sendo que a universidade assume um papel primordial na produção de conhecimentos e na condução de esforços de renovação regionais (ETZKOWITZ, 2013). “A sociedade centrada na inovação espera das Universidades abordagens pedagógicas que façam frente às atuais demandas, que busquem desenvolver novas competências e conceitos de tempo e espaço no processo de aprendizagem” (AUDY; FERREIRA, 2006, p. 418). Neste sentido, evidencia-se que

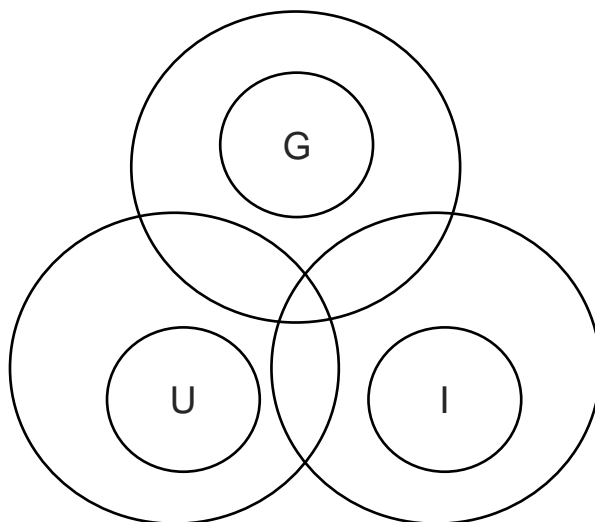
uma sociedade baseada no conhecimento opera de acordo com um conjunto diferente de dinâmicas, mais do que uma sociedade industrial, concentrada na fabricação de bens tangíveis. As economias baseadas no conhecimento são mais estritamente ligadas a fontes de novos conhecimentos, assim como também estão sujeitas à contínua transformação, ao invés de estarem arraigadas a arranjos estáveis. (ETZKOWITZ, 2013, p. 07)

Essa rede de interações da qual a universidade empreendedora faz parte, juntamente com a indústria e o governo, configura o que Etzkowitz (2003; 2013) denomina Hélice Tríplice, cuja abordagem caracteriza-se pela dinâmica da inovação e as relações recíprocas entre as esferas institucionais mais envolvidas com a inovação – universidade, indústria, governo (CASADO; SILUK; ZAMPIERI, 2012; ETZKOWITZ, 2013). Cada esfera corresponde a uma hélice, e nessa interação as relações que se estabelecem são derivadas de “transformações internas em cada hélice, das influências de cada hélice sobre as demais; e do efeito recursivo dessas redes tanto nas espirais de onde elas emergem como na sociedade como um todo” (CASADO; SILUK; ZAMPIERI, 2012, p. 639).

Etzkowitz (2013) defende que há duas possíveis rotas para a hélice tríplice: um modelo estatista e um modelo *laissez-faire*. A primeira alternativa tem o governo como esfera institucional dominante, que controla as relações entre a universidade e a indústria; a segunda alternativa caracteriza-se pela atuação separada das esferas, com destaque para a manutenção das fronteiras e a distinção dos papéis institucionais (IDEM). O modelo da hélice tríplice pode ser compreendido a partir das relações entre as esferas institucionais primárias, que “interagem para promover o desenvolvimento por meio da inovação e do empreendedorismo” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 24-25).

A dinâmica de interação entre as hélices (figura 1), conforme defendido por Etzkowitz, expressa que, por um lado, há um centro interno em cada hélice, com um grau de independência das esferas, desempenhando seus papéis tradicionais e demonstrando a potência individual de cada hélice. Por outro lado, há uma interdependência entre as hélices no campo externo, o que indica que as interações ocorrem de modo que as esferas passam a assumir, tanto seus próprios papéis quanto os dos outros, num processo de transformação interna das instituições, como alternativa estimulante para a criatividade organizacional e contribuindo para a criação de políticas, projetos e redes de colaboração (ETZKOWITZ, 2013).

Figura 1 – O modelo de interação do campo da hélice tríplice.



Fonte: Etzkowitz, 2013, p. 26.

A universidade empreendedora torna-se, então, impulsionadora da hélice tríplice, com suas fronteiras porosas e por ser fonte de empreendedorismo, tecnologia e inovação (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017), bem como *locus* potencial para a inovação a partir da produção de conhecimento (ETZKOWITZ, 2013). A universidade torna-se o princípio gerador das sociedades baseadas no conhecimento, assim como a indústria e o governo eram as instituições primárias nas sociedades industriais (IDEM). Ademais, é válido ressaltar que “o empreendedorismo não se limita aos negócios. As universidades empreendedoras têm um papel-chave na hélice tríplice, que ocorre por meio da transferência de tecnologia, da incubação de novas empresas e da condução de esforços de renovação regionais” (ETZKOWITZ, 2013, p. 02)

As interações que ocorrem na hélice tríplice levam a um desenvolvimento contínuo que só será efetivamente alcançado se houver uma “sociedade civil vibrante” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 25), com indivíduos e grupos se organizando e atuando de modo que o sistema de inovação local seja criado (ETZKOWITZ, 2013). “A sociedade civil é tanto um produto como um processo de indivíduos e grupos que criam organizações e movimentos que podem transcender as categorias institucionais anteriores. (...) facilita o aprimoramento das condições que promovem a inovação” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 42).

Neste ponto da discussão teórica, faz-se necessário um breve esclarecimento acerca das reflexões de Henry Etzkowitz. Trata-se de um pesquisador de reconhecimento internacional em estudos de inovação, com destaque para os conceitos “universidade empreendedora” e “hélice tríplice” criados por ele. A partir de meados da década de 1990, sua produção acadêmica passa a abordar as relações entre universidade, governo e indústria e sua importância para a inovação e o desenvolvimento local.

A convergência das iniciativas impulsionadas pela universidade – que se volta para a comunidade, apreende suas necessidades e encontra atores dispostos a agirem efetivamente, em cooperação intencional com o governo – gera, como efeito, o sistema local de inovação. As interações entre os diversos atores da hélice tríplice contribuem para a criação de redes em vários níveis, do local ao internacional, e a geração e difusão de conhecimentos, que se tornam fonte de inovação e desenvolvimento (LASTRES; CASSIOLATO, 2003; ETZKOWITZ, 2013).

A reciprocidade entre os atores locais é fundamental para o ecossistema de inovação que, por si só, “é um fenômeno de segunda ordem, que repousa sobre uma dinâmica de primeira ordem de interações de Hélice Tríplice entre instituições com fronteiras porosas” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 28).

O conceito de ecossistema de inovação faz uma analogia ao ecossistema biológico, com a intenção de analisar a interdependência entre os atores e esferas institucionais envolvidos que colaboram entre si, com o intuito de obterem benefícios, ampliarem o potencial inovativo e melhorar a economia local (IKENAMI; GARNICA; RINGER, 2016).

Épocas de rupturas e transformações intensas, como a que estamos vivenciando, demandam novos procedimentos ajustados à nova realidade e que ofereçam os referenciais para enfrentar os novos desafios que se avizinham. Nesse processo de mudanças e busca de respostas, a associação de correntes de pensamentos que vinculam inovação e crescimento econômico (influência dos estudos de Schumpeter), comportamento humano e a teoria evolucionária de Darwin, favoreceram uma discussão que fez surgir o conceito de arranjos ou sistemas produtivos e inovativos locais (VALE, 2007). A partir dos anos 1990, conceitos como

distritos industriais¹⁹, arranjos produtivos, *clusters*²⁰, polos ou parques científicos e tecnológicos, redes locais, passam a compor a agenda de debates dos formuladores de políticas, especialmente políticas industriais (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003).

No Brasil, o termo de uso mais comum para designar as redes de organizações (privadas e públicas; econômicas, políticas e sociais) localizadas no mesmo território, que interagem para potencializar as vantagens competitivas do local é arranjo produtivo local (APL) (CASSIOLATO; LASTRES, 2003). O termo foi desenvolvido pela RedeSist²¹, que compreende que a formação dos arranjos “encontra-se geralmente associada a trajetórias históricas de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum” (REDESIST, 2003, p. 04).

Outro conceito também criado pelo grupo de pesquisadores da RedeSist é o de sistemas produtivos e inovativos locais, que

são aqueles arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local. (REDESIST, 2003, p. 04)

A ideia de sistemas produtivos e inovativos locais salienta que a densidade dos vínculos locais resulta em interações que têm potencial para gerar capacidade inovativa endógena e desenvolvimento local (CASSIOLATO; LASTRES, 2003). A acumulação e a concentração local de conhecimentos corroboram para o desenvolvimento endógeno e dão sustentação ao sistema de inovação de um país, região, setor ou localidade (CASSIOLATO; LASTRES, 2005; VALE, 2007). O sistema

¹⁹ O conceito de distritos industriais foi introduzido pelo economista inglês Alfred Marshall, em fins do século XIX. Tal conceito deriva de um padrão de organização comum à Inglaterra do período, onde pequenas firmas concentradas na manufatura de produtos específicos, em atividades econômicas como têxtil, gráfica e cutelaria, aglomeravam-se em geral na periferia dos centros produtores. A literatura recente sobre distritos industriais focalizou, inicialmente, a chamada Terceira Itália (centro e nordeste italiano) e, posteriormente, outros países europeus e os EUA (Vale do Silício). (REDESIST, 2003).

²⁰ O termo *cluster* associa-se à tradição anglo-americana e, genericamente, refere-se a aglomerados territoriais de empresas, desenvolvendo atividades similares. Ao longo de seu desenvolvimento, o conceito ganhou outras nuances de interpretação. O termo foi empregado nos trabalhos de Michael Porter para destacar a importância de fatores territoriais que garantem vantagens competitivas de nações, regiões e empresas no mundo globalizado (REDESIST, 2003; VALE, 2007; HOWKINS, 2013).

²¹ Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist). Trata-se de uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que conta com a participação de várias universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições da América Latina, África, Europa e Ásia. Disponível em: < <http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

de relações entre os diversos atores locais, que se comunicam e cooperam entre si, desencadeia processos de desenvolvimento territorial, que por sua vez, tomam como referência as características e os bens coletivos que influenciam o potencial de gerar novos conhecimentos e aumentar o grau de inovação (ALBAGLI; MACIEL, 2004).

Os arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais tendem a “desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores. A ação de políticas tanto públicas como privadas pode contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo” (REDESIST, 2003, p. 04).

O sistema produtivo e inovativo local envolve a articulação das esferas institucionais representadas na hélice tríplice, que se comprometem com o desenvolvimento. Essa dinâmica que configura o movimento constante das hélices em busca de novos conhecimentos e inovações possui uma dimensão territorial, na medida em que os atores locais estão envolvidos em um mesmo contexto econômico e sociocultural, embora considere-se que as relações desses atores com seu meio de referência podem se manifestar de diversas formas, com interesses distintos (ALBAGLI; MACIEL, 2004).

De acordo com o portal Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais (OBAPL)²², o Brasil possui 729 (setecentos e vinte e nove) APL ativos, distribuídos em 52 (cinquenta e dois) setores produtivos – com destaque para os setores agricultura (66 APL), confecções (66 APL) e fabricação de móveis (50 APL) – e em 448 (quatrocentos e quarenta e oito) cidades polo²³.

No estado de Minas Gerais, há 65 (sessenta e cinco) APL ativos, com destaque para o arranjo Eletroeletrônico, com sede na cidade de Santa Rita do Sapucaí, que faz parte da Mesorregião do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Até a década de 1970, o que comandava a economia da cidade eram as atividades agropecuárias de café e leite. Um marco para a mudança econômica em Santa Rita do Sapucaí foi a fundação em 1958 da Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa (ETE-FMC). A partir de então, foram criados vários centros de ensino voltados para o ramo eletrônico, como o Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL), em 1965, e o

²² O portal Observatório Brasileiro de APL (OBAPL) é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apresentar dados sobre os APL existentes no país. Sítio eletrônico: <<http://portalapl.ibict.br/>>.

²³ Dados obtidos no OBAPL. Fonte: <<http://portalapl.ibict.br/apls/index.html>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Centro de Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação, em 1971, que são instituições de ensino superior pioneiras no município juntamente com a ETE-FMC, voltadas ao ensino de Telecomunicações, Eletrônica, Administração e Informática²⁴.

Na década de 1980 começaram a surgir as primeiras empresas de base tecnológica, e com o avanço tecnológico foi possível que novas empresas de pequeno porte fossem se constituindo, uma vez que não existiam barreiras para seus surgimentos. Com isso, no início da década de 1990, a economia local já se encontrava com um número significativo de indústrias em funcionamento e simultaneamente outras escolas foram formadas²⁵.

Compreendido por 153 (cento e cinquenta e três) indústrias de base tecnológica, o APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí concentra 29% da mão de obra eletrônica de Minas Gerais. O sucesso desse APL deu-se, dentre outros motivos, pela sua tríplice hélice, composta pela união entre universidade, governo e indústria, que possibilitou o surgimento de novos modelos organizacionais voltados para a criatividade e a inovação de forma mais estruturada e propiciou um cenário mais profícuo para o sucesso do Vale da Eletrônica²⁶.

Observando-se as informações apresentadas até este ponto do estudo, percebe-se uma conexão entre o enfoque em sistemas de inovação e o pensamento sobre desenvolvimento que, numa abordagem analítica, focaliza a mobilização da sociedade local em prol de uma agenda de desenvolvimento territorial (LASTRES; CASSIOLATO; CAMPOS, 2006; VALE, 2007).

2.2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E DINÂMICAS TERRITORIAIS

O debate deste trabalho apoia-se em estudos que discutem a abordagem territorial de desenvolvimento assentado em dinâmicas territoriais, que representam as ações dos atores sociais no espaço nas dimensões social, econômica e ambiental. Assume-se que a gestão integrada do território é dinamizada pela interação entre as estruturas de ação local (representadas pela universidade, pelo poder público e pela

²⁴ Informações sobre a história do APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí, disponíveis no sítio eletrônico <<http://sindvel.com.br/apl-eletroeletronico/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

²⁵ Idem, 24

²⁶ Idem, 24.

sociedade em geral), que atuam proativamente para atender às necessidades dos grupos humanos.

No Brasil, a abordagem de desenvolvimento na perspectiva territorial tem sido frequente em estudos voltados para os espaços rurais, como pode ser observado em Abramoway (1999; 2000), Favareto (2010), Flores (2003; 2006), Sabourin (2002), Schneider (2004; 2009) e Schneider e Tartaruga (2004). Nesses estudos, há um consenso de que não é suficiente tratar o rural apenas como sinônimo de espaço agrário, sobretudo, é preciso compreendê-lo a partir de sua natureza eminentemente territorial que implica em uma densa rede de relações que permitem ações articuladas com potencial para enriquecer o tecido social da localidade.

A transição de análises econômicas setoriais para análises territoriais, no planejamento de políticas públicas, fez com que a abordagem territorial se consolidasse nos estudos sobre a ruralidade (SABOURIN, 2002; FAVARETO, 2010). Algumas experiências que envolvem a dimensão territorial do desenvolvimento rural trazem a tônica do fortalecimento da territorialidade, a partir da construção social e da relação entre identidade cultural e potencial econômico, o que amplia a possibilidade dos produtos locais (carregados de elementos da cultura local) alcançarem novos mercados (FLORES, 2006).

Neste campo de discussões, destacam-se o pioneirismo de publicações originárias de experiências observadas na região Sul do Brasil. Pesquisadores como Flores (2003; 2006) e Schneider (2004; 2009) fazem uma análise sobre o empreendedorismo rural em regiões com forte presença da agricultura familiar, e focalizam os territórios e suas dinâmicas no processo de desenvolvimento, sob o ângulo das interações sociais, políticas, econômicas e institucionais.

Para tal feito, os autores destacados no início desta apresentação fazem uso do território em seu sentido instrumental e prático, o que, para Schneider e Tartaruga (2004), permite o

enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço (que pode ser demarcado ou delimitado por atributos físicos, naturais, políticos ou outros) sobre o qual se produzem e se transformam. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 107)

Os autores acrescentam ainda que, nesse sentido, o território passa a ser “uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre

o espaço e as populações que resultem em alterações do quadro existente” (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 107). Assim, a abordagem territorial torna-se uma ferramenta para a intervenção. Esta perspectiva foi fortemente estimulada pela necessidade de reestruturação industrial, na década de 1990, focalizada em estudos sobre os distritos industriais e sistemas produtivos locais que, como visto, exploram a dimensão territorial.

A abordagem territorial, nesta perspectiva, tem como conceito-chave o capital social. A capacidade de promover o desenvolvimento com características endógenas é influenciada pelo capital social que, para Flores (2006, p. 05), “é [o] que estabelece o potencial do desenvolvimento do território”.

A noção de capital social está associada à rede de interações que reproduzem relações sociais das quais os atores coletivos podem se beneficiar para adquirir ganhos materiais ou simbólicos (BOURDIEU, 2014). O capital social reflete o nível de confiança que favorece as trocas legítimas (IDEM) e a existência de uma sociedade ativa, onde indivíduos e instituições interagem para transformar as relações circunstanciais em ligações duráveis e significativas, que produzam efeitos capazes de aumentar a eficiência da sociedade e o desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 2000; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2006).

A proximidade social entre os atores permite uma forma de cooperação capaz de valorizar os aspectos que compreendem o ambiente local, gerar novos conhecimentos e potencializar inovações (ABRAMOVAY, 1999; 2000). Tal dinâmica de interações gera um conhecimento coletivo, que “resulta das sinergias geradas a partir dos vários tipos de interação; e altera-se inclusive na sua interseção com a circulação globalizada de informação e conhecimento” (ALBAGLI; MACIEL, 2004, p. 11).

Na abordagem territorial de desenvolvimento, pressupõe-se a ação dos atores sobre o espaço, pois “o território é o elemento que confere uma dimensão espacial em que se unificam as formas de organização da produção e os processos de inovação e mudança tecnológica, conformando-se assim processos regionais ou endógenos de desenvolvimento” (SCHNEIDER, 2009, p. 16). O autor acrescenta ainda que “os processos de desenvolvimento que apresentam os melhores indicadores de performance e desempenho são aqueles assentados em dinâmicas territoriais” (IDEM, p. 17).

Reafirmando, portanto, o que foi dito no capítulo introdutório, para a compreensão das dinâmicas territoriais que podem contribuir para a reflexão da Educação Empreendedora no ensino superior, o que se propõe neste estudo é a análise da perspectiva territorial de desenvolvimento, que supere os limites setoriais das perspectivas de análise de desenvolvimento local e regional, e que focalize as potencialidades geradas pelas dinâmicas territoriais (que envolvem dimensões sociais, econômicas e ambientais) ligadas às relações entre os atores sociais.

A ampliação do debate sobre a abordagem territorial direciona à discussão sobre a abordagem integradora das múltiplas dimensões do território, com destaque para os escritos de Haesbaert (2008; 2011a; 2011b; 2014), e a gestão integrada do território, na perspectiva das dinâmicas territoriais, com ênfase em Oosterbeek (2012).

2.2.1 As dinâmicas territoriais na perspectiva da abordagem integradora do território

O entendimento das dinâmicas territoriais deve ser precedido pela compreensão do conceito de território e sua aplicação pelos diversos campos de conhecimento. Partindo-se desta premissa, no texto que segue estão descritas as principais correntes de pensamento que se dedicam ao tema território, dentre elas, o campo da Geografia que será tomado por empréstimo neste estudo.

O conceito de território, originário da Biologia, foi abordado na Geografia primeiramente por Ratzel²⁷, no final do século XIX. Ratzel associa a ideia de território ora como ambiente e solo, ora como Estado-nação e dominação. Como afirma Raffestin (1993, p. 12), “Ratzel está num ponto de convergência entre uma corrente de pensamento naturalista e uma corrente de pensamento sociológico”. O território é entendido como substrato, palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados.

A partir das décadas de 1960 e 1970, com a evolução da geografia cultural, busca-se “entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente, e o sentido dado às

²⁷ Friedrich Ratzel (1844-1904), geógrafo alemão considerado como um dos principais teóricos clássicos da Geografia e o precursor da Geografia Política. Para mais informações sobre a obra de Ratzel, conferir em Raffestin (1993).

suas vidas” (CLAVAL, 2013a, p. 93). Nesta perspectiva, o conceito de território passa por significativa renovação, agregando reflexões sobre relações de poder, que compreendem estratégias de controle (dominação/apropriação do espaço) e identidades.

As reflexões sobre o espaço vivido e a dimensão simbólica do território ganham espaço na geografia cultural, com destaque ao sentido que os laços afetivos e o sentimento de pertencimento dão ao lugar e se cristalizam nas representações coletivas (CLAVAL, 2013b).

O conceito de território é tratado não apenas pelo campo da Geografia, mas por outros campos como Antropologia, Ciência Política, Economia, Psicologia e Sociologia, cada um com o enfoque direcionado a uma perspectiva epistemológica específica (ALBAGLI; MACIEL, 2004; HAESBAERT, 2011a; 2011b). A Geografia tende a enfatizar a materialidade do território, enquanto a Ciência Política destaca as relações de poder a partir das quais o território é construído; para a Economia interessa a noção de espaço ou porção da natureza, “fonte dos recursos” necessários à reprodução de um grupo; a Antropologia enfatiza a dimensão simbólica do território; a Sociologia compreende o território a partir das relações sociais dos sujeitos e a Psicologia enfatiza-o na perspectiva da construção de subjetividades e da identidade pessoal (HAESBAERT, 2011a).

Como exposto, o conceito de território é amplo, com enfoques distintos e centrados em determinadas perspectivas epistemológicas: materialista, idealista, relacional e integradora.

A perspectiva materialista adota concepções naturalista, econômica e jurídico-política. Esta vertente de análise vincula-se à conotação de território enquanto espaço físico, “uma fonte de recursos” (HAESBAERT, 2011b, p. 47). Haesbaert (2011a, 2011b) retoma a concepção de território de Ratzel (RAFFESTIN, 1993) para explicar a perspectiva materialista e a concepção de Raffestin (1993), que entende que o espaço precede o território, ou seja, é a partir dele que o território se constitui.

A perspectiva idealista enfatiza os aspectos simbólicos e culturais do território e a dimensão do espaço vivido. Para os teóricos de perspectiva idealista, cujos estudos da Antropologia e da Psicologia legitimam tais discussões, “poderes invisíveis” (GODELIER, 1984, p. 114 *apud* HAESBAERT, 2011b, p. 49) atuam sobre o território e só podem ser compreendidos a partir da leitura da cultura e dos sistemas de valores. Assim, a lógica territorial cartesiana de divisão do território em partes é

confrontada pela lógica culturalista, que permite compreender fenômenos do mundo contemporâneo que a Geografia não pode medir e que o mapa não pode representar, pois o território possui um valor simbólico (HAESBAERT, 2011a). Decerto, “o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono” (HAESBAERT, 2011b, p. 50).

Segundo a perspectiva relacional, o território é compreendido a partir das relações sociais e históricas entre os grupos, relações estas marcadas pelas relações de poder que envolvem sociedade e espaço geográfico (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). O sentido relacional do território implica sua leitura enquanto movimento, fluidez, conexões, representação simbólica (HAESBAERT, 2011b; 2014) pois, “o território é relacional não apenas no sentido de ser definido sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido (...) de incluir uma relação complexa entre pessoas sociais e espaço material” (HAESBAERT, 2011a, p. 82).

Haesbaert (2011b) defende a necessidade de uma leitura integradora do território, que o considere numa interação entre as múltiplas dimensões sociais e que conjugue de forma articulada espaço econômico, político e cultural, conectando diferentes pontos e concebendo o território “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2011a, p. 79).

Tal afirmação de Haesbaert (2011a) evidencia que a existência de todo território pressupõe, também, a existência de atores e relações de poder exercidas entre os mesmos. Bourdieu (1989) afirma que o poder simbólico é um poder de construção da realidade, e tem a força de

constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo (...) poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização (...). O poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” (...) mas se define numa relação determinada (...). (BOURDIEU, 1989, p. 14, aspas do autor)

O território configura-se como um espaço geográfico dominado, constituído de sentido político, bem como um espaço apropriado simbolicamente onde as relações sociais produzem ou fortalecem uma identidade utilizando-se deste espaço como

referência (HAESBAERT, 2011a). Por isso, afirma-se a existência de uma multidimensionalidade do território: simbólico-cultural e materialista. São as problemáticas que se busca analisar que levam a privilegiar uma dessas dimensões. Por certo, “quando enfatizamos ou focalizamos esse espaço através de questões ligadas às relações ou práticas de poder (que é também – e às vezes sobretudo – poder econômico), estaremos de alguma forma nos referindo ao espaço, enquanto *território*” (HAESBAERT, 2014, p. 43, grifo do autor).

O território será sempre um movimento sobre o qual se exerce um controle. Trata-se de um contexto carregado de significados e representações, construídos e reconstruídos ao longo da história a partir das relações dos sujeitos com o espaço – relações de poder concreto e simbólico – que envolvem sociedade e espaço geográfico, pois não há espaço produzido que não o seja através da cultura dos grupos que o constituem (HAESBAERT, 2008; HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Este estudo se propõe a compreender as dinâmicas territoriais que se apresentam sobre a cidade de Governador Valadares; assim, assume-se o território numa perspectiva integradora, capaz de evidenciar as dimensões social, econômica e ambiental, amparando-se nas contribuições do geógrafo Rogério Haesbaert. Esta escolha fornecerá elementos para compreender o território de forma articulada/conectada, evidenciando a riqueza ou a condensação das dimensões que estão manifestadas no território, integrando a vida econômica, política e cultural. A leitura integradora do território remete a uma compreensão do mesmo como um conjunto de experiências, desde as relações de dominação até as de apropriação (HAESBAERT, 2011a).

Há, nos diferentes escritos de Haesbaert (2008; 2011a; 2011b; 2014), uma profusão de argumentos que remetem a uma reflexão acerca do território como uma dimensão espacial que se apresenta como resultado de estratégias de dominação material e apropriação simbólica, o que configura a existência simultânea de mais de uma dimensão. Desta feita, as contribuições desse autor serão importantes neste estudo, para que se possa compreender as dinâmicas territoriais que se manifestam na cidade de Governador Valadares.

Destacam-se ainda as discussões sobre as distintas representações sobre um mesmo espaço geográfico, o que configura, em Haesbaert (2014), como múltiplos territórios. Sobre este aspecto, Haesbaert (2014, p. 57-58, aspas do autor) reconhece que “enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e

complexo”, sendo esta uma marca da nossa experiência territorial contemporânea, configurada pela possibilidade de conviver “entre múltiplos tipos de territórios, desde os territórios mais fechados em termos de identidade cultural (‘territorialismos’), até aqueles mais abertos e ‘híbridos’, onde convivem lado a lado os mais diversos grupos socioculturais” (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 91, aspas dos autores). Neste sentido, os elementos que foram levantados para analisar as dinâmicas territoriais da cidade de Governador Valadares – sociais, econômicos e ambientais – poderão indicar a existência de múltiplos territórios no espaço da cidade.

Para efeito da análise pretendida neste estudo, assume-se as dinâmicas territoriais como o movimento contínuo de atuação das pessoas no espaço, territorializando-o, considerando as diferentes dimensões que integram o comportamento do indivíduo na sociedade, nas suas vertentes social, econômica e ambiental. Além de Haesbaert, outro autor que contribui para pensar nesta perspectiva integradora é Oosterbeek (2012), que discute a gestão integrada do território.

Oosterbeek (2012) oferece contribuições para a reflexão sobre a configuração das novas dinâmicas territoriais, ao colocar em pauta as transformações que marcaram o século XX e que encaminham, no século XXI, para o aumento da participação do indivíduo na sociedade.

O autor argumenta que o século XX foi marcado pelo intenso crescimento econômico – que tornou a classe média mais forte e mobilizada em torno de direitos, liberdades e garantias – e por muitas contradições e conflitos, haja vista as duas grandes guerras mundiais que ocorreram no período. Nesse cenário, ocorre um esvaziamento da capacidade dos Estados em prover soluções para os problemas que afetam os indivíduos (como o acesso a alimentos, água, energia, serviços de saúde e segurança, e o desemprego estrutural), fazendo emergir, então, a intervenção individual ou de pequenos grupos em lugar do papel que era desempenhado pelas estruturas coletivas, como o Estado, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, as famílias e as organizações não governamentais (OOSTERBEEK, 2012). Nesse processo, a gestão integrada do território deve considerar que as ações individuais têm impacto e provocam dinâmicas territoriais (IDEM).

Com base em Oosterbeek (2012), entende-se por gestão integrada do território a superação da visão disciplinar sobre os fenômenos que ocorrem no território por

uma visão holística, integradora das dinâmicas sociais no território, que envolvem elementos das vertentes social, econômica e ambiental.

Com efeito, as discussões sobre o desenvolvimento não podem centrar-se apenas no crescimento econômico, pois de fato, o desenvolvimento sustentável²⁸ considera as dimensões econômica, social e ambiental, acrescidas da dimensão que envolve a cultura e as identidades. A aceleração das dinâmicas socioeconômicas e culturais provoca tensões e conflitos, que tomam forma na disputa territorial, evidenciando questões como o acesso a recursos naturais, o reconhecimento da diversidade cultural, a eficiência e segurança dos sistemas de transportes e comunicação, e a inovação tecnológica, que provoca uma contradição entre a economia que cresce e o emprego que decresce, gerando pobreza (OOSTERBEEK, 2012).

Em síntese, as dinâmicas territoriais expressam a relação dos sujeitos com o território, dinamizada pelas transformações sociais, econômicas e ambientais; os indivíduos, isolados ou em grupos, estabelecem estratégias para intervir e transformar a realidade (OOSTERBEEK, 2012).

Os argumentos para uma gestão integrada do território, tal como se apresenta em Oosterbeek (2012), sinalizam para um movimento de tríplice hélice, pois reiteram que a integração entre as estruturas de ação local – como poder público, empresas, organizações não-governamentais e outros agentes locais de desenvolvimento – e as universidades, confere uma intervenção proativa para atender às necessidades dos grupos humanos.

Assim, reitera-se que Etzkowitz (2013) fornece os argumentos que fundamentam a discussão proposta neste estudo, por apresentar elementos que indicam que uma estratégia de desenvolvimento territorial deve envolver a interação das esferas institucionais mais comprometidas com o crescimento econômico e social. A dinâmica de interação entre tais esferas provoca mudanças internas (em cada esfera representada por cada hélice) e externas, na medida em que as instâncias se

²⁸ O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; e a noção das limitações que o estágio da tecnologia da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 46 *apud* Caldart et al., 2012, p. 207). Este conceito enfrenta críticas, pois afirma a necessidade do crescimento econômico em detrimento dos problemas ecológicos (CALDART et al., 2012).

unem e são infundidas por ideias e perspectivas umas das outras, gerando novas ideias e novos projetos colaborativos (ETZKOWITZ, 2013).

É nítido que a produção acadêmica de Etzkowitz tem um viés econômico, pois o autor defende o ideal de uma universidade que produz conhecimento e capitaliza esta produção, tal como a indústria o faz. Ao capitalizar o conhecimento, a universidade passa a receber recompensas, por meio de patenteamento e licenciamento da propriedade intelectual. Entende-se o escopo das ideias de Etzkowitz, haja vista que a universidade necessita de recursos financeiros para a manutenção de suas atividades, em especial a pesquisa.

O autor escreve a partir da observação dos eventos que ocorreram nas instituições acadêmicas norte-americanas Massachusetts Institute of Technology (MIT) e Universidade Harvard, que no final do século XIX já apoiavam a formação de empresas como resultado de pesquisas nos campos de consultoria industrial e instrumentação científica.

Ainda que a abordagem econômica se faça presente de modo veemente, a teoria de Etzkowitz é válida para o estudo ora empreendido, por apontar uma nova perspectiva para as iniciativas de desenvolvimento que reúnam os atores locais, numa dinâmica de interação. Contudo, deseja-se ir além da perspectiva econômica, pensar um modelo de interação da hélice tríplice a partir das dinâmicas de relacionamento entre a universidade, o governo e a sociedade, dinâmicas essas que configuram e são configuradas pelo território.

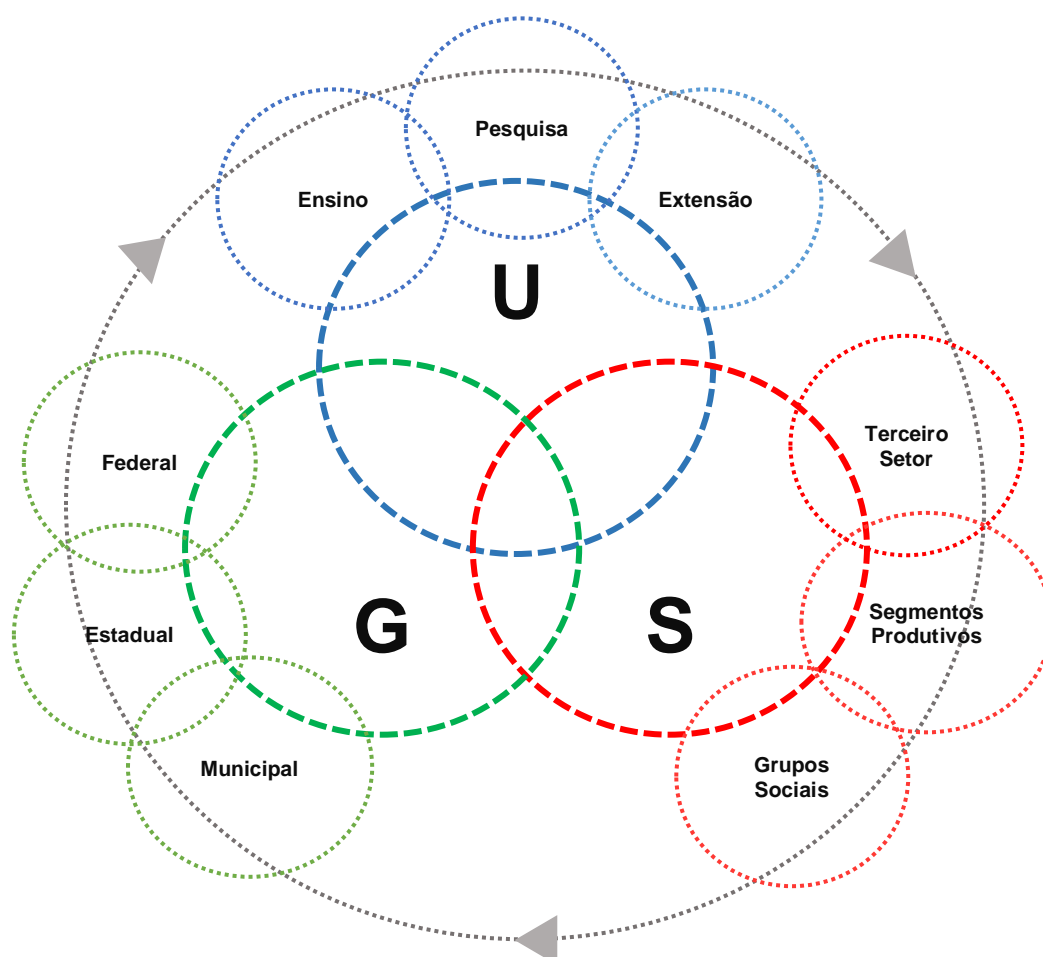
Dessa maneira, o modelo de interação que se propõe (figura 2), construído para este estudo, incorpora também três hélices – universidade, sociedade e governo –, cada uma delas se desdobrando em três outras hélices.

Antes de detalhar as questões práticas que perpassam o modelo proposto, faz-se necessário explicitar/justificar os elementos visuais utilizados em sua construção.

O uso da forma geométrica circular para representar as esferas remete à ideia de movimento. Cada uma das esferas está representada por uma cor escolhida aleatoriamente; a esfera universidade está representada pela cor azul, a esfera governo pela cor verde e a esfera sociedade está representada pela cor vermelha. Todas as esferas possuem contorno pontilhado, o que remete à ideia de fronteiras abertas, disponíveis para interagirem com as demais esferas que compõem a hélice tríplice. A mesma intenção está expressa nas hélices que se desdobram das hélices centrais, mantendo-se a ideia de fronteiras porosas.

O círculo externo, representado na cor cinza, expressa a presença da hélice tríplice no território, categoria de análise até então ausente das discussões sobre Educação Empreendedora e universidade empreendedora. As setas ilustradas indicam que o território é sempre um movimento, um espaço-tempo vivido, múltiplo, diverso e complexo. Este estudo defende que há que se pensar em interações de hélice tríplice perpassadas (e perpassando) pelo território, expressando o movimento dos indivíduos e dos grupos sociais no espaço, configurando dinâmicas territoriais. No eixo central, onde as três hélices se entrecruzam, evidencia-se a gestão integrada do território.

Figura 2 – Modelo de interação do campo da hélice tríplice proposto – universidade, sociedade e governo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A primeira hélice representa a universidade empreendedora, impulsionadora da hélice tríplice, *locus* da criação e preservação do conhecimento, do desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão; autônoma para

estabelecer suas ações estratégicas e inclinada a interagir com as demais esferas – institucionais ou não – em busca de ideias e projetos colaborativos que visem à promoção do desenvolvimento territorial. As hélices que se desdobram da universidade – ensino, pesquisa e extensão – representam as atividades desenvolvidas pela universidade, “que devem ser efetivamente articuladas entre si, cada uma assumindo uma perspectiva de prioridade nas diversas circunstâncias histórico-sociais em que os desafios humanos são postos” (SEVERINO, 2007, p. 23).

A segunda hélice representa o governo, com sua capacidade e seus instrumentos para criar mecanismos e políticas públicas que tornem possível a conexão entre as esferas que compõem a hélice tríplice e promovam o crescimento e o desenvolvimento local, regional e nacional. As hélices que se desdobram do governo – municipal, estadual e federal – são as instâncias de ação do setor público, ação esta que reflete o papel do governo no desenvolvimento econômico e social, baseado na ciência e no desenvolvimento tecnológico. Para uma atuação efetiva na hélice tríplice e considerando as nuances da sociedade da informação,

a moderna gestão pública demandará o uso de métodos, técnicas gerenciais e tecnologias que permitam aos governos cuidar de uma nova agenda muito mais complexa, interconectada e mutante do que aquela que prevaleceu até alguns poucos anos atrás. Esses desafios imporão uma ampla requalificação do corpo gerencial, calcada na mudança cultural e na aquisição de novas competências, habilidades e atitudes, de modo a alinhá-lo com novas formas de trabalho que valorizam a visão sistêmica, o pensamento crítico, a colaboração e a criatividade. (AGUNE; CARLOS, 2017, p. 144)

A terceira hélice do modelo proposto é a sociedade, representada pelos diversos segmentos que a compõem – grupos sociais, segmentos produtivos e terceiro setor. Os grupos sociais representam as diversas manifestações dos cidadãos na vida de suas sociedades, definidos pela interação estabelecida entre as pessoas e o sentimento de identidade existente, tais como: grupos por gênero, étnicos, culturais e religiosos; grupos ambientalistas, entre outros. O terceiro setor compreende as organizações e as entidades privadas sem fins lucrativos que atuam em prol do bem comum, tais como: fundações, associações comunitárias, organizações não-governamentais, entidades filantrópicas. Os segmentos produtivos representam as organizações que produzem bens e serviços, tais como: empresas e cooperativas.

A substituição da indústria (uma das hélices do modelo de Etzkowitz) pela sociedade amplia e reitera a importância da participação de toda a sociedade nas

ações que promovam o desenvolvimento. Não são apenas as organizações com fins lucrativos (empresas) que têm potencial para cooperarem e produzirem crescimento; os diversos atores da comunidade, que promovem e articulam interações locais, têm um papel significativo no processo de desenvolvimento do ecossistema empreendedor local.

A partir do modelo de interação proposto e à luz das reflexões teóricas apresentadas, pretende-se apreender as dinâmicas territoriais que decorrem das interações da hélice tríplice que se manifestam sobre a cidade de Governador Valadares, e que fornecem elementos para refletir sobre a Educação Empreendedora.

No próximo capítulo, serão apresentados o delineamento metodológico da pesquisa, que envolve a caracterização do estudo, a definição do *corpus* documental com a contextualização da escolha da UNIVALE e do Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território, bem como a explicitação sobre os procedimentos adotados para a análise documental, referenciada na análise de conteúdo de Bardin (2016).

3 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E O CORPUS DE ANÁLISE

Com o objetivo de compreender as dinâmicas territoriais que se apresentam sobre a cidade de Governador Valadares e que podem contribuir para refletir a Educação Empreendedora, este estudo apresenta um caráter exploratório, sustentado pela pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa.

A escolha pela abordagem qualitativa é relevante para o estudo das relações sociais, em diversos contextos e perspectivas sociais. Por seu caráter qualitativo, abre-se à exploração do que é novo, partindo da análise dos dados sob diferentes perspectivas (FLICK, 2004; 2013).

De acordo com Minayo (2009), o objeto em análise na pesquisa social é essencialmente qualitativo e histórico. Essa consciência significa considerar que, em primeiro lugar, há uma riqueza de significados que emanam do dinamismo da vida individual e coletiva que marcam a realidade social, atribuindo-lhe cores e matizes diversificados. Em segundo lugar, é preciso considerar que o modo como o grupo é construído e se organiza no espaço e no tempo faz com que cada grupo social seja diferente de outros, embora os grupos que vivenciam o mesmo período histórico possam apresentar algumas características comuns.

Desse modo, a abordagem qualitativa neste estudo possibilita explorar as dinâmicas territoriais que são, essencialmente, sociais, quais sejam, os movimentos de tríplice hélice entre as estruturas de ação local que conferem uma intervenção proativa para atender às necessidades dos grupos humanos.

Tendo em vista os objetivos propostos, o método para a coleta de dados utilizado foi a pesquisa documental, que compreende a análise de documentos existentes, resultantes de estudos e/ou pesquisas realizados com outros propósitos, cujos dados se ajustam à questão de pesquisa proposta (FLICK, 2013). Assim, os documentos fornecem informações relevantes que permitem ao pesquisador construir um conhecimento ainda não sistematizado.

A pesquisa documental compreende dois momentos: o primeiro refere-se à definição do corpo documental e coleta dos documentos que contém as informações relevantes ao estudo empreendido; o segundo, refere-se à análise do conteúdo dos documentos.

Neste estudo, o corpo documental de análise compõe-se das dissertações produzidas no GIT em seus 10 (dez) anos de história, que tratam de questões

relacionadas à cidade de Governador Valadares. Nas seções a seguir, serão apresentados os motivos desta escolha e os procedimentos que foram adotados para a seleção e análise dos documentos.

3.1 CORPUS DE ANÁLISE: A ESCOLHA DA UNIVALE E DO PROGRAMA GIT

A história da UNIVALE marca de forma significativa a história da cidade de Governador Valadares. Originária do Minas Instituto de Tecnologia (MIT), a instituição é mantida pela Fundação Percival Farquhar (FPF), entidade civil sem fins lucrativos, criada em 1967 com o objetivo de “reunir os meios de preparar pessoal capacitado para executar os estudos e as pesquisas destinados ao desenvolvimento social, cultural, científico e tecnológico da região do Vale do Rio Doce” e, desta forma, contribuir para a “transformação dos recursos da região em riquezas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida da população” (UNIVALE, 2015, p. 14).

Pioneira no ensino superior em Governador Valadares, a FPF destacou-se historicamente pelo complexo educacional mantido que, além do MIT, contava também com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), a Faculdade de Odontologia (FOG) e a Escola Técnica do Instituto de Tecnologia (ETEIT). Em 1992, esse complexo educacional transformou-se na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), instalada em 31 de julho de 1992, por meio dos Instrumentos de Credenciamento, pelo Parecer CFE nº. 16/1992 e a Portaria Ministerial nº. 1.037/1992, de 07 de julho de 1992, publicada no Diário Oficial da União, de 09 de julho de 1992, Seção I, p. 8.835 (UNIVALE, 2015).

A UNIVALE, ao assumir a missão institucional de “promover a formação profissional e científica, a construção e difusão de conhecimentos e colaborar para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da sua região de inserção, pautada na melhoria das condições de vida e na diversidade do ambiente e da cultura” (UNIVALE, 2015, p. 28), torna-se um agente local importante ao desenvolver ações que se voltam para a sensibilização de toda a sociedade para as potencialidades e os problemas locais, e a mobilização de todos em prol do bem coletivo.

A UNIVALE oferta cursos de graduação e pós-graduação. Na graduação, os cursos estão organizados em quatro núcleos: Núcleo da Saúde, Núcleo das Ciências e Tecnologia, Núcleo da Comunicação e Humanidades e Núcleo das Licenciaturas. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* compreendem um programa de mestrado

na área interdisciplinar e um programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), também interdisciplinar, que visa qualificar o corpo docente da universidade e criar estratégias de consolidação da pesquisa que permita nos próximos anos propor outros programas *stricto sensu* (UNIVALE, 2015).

O Programa GIT iniciou as atividades no ano de 2009²⁹. A história que precede a criação do GIT tem início nos primeiros anos da década de 1990, quando foram realizados os primeiros estudos sobre a questão regional do Vale do Rio Doce. Em 2001, os conceitos de território e gestão do território foram abordados em fórum realizado pela UNIVALE e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Governador Valadares, que discutiu a necessidade de se considerar o meio rural, a questão regional e a dimensão política das desigualdades intrarregionais de Minas Gerais, para se compreender a cidade de Governador Valadares. Nos anos seguintes, parcerias entre UNIVALE, Prefeitura Municipal de Governador Valadares e entidades locais contribuíram para a ampliação do debate e consolidação da intenção do GIT (ESPINDOLA; OOSTERBEEK, 2008).

O GIT é um programa de pós-graduação interdisciplinar e, por sua natureza, tem como desafio integrar diversos campos científicos, num exercício que envolve criar projetos, escrever e agir em comum. O fazer interdisciplinar requer que sejam superados os desafios da compartimentalização da ciência e das relações intersubjetivas, para o enfrentamento de questões práticas que envolvem aspectos relacionados à educação, saúde, meio ambiente, segurança, direito, entre outros. Assim, as áreas disciplinares presentes na formação interdisciplinar atuam de forma integrada e colaborativa, para que possa emergir um conhecimento novo, articulado, que gere impactos significativos na sociedade e no território (ESPINDOLA, 2017).

A configuração do GIT está pautada pela área de concentração em Estudos Territoriais, que tem como objetivo proporcionar uma abordagem integrada e multidisciplinar dos diversos aspectos que envolvem o território³⁰. O programa está organizado em duas linhas de pesquisa, sendo: (1) Território, Migrações e Cultura e (2) Território, Sociedade e Saúde.

²⁹ Fonte: <<https://sucupira.capes.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

³⁰ Documento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fornecido pela coordenação do GIT, em 15 de abril de 2019.

A linha de pesquisa Território, Migrações e Cultura tem como objetivos investigar as relações do território com os fenômenos das migrações, bem como compreender as diversas manifestações culturais em suas articulações territoriais. Essa linha de pesquisa visa à melhor compreensão dos fenômenos territoriais, a partir da integração de estudos ligados à história, à sociologia e à psicologia. A linha de pesquisa Território, Sociedade e Saúde tem por objetivo investigar as relações entre a saúde e a doença e suas manifestações no território. Essa linha propõe estudos que visem ações integradas que contribuam para o conhecimento aprofundado entre a saúde/doença e suas relações territoriais³¹.

Um dos pontos centrais do GIT são as discussões sobre o movimento migratório, uma característica da região do Vale do Rio Doce, em especial, a cidade de Governador Valadares. Essa temática está alinhada com uma das linhas de pesquisa do GIT.

Um aspecto importante que caracteriza o GIT são suas áreas temáticas. Por ser um programa interdisciplinar, há sete áreas temáticas de pesquisa possíveis, como pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 – Áreas temáticas do GIT.

Áreas Temáticas	Descrição
Formação Histórica do Território	a) enfoque histórico e regional da migração, saúde, violência, vulnerabilidade, ambiente e sustentabilidade; b) cultura, território e identidade; c) território, memória e narrativa; d) discursos, identidade e território; f) relações de poder (grupos, sociedade e Estado); g) práticas simbólicas e representação do poder; h) processos de modernização, mudanças sociais e território; i) desenvolvimento e território; j) movimentos sociais e território; l) história local e regional.
Direito, Território e Regulação	a) direitos fundamentais, direitos humanos, efetividade do direito e território; b) questões federativas, sistema tributário e orçamento público; c) condições jurídicas das políticas públicas de base territorial, tais como integração regional, cidadania, cultura, rurais, defesa social, assistência social, saúde etc.; d) direito, defesa social e política criminal; e) redes e sistemas territoriais; f) norma, técnica e artefato na relação socioterritorial ; g) ordenamento territorial, planejamento e construção da vontade política.

³¹ Idem, 30.

Território das Migrações	a) território e população; b) mobilidade: migração, imigração e/ou emigração; c) redes sociais, território e migração; d) migração e questões de gênero, educação, saúde, violência e ambiente; e) história da migração; f) cultura da migração; g) migração e memória; h) retorno e impacto socioterritorial; i) tecnologia, modernização e migração rural; j) emigração, valores e práticas sociais.
Território da Saúde e Doença	a) representações sociais em processos de saúde e doença; b) envelhecimento populacional, saúde de idosos e qualidade de vida; c) gestão de serviços de saúde e avaliação do serviço e estratégia de saúde na dimensão territorial; d) espaço e representações nos processos de saúde, doença e cura; e) arte de curar, cultura, tradição e território; f) educação em saúde; g) saúde e mídia; h) Judicialização da saúde; n) história da saúde e da doença; o) saúde pública e saneamento.
Território da Violência e Vulnerabilidade	a) território, criminalidade e defesa social; b) território, vulnerabilidade, pobreza e violência; c) vulnerabilidade de jovens e famílias; d) território, juventude e violência; e) território, vulnerabilidade e políticas de assistência social, saúde, educação e segurança pública; f) gênero, violência e sistema prisional; g) desigualdade, conflito social e luta por direitos.
Ambiente e Sustentabilidade	a) ambiente população e migração; b) ambiente e saúde; c) ambiente e violência; d) história ambiental; e) ordenamento territorial, proteção e gestão ambiental; f) direito, território e proteção ambiental; g) educação ambiental.
Políticas Públicas	a) políticas de educação, saúde, assistência social e segurança pública; b) participação, poder local e democracia; c) território da juventude; d) território rural e território da cidadania; e) empreendedorismo e desenvolvimento local; f) direito, território e educação (EJA, Educação Básica, Ensino Superior); g) território, participação, democracia e movimentos sociais; h) gênero e educação; i) sujeitos, saberes e práticas educativas; j) Ensino Superior: democratização do acesso e novo público.

Fonte: Elaborado a partir das informações disponíveis no sítio eletrônico do GIT³².

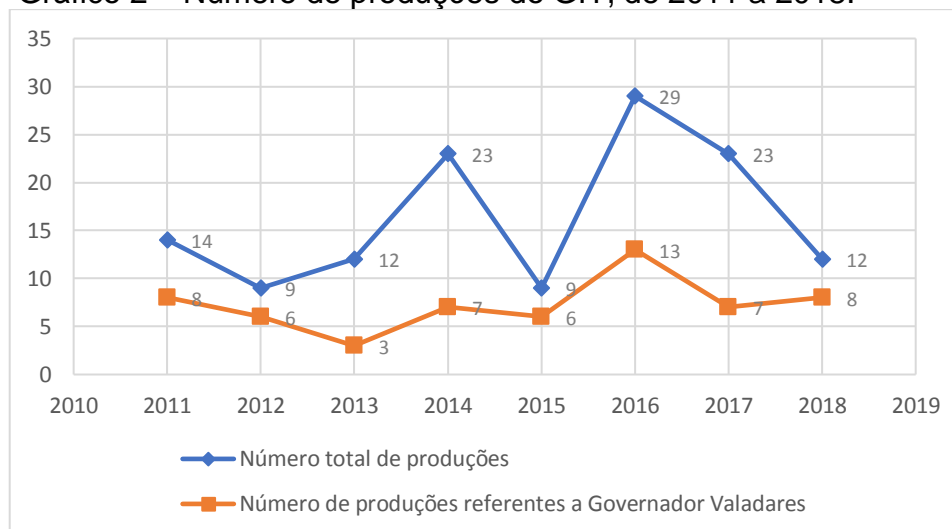
A motivação para a escolha pelas produções do GIT como fonte de dados para a análise neste estudo pauta-se em três aspectos fundamentais:

³² Disponível em: http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/Area_de_concentracao_e_linhas_de_pesquisa/. Acesso em: 15 abr. 2019.

- a) o caráter interdisciplinar do programa, o que confere às dissertações discussões que extrapolam um campo disciplinar apenas;
- b) a relevância de tais publicações para o estudo das questões regionais, missão que acompanha o programa desde a sua concepção, como já destacado neste texto;
- c) o comparecimento da abordagem territorial nas dissertações, elemento importante para a análise deste estudo.

Em uma busca na secretaria do programa³³, foram identificadas 131 (cento e trinta e uma) dissertações, defendidas no período de 2011 a 2018³⁴ (gráfico 2). É válido destacar que as discussões empreendidas nas dissertações do GIT não estão circunscritas à cidade de Governador Valadares. A maior parte dessas produções trata de questões que envolvem dinâmicas territoriais pertencentes a outras cidades, até mesmo outros estados. Por esta razão, neste estudo, fez-se um recorte para a priorização da análise de informações das dissertações relacionadas à cidade de Governador Valadares, cidade sede da UNIVALE.

Gráfico 2 – Número de produções do GIT, de 2011 a 2018.



Fonte: Elaborado a partir dos arquivos disponibilizados pela Secretaria do GIT.

³³ O levantamento dos materiais ocorreu em dois momentos: em agosto de 2018, estivemos pessoalmente na secretaria do GIT e solicitamos os arquivos de todas as dissertações defendidas no período de 2011 a 2018. Na oportunidade, foram disponibilizados 120 arquivos gravados em PDF. Em abril de 2018, estivemos novamente na secretaria e foram disponibilizados 11 arquivos referentes a dissertações defendidas no segundo semestre de 2018.

³⁴ O GIT teve início em 2009 e as primeiras dissertações foram apresentadas no ano de 2011, por isso a lacuna de dois anos entre o início das atividades e as primeiras apresentações.

Para identificar as dissertações que discutem questões relacionadas à cidade de Governador Valadares, procedeu-se à leitura preliminar do resumo de todas as dissertações. Assim, chegou-se ao número de 58 (cinquenta e oito) produções que constituem, portanto, o *corpus* de análise da pesquisa, conforme pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2 – Dissertações do GIT defendidas no período de 2011 a 2018, que tratam da cidade de Governador Valadares³⁵.

Ano: 2011	
Dissertação	Autor
Desterritorialização/ reterritorialização: processos vivenciados pelas professoras da Escola Estadual Paulo Campos Guimarães no contexto das transformações da Educação Especial em Governador Valadares.	Eliene Nery Santana Enes
Sentidos de um território: o processo de produção e reprodução simbólica do bairro São Tarcísio.	José Bispo Ferreira Filho
As representações do fenômeno migratório na mídia impressa valadarense.	Juliana Vilela Pinto
Hipertensão arterial sistêmica: representações de idosos a respeito da doença e seu tratamento.	Leonardo Oliveira Leão e Silva
Fazenda do Ministério: um território, dois momentos, muitos significados.	Nagel Medeiros
Ibituruna! A marca de um território. Design e identidade em apropriações simbólicas da paisagem em Governador Valadares.	Rosilene Conceição Maciel
Representações sociais da Lei de Cotas (LEI 8213/91) por portadores de necessidades especiais, gestores públicos e empresários, no território de Governador Valadares.	Sônia Maria Queiroz de Oliveira
Exame papanicolaou: um estudo etnogeográfico das intersubjetividades de um grupo de mulheres em Xonin de Baixo, GV-MG.	Vanessa Loyola Lopes
Ano: 2012	
Dissertação	Autor
Discursos do/sobre o transmigrante: um estudo de caso sobre a identidade no entrelugares.	Aline Cristina de Souza
Programas de atenção integral à família na promoção de saúde bucal, em Governador Valadares: percepção dos atores e efetividade das políticas públicas e institucionais.	Andrea Barbosa do Valle

³⁵ As 58 dissertações que compõem o *corpus* documental estão devidamente listadas no tópico Referências, logo após a lista de livros, artigos científicos e outros documentos utilizados para a fundamentação teórica deste estudo.

O drama da hanseníase numa perspectiva territorial: por uma polifonia dos seus atores, em Governador Valadares, na década de 1980.	Flávia Rodrigues Pereira
História e contexto do processo de institucionalização de idosos no território de Governador Valadares – MG.	Lidiane Mendes Nazareno Duarte
Conformando um território-carência: a imagem da ONG Asdog (GV – MG) sobre o espaço de sua atuação.	Luana da Silva Teixeira
O território do crime em Governador Valadares: diagnóstico e perspectivas.	Wagner Fabiano dos Santos
Ano: 2013	
Dissertação	Autor
Concepções femininas sobre saúde e doença no contexto da atenção primária: o caso Ipê.	Fernanda Magalhães Duarte Rocha
Concepções dos gestores em saúde bucal sobre território e sobre territorialidade.	Solange Farias Romão
Território, emigração e desenvolvimento humano: a privação da liberdade na perspectiva de Amartya Sen.	Vinícius Freire Cabral
Ano: 2014	
Dissertação	Autor
A crise econômica americana e o retorno: o processo de reinserção dos emigrantes na economia valadarense.	Carolina Lins de Castro Pires
Território da alimentação escolar: alunos com necessidades de atenção alimentar específica no município de Governador Valadares, MG.	Enara Cristina Silva Glória Roberto
Representações sociais sobre ambiente de residentes fixos e de não residentes praticantes de motociclismo off-road e do mountain bike, na área de proteção ambiental do Pico da Ibituruna.	João Batista Rodrigues da Silva Filho
Migração internacional: implicações psicológicas do retorno do emigrante ao seu lugar de origem.	Lídia Azevedo Brandes
Avaliação dos atributos da atenção primária à saúde na perspectiva do idoso.	Luiz Patrício Neto
Psicologia na atenção básica à saúde: visão dos médicos da Estratégia de Saúde da Família.	Maria Socorro de Menezes
Ensino superior, ciberespaço e inteligência coletiva: um estudo das interações entre estudantes e professores.	Rossana Cristina Ribeiro Morais
Ano: 2015	
Dissertação	Autor
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU): perfis multidimensionais das vítimas atendidas no período 2006-2011.	Fagner Martins de Oliveira

Reflexos do processo migratório - estudantes retornados em Governador Valadares	Luciana Borges de Almeida
Migração e deserção na Polícia Militar de Minas Gerais.	Luciovane Batista Lopes
Importância do suporte familiar na efetivação do pré-natal proposto pelas diretrizes do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN).	Marcela Otoni da Silva Pereira
Representações sociais de pacientes a respeito da hipertensão arterial sistêmica e sua influência na adesão ao tratamento e controle da pressão arterial.	Marina Mendes Soares
O território da crackolândia: um “novo-antigo” calcanhar de Aquiles do Centro de Governador Valadares.	Tiago Farias Braga
Ano: 2016	
Dissertação	Autor
A relação com o saber dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.	Ana Cristina Marques Lemos
Juventudes e territórios: constituição das experiências juvenis no Programa Fica Vivo! em Governador Valadares/ MG.	Ana Lídia Cristo Dias
Trabalho das mulheres garis à luz do princípio da dignidade da pessoa humana no território de Governador Valadares/MG.	Camila de Almeida Miranda
Direito à moradia? O Programa Minha Casa Minha Vida em Governador Valadares.	Cristiane Caldas Diniz Teixeira
As multiterritorialidades da condição juvenil a partir da marca do acautelamento.	Edmarcius Carvalho Novaes
Territorialização da atenção primária à saúde: avaliação da coordenação do serviço na perspectiva dos idosos inseridos no território da Estratégia Saúde da Família de Governador Valadares/MG.	Elaine Anastácia de Sousa
Migração e mídia étnica: jornais brasileiros de circulação nos Estados Unidos e sua representação na construção da identidade brasileira em território norte-americano.	Franco Dani Araújo e Pinto
Juventude e mídia impressa.	Jeysa Vanessa Rocha Magalhães Reis
Aspectos epidemiológicos, conhecimento e percepção de indivíduos residentes em área endêmica de leishmaniose visceral humana.	Josiane Marcia de Castro
Representação social sobre assistência pré-natal das gestantes inseridas no Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN).	Mayara Ribeiro Jerônimo Fernandes
Escola em tempo integral: territórios e saberes.	Míria Núbia Simões Lourenço
Assimilação das campanhas publicitárias do Ministério da Saúde de prevenção a AIDS pelos alunos ingressantes em 2016 da Universidade Vale do Rio Doce.	Pedro Lucca Neto

A experiência vivida no acautelamento: a medida socioeducativa na ressocialização de jovens em situação de conflito com a lei.	Sandra Dias Pereira da Costa
Ano: 2017	
Dissertação	Autor
Vertentes territoriais do rio Doce: o rompimento da barragem de Fundão e a cobertura jornalística do Diário do Rio Doce.	Ana Paula Campos Fernandes
Práticas de cuidado em saúde: traços culturais no território do Melquiádes.	Darlianne Nadine da Silva
Espelhos D'Água: representações sociais de crianças de Governador Valadares sobre o rio Doce.	Jacqueline Martins de Carvalho Vasconcelos
Avaliação da qualidade do serviço de Atenção Primária à Saúde sob perspectiva do idoso assistido no território da Estratégia Saúde da Família.	Maria Terezinha Silva Neta
Território e saúde: influência do suporte familiar na adesão ao tratamento odontológico em idoso.	Omar de Azevedo Ferreira
Práticas de língua inglesa na territorialização de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos.	Rafael Barbosa Lucas
O direito às cotas no curso de Medicina da UFJF/GV nos vieses territoriais de acesso, equidade, rendimento e efetividade	Sheyla Fernandes Conrado Lopes
Ano: 2018	
Dissertação	Autor
Marcas territoriais nas práticas do brincar das crianças da educação infantil em jornada de tempo integral	Alessandra Amaral Ferreira
Educação integral e cidade educadora: cartografia de territórios educativos em bairros de Governador Valadares.	Daniel Romulo de Carvalho Rocha
Educação ambiental: o divórcio entre a intenção das políticas públicas e a prática de ensino nas escolas	Emilia Marilda Cassini
Percepção de estudantes da educação de jovens e adultos sobre o rio Doce	Gilda de Melo Marques
Hortas comunitárias: uma análise dos significados atribuídos por agricultores urbanos no território valadarense	Jacqueline Miriam Maciel Junqueira
Conexões rizomáticas: ciberterritorialidades docentes e discentes	Karla Nascimento de Almeida
Saúde mental do policial civil de Governador Valadares – MG: impacto da atividade profissional na constituição de suas territorialidades	Marcelo Alves Rocha
Experiências e saberes de estudantes universitários sobre o rio Doce	Wildma Mesquita Silva

Fonte: Elaborado a partir dos arquivos disponibilizados pela Secretaria do Programa GIT.

A análise preliminar das dissertações do GIT listadas no quadro 2 indicou que esta produção sobre a cidade de Governador Valadares favorece a identificação de elementos que remetem à compreensão das dinâmicas territoriais, pois, conforme consta no sítio eletrônico do programa³⁶, a ótica da gestão integrada do território permite uma visão integradora das dinâmicas que recortam, organizam e significam o território, nas suas vertentes social, econômica e ambiental, todas marcadas por relações culturais e identitárias.

3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO

A aplicação da análise de conteúdo em estudos empíricos é uma prática de investigação que teve início nas primeiras décadas do século XX e que se fez presente, inicialmente, em análises de materiais essencialmente jornalísticos (BARDIN, 2016). Ao longo do século XX, a prática foi aprimorada, tanto do ponto de vista técnico (com a aplicação do computador nas análises, por exemplo) quanto do ponto de vista metodológico, e passou a ser incorporada por diversas disciplinas (IDEM).

Como explica Bardin (2016), a análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas aplicadas para a análise de todas as formas de comunicação, utilizando-se procedimentos sistematizados para a descrição do conteúdo das mensagens. Contudo, a autora reitera que não é suficiente ficar restrito à descrição do conteúdo, é preciso apreender o que esse conteúdo pode ensinar depois de ser tratado. Assim, ao trabalhar com a análise de conteúdo, a intenção deve ser a “*inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)*” (BARDIN, 2016, p. 44, grifo da autora).

A escolha pelo método da análise de conteúdo justifica-se pela necessidade de pôr em relevo, tanto as dinâmicas territoriais sobre a cidade de Governador Valadares, manifestadas na produção do GIT, quanto a estrutura das interações de hélice tríplice que configuram essas dinâmicas que, por sua vez, poderão contribuir para refletir a Educação Empreendedora.

³⁶ Disponível em: < http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/Apresentacao/?CodigoCentralInformacao=2802>. Acesso em: 20 ago. 2018.

A análise documental possui características análogas à análise de conteúdo, o que reforça a escolha do método quando se trabalha com documentos. Quando a análise de conteúdo privilegia a descrição das características do texto e a interpretação de tais características, a inferência (ou dedução lógica) atua como uma ponte entre a descrição e a interpretação. Assim, ao trabalhar com a função de inferência e a análise categorial, é possível identificar a análise de conteúdo como análise documental, embora deva-se considerar que existem, também, diferenças essenciais entre os dois métodos (BARDIN, 2016).

A utilização do método de análise de conteúdo organiza-se em três fases: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2016). A seguir, será detalhada a aplicação do método em cada uma das fases.

3.2.1 Pré-análise

A primeira etapa, denominada pré-análise, consiste na escolha e organização dos documentos que serão submetidos à análise, bem como a formulação de hipóteses e objetivos e a definição dos indicadores que fundamentarão a análise final do material.

De acordo com Bardin (2016), a escolha dos documentos que comporão o *corpus* de análise deve observar quatro regras, quais sejam: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência³⁷. Tendo em vista os objetivos propostos neste estudo, definiu-se que o conjunto dos documentos submetidos aos procedimentos analíticos seguem as regras:

- a) da exaustividade, pois todo o conjunto de dissertações que tratam da cidade de Governador Valadares foi analisado na íntegra;
- b) da homogeneidade, pois as dissertações compõem um corpo documental com características semelhantes, o que as difere de outros documentos; e
- c) da pertinência, pois os documentos são adequados para a análise proposta, uma vez que contemplam o estudo de questões regionais e o comparecimento da abordagem territorial.

³⁷ Para mais informações sobre cada uma das regras, consultar Bardin (2016, p. 126-128).

A regra da representatividade, tal como descrita por Bardin (2016), não será considerada neste estudo, uma vez que não se realizará uma análise por amostra, e sim a análise de todo o conjunto de documentos fornecidos pela secretaria do GIT que discutem a cidade de Governador Valadares.

O objetivo geral e as hipóteses que delineiam a análise são aqueles que norteiam o estudo, tal como apresentou-se no capítulo introdutório.

Como objetivos específicos, definiu-se:

- Levantar a produção acadêmica do GIT nos últimos 10 anos sobre a cidade de Governador Valadares.
- Analisar essa produção nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, perpassados pelos componentes culturais e identitários.
- Identificar as dissertações que contextualizam aspectos da zona urbana (bairros da cidade) e da zona rural (distritos), verificando quais áreas da cidade são contempladas nos documentos analisados.
- Analisar no *corpus* documental as interações entre as esferas locais (universidade, governo e sociedade), com o objetivo de evidenciar a configuração das dinâmicas territoriais.

O trabalho com os indicadores levará em consideração a análise por categorias, que consiste na organização do conjunto de documentos por agrupamentos analógicos. Neste estudo, assume-se a categorização em conformidade com Oosterbeek (2012), que sinaliza que as dinâmicas territoriais são provocadas por ações dos indivíduos (isolados ou em grupos) e relacionam-se a três dimensões: social, econômica e ambiental.

Desta forma, para a análise do *corpus* documental, as dissertações foram classificadas em três categorias temáticas: dinâmicas sociais, dinâmicas econômicas e dinâmicas ambientais. Todas as categorias são perpassadas pelo capital social, considerando-se os aspectos identitários e da cultura, que são destacados por Oosterbeek (2012) como indissociáveis na gestão integrada do território.

Para que o exercício de categorização se mantenha alinhado com os objetivos deste estudo, cada dissertação foi classificada em apenas uma das categorias definidas.

Após a categorização, outros elementos foram considerados no tratamento das informações, que são:

- a) recorte geográfico – identificação das dissertações que contextualizam aspectos da zona urbana (bairros da cidade) e da zona rural (distritos), com o objetivo de localizar geograficamente a produção do GIT e identificar quais áreas da cidade são contempladas pela referida produção;
- b) interações de hélice tríplice – identificação das esferas locais (hélices) que comparecem nas discussões, com o objetivo de evidenciar a interação entre essas esferas nas dinâmicas territoriais.

Depois de definidas todas as diretrizes para a análise, a próxima etapa trata da exploração do material selecionado, conforme é discutido na seção seguinte.

3.2.2 Exploração do material

Na segunda etapa da análise de conteúdo, procede-se à análise propriamente dita dos documentos selecionados, aplicando-se as decisões descritas na etapa anterior.

O trabalho consistiu na leitura atenta e crítica de todas as dissertações identificadas, que compreendem o conjunto de cinquenta e oito produções (ver quadro 2, pág. 56). A partir da leitura de cada documento, foi produzida uma síntese contendo: classificação categorial; recorte geográfico; interações de hélice tríplice. No apêndice A, são apresentados três exemplos de quadros-síntese produzidos durante a análise das dissertações.

O passo seguinte é a interpretação dos dados obtidos.

3.2.3 Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação

Depois de definidos os procedimentos de análise e a análise propriamente dita, a última etapa da análise de conteúdo consiste em tratar os dados, de modo que se tornem significativos e válidos para o objetivo pretendido.

O que se pretende é a análise dos dados coletados para a identificação de conexões entre a produção acadêmica sobre a cidade e as interações de hélice tríplice, o que poderá fornecer elementos para o debate sobre a Educação Empreendedora, que possam gerar respostas significativas para a universidade e a sociedade, por meio do desenvolvimento de soluções para os dilemas locais mais emergentes. No próximo capítulo serão descritas as análises realizadas.

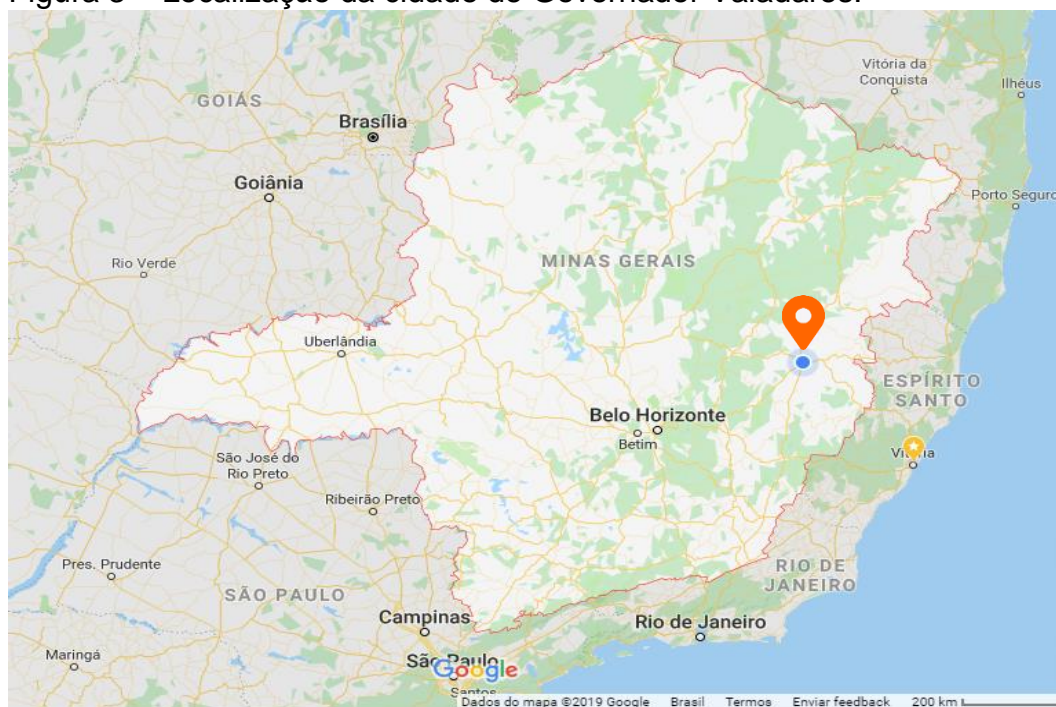
4 DINÂMICAS TERRITORIAIS E A CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES

Este capítulo está organizado em três tópicos onde são apresentadas as percepções referentes às dinâmicas territoriais sobre a cidade de Governador Valadares, a partir da análise das dissertações do GIT, bem como as interações de hélice tríplice que sinalizam potencialidades para a universidade empreendedora.

4.1 A CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES

Governador Valadares está localizada na porção leste do estado de Minas Gerais, no Sudeste do Brasil. Faz parte da microrregião do Vale do Rio Doce (figura 3) e ocupa uma área de 2.342,325 km². Está localizada no ponto de cruzamento de três importantes rodovias federais – BR 116, BR 381 e BR 259 – que interligam a microrregião às regiões Norte e Sul do País. A cidade conta também com a ferrovia Vitória-Minas, administrada pela empresa Vale S.A., que oferece o serviço de transporte de passageiros e transporte de cargas.

Figura 3 – Localização da cidade de Governador Valadares.



Fonte: Google Maps, 2019.

Em importante trabalho sobre a história de Governador Valadares, Espindola (1999) relata que no período compreendido entre os anos 1808 e 1831, o território que mais tarde receberia o nome de Governador Valadares passou a ser ocupado por quartéis de Divisões Militares que tinham o propósito de perseguir a população de índios Botocudos que habitavam a região, e oferecer segurança para as atividades de navegação e comércio no rio Doce. Um desses quartéis, da 6.^a Divisão Militar, foi instalado em Figueira, às margens do rio Doce, local em que foi criado um porto de canoas que recebeu o nome de Porto Dom Manoel. Essa denominação restringiu-se ao uso oficial, pois o local era reconhecido pelo nome de Porto da Figueira do Rio Doce ou Porto da Figueira (ESPINDOLA, 1999).

A presença do rio Doce e a localização de Figueira possibilitaram que o lugar logo se tornasse um ponto estratégico para o escoamento da produção das regiões do Vale do Suaçuí e do Santo Antônio (ESPINDOLA, 1999). Figueira, um arraial que pertencia ao Distrito de Peçanha, recebeu *status* de distrito em 1884. A inauguração, em 1910, da estação de trem em Figueira em decorrência da construção da ponte sobre o rio Doce, foi um marco importante para que Figueira se consolidasse como entreposto comercial, destacando-se em meio ao “deserto verde” (IDEM).

Espindola (1999) relata que a chegada da estrada de ferro possibilitou que os primeiros comerciantes também chegassem ao lugar, e foi nas décadas de 1920 e 1930 que o crescimento de Figueira se acelerou, com destaque para o comércio de café e madeira. O autor destaca que o crescimento atingiu o auge entre as décadas de 1940 e 1960, quando teve início o ciclo da exportação de minério de ferro em larga escala. A atividade comercial era intensa em Figueira, que recebia feijão, milho, farinha, rapadura, queijo e toucinho para abastecer a região, e enviava sal, querosene, tecidos, ferramentas e utensílios diversos (IDEM).

A emancipação de Figueira ocorreu em 31 de dezembro de 1937, por ato do então governador Benedito Valadares. Em 17 de dezembro de 1938, o Decreto-lei n.º 148 alterou o nome de Figueira para Governador Valadares (ESPINDOLA, 1999).

A vasta oferta de recursos naturais – tais como madeira, pedras preciosas, mica e solos férteis – tornou-se um elemento impulsionador para o crescimento demográfico e econômico da cidade. Entre as décadas de 1940 e 1960 a população de Governador Valadares cresceu aproximadamente 1.230%, saltando de 5.734 habitantes em 1940 para 70.494 em 1960 (ESPINDOLA, 1999).

Governador Valadares atraía um número crescente de forasteiros, vindos das zonas vizinhas do Vale do Suaçuí, Zona da Mata, Mucuri e Espírito Santo, em busca de oportunidades de negócio ou de trabalho. (...) A maioria dessas pessoas encontrava ocupação nas serrarias, nas oficinas de mica, nos abatedouros, nos grandes armazéns, nas indústrias diversas, nos pequenos comércios, na construção civil, entre outras ocupações oferecidas pela expansão urbana. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 31)

A atividade comercial na cidade começou a apresentar desaceleração a partir da década de 1960, em virtude do esgotamento dos recursos naturais. Com a baixa oferta de matéria-prima, a manutenção dos empreendimentos econômicos passou a depender de investimentos de capitais. Essa realidade impulsionou o início do processo migratório de capitais, com destaque para o capital madeireiro (ESPINDOLA, 1999). Empresas foram fechadas na cidade e a oferta de trabalho tornou-se desaquecida, levando ao movimento migratório da população, que deixava a região em busca de novas oportunidades, configurando um processo de involução demográfica em Governador Valadares e região, cuja população passou de 17% para 9% da população do estado de Minas Gerais, entre 1960 e 1991 (ESPINDOLA; OOSTERBEEK, 2008).

Nas décadas seguintes, a dinâmica econômica da cidade foi se agravando e a região “que foi considerada a ‘terra da promessa’, desde que o termo surgiu em documentos do final do século XVIII, passou a ser mencionada nos documentos oficiais, a partir do meado da década de sessenta, como ‘região problema” (ESPINDOLA, 1999, p. 35, aspas do autor). Espindola e Oosterbeek (2008) afirmam que o esvaziamento econômico e demográfico enfraqueceu a posição de Governador Valadares no cenário político-econômico estadual pelas seguintes razões:

- esgotamento dos cursos de águas da ampla rede fluvial devido à degradação ambiental, com o Rio Doce apresentando graves problemas de sedimentação e qualidade de água;
- esgotamento das pastagens de capim colônio e acelerado processo de erosão, pela falta de manejo adequado do solo e utilização além da capacidade de suporte;
- esvaziamento populacional de várias cidades ou distritos, com perdas expressivas de habitantes, a partir de 1960;
- falta de alternativa econômica produtiva e perspectiva de emprego, com predomínio da tendência de diminuição do emprego e da renda;
- baixa produtividade do ensino fundamental e atendimento precário no ensino de nível médio, criando um quadro de maciça exclusão na passagem do fundamental para o ensino médio;
- recursos humanos de nível médio e superior escassos;
- perda para o exterior (emigração) de pessoal em idade produtiva e com melhor qualificação, concentrando na faixa entre 16 e 35 anos;

- quadro de doenças endêmicas atinge a região, sendo as mais graves: esquistossomose, hanseníase, peste bubônica e leishmaniose tegumentar;
- participação decrescente no Orçamento Estadual para Investimento. (ESPINDOLA; OOSTERBEEK, 2008, p. 23-24)

O tempo decorrente entre a expressiva expansão da região e a involução econômica que marcou os anos 1960 não foi suficiente para “sedimentar laços de pertencimentos e instituir o aparato simbólico necessário à construção de uma identidade cultural e de uma sinergia regional” (ESPINDOLA; OOSTERBEEK, 2008, p. 25).

A consequência da fraca sinergia regional e de poucas referências identitárias é a ausência de elementos que potenciam o capital social, fator preponderante no processo de desenvolvimento territorial (FLORES, 2006). É a dinâmica de interações entre os atores locais (que reflete a existência de uma sociedade ativa) para a exploração das potencialidades locais que contribuirá para o desenvolvimento territorial, que leva em consideração aspectos sociais, econômicos e culturais.

O cenário que marcou a cidade na década de 1960 reflete, nas décadas posteriores, a reduzida capacidade de gerar soluções para os dilemas e conflitos locais, conferindo à cidade pouco dinamismo econômico e fraca interação entre os agentes locais.

Com base em dados atuais da cidade de Governador Valadares, sua população estimada é de 278.685 pessoas, com densidade demográfica de 112,58 habitantes por quilômetro quadrado³⁸. A cidade apresenta ainda o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,727³⁹, o que coloca a cidade na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (considerando o IDHM entre 0,700 e 0,799)⁴⁰.

O IDHM é uma medida que considera três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. A análise do gráfico 3 permite identificar o grau de importância de cada dimensão na composição do IDHM de Governador Valadares. Historicamente, observa-se que o índice da cidade teve crescimento considerável, influenciado pela elevação do grau de escolaridade da população e pelo aumento da renda per capita.

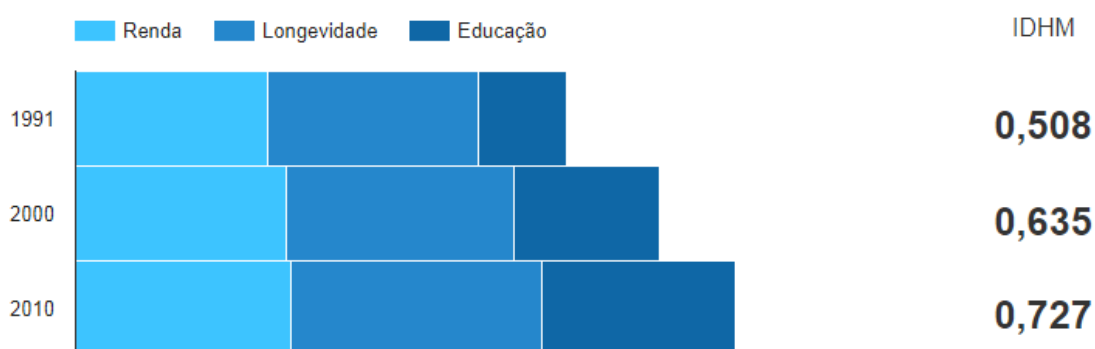
³⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>. Acesso em: 15 fev. 2019.

³⁹ Idem, 38.

⁴⁰ Fonte: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/governador-valadares_mg. Acesso em: 10 abr. 2019.

A análise histórica indica ainda que a cidade vem, paulatinamente, superando alguns desafios e buscando alternativas de solução para os dilemas locais. Destacam-se as políticas públicas desenvolvidas em âmbito federal nas últimas décadas que têm contribuído para o aumento do número de crianças e jovens nas escolas, como se pode conferir no gráfico a seguir.

Gráfico 3 – Componentes do IDHM de Governador Valadares.



Fonte: Atlas Brasil⁴¹.

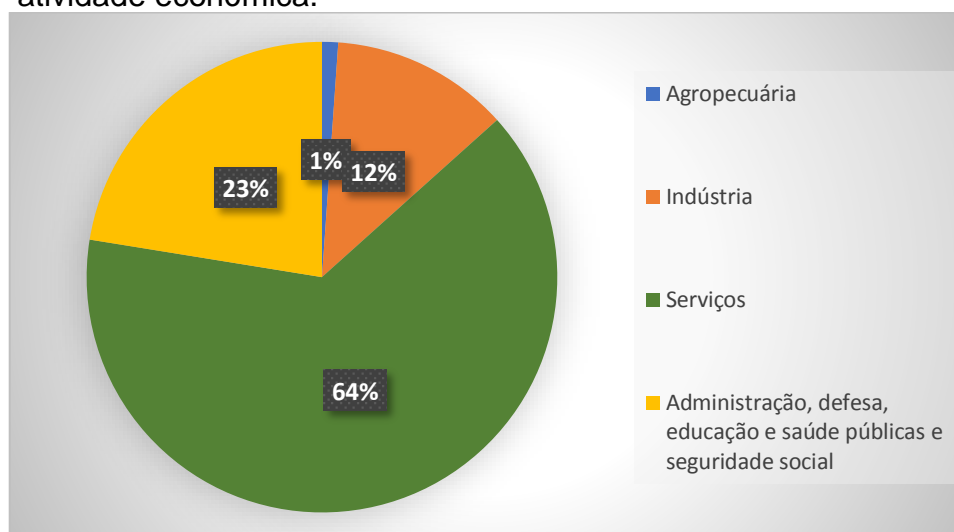
Embora o índice coloque a cidade na faixa de Desenvolvimento Humano Alto, a análise das dinâmicas territoriais apreendidas a partir das dissertações produzidas no GIT evidenciará que a cidade ainda tem muitos desafios a serem superados.

De acordo com dados do IBGE⁴², em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) de Governador Valadares era de R\$ 5.651.277,20, com destaque para as atividades de prestação de serviços (gráfico 4).

⁴¹ Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/governador-valadares_mg. Acesso em: 10 abr. 2019.

⁴² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 10 abr. 2019.

Gráfico 4 – Distribuição do PIB de Governador Valadares por atividade econômica.



Fonte: Elaborado a partir dos dados disponíveis no sítio eletrônico do IBGE⁴³.

O cenário atual coloca a prestação de serviços como principal atividade econômica, contrapondo com o cenário até a década de 1960, quando a atividade agropecuária representava destaque na economia da cidade, integrando as atividades do ciclo exploratório dos recursos naturais da cidade, cujo esgotamento provocou séria crise econômica a partir dos anos 1960 (ESPINDOLA, 1999).

Em 05 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana-MG. A barragem pertencia à empresa Samarco Mineração S.A., uma *joint-venture* controlada por duas das maiores empresas de mineração do mundo, a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton. Em decorrência do rompimento da barragem, a onda de rejeitos se estendeu por 663 km, comprometendo todo o ecossistema dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, até chegar às águas costeiras do estado do Espírito Santo (ESPINDOLA et al., 2016), como ilustra a figura 4.

⁴³ Idem, 42.

Figura 4 – Imagem de satélite da foz do rio Doce invadida pela lama de rejeitos.



Fonte: NASA Earth Observatory, 2015⁴⁴.

O evento desencadeou uma série de desdobramentos no cotidiano das cidades diretamente comprometidas pelos efeitos do rompimento, provocando novas dinâmicas sociais no território, nas suas dimensões social, econômica e ambiental. Este assunto será melhor explorado na seção que discute as dinâmicas ambientais na cidade de Governador Valadares e nas demais seções de análise deste trabalho.

O território do município de Governador Valadares está organizado em 183 (cento e oitenta e três) bairros, além de 12 distritos, conforme pode ser observado nos mapas da cidade (anexo)⁴⁵.

As desigualdades sociais presentes no território nas primeiras décadas de existência de Governador Valadares permanecem na atualidade. A cidade de hoje é

44

Disponível

em

<https://eoimages.gsfc.nasa.gov/images/imagerecords/87000/87083/riodoce_oli_2015334_lrg.jpg>.

Acesso em: 11 abr. 2019.

⁴⁵ Durante a pesquisa realizou-se diversas tentativas de localizar informações atuais sobre os bairros e distritos junto à Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Todas as tentativas fracassaram, tal como ocorreu com Rocha (2018a). Desse modo, buscou-se uma estratégia alternativa em pesquisa no sítio eletrônico da enciclopédia livre Wikipedia. No sítio eletrônico <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_de_Governador_Valadares> encontrou-se informações sobre os bairros e distritos, com referência a documentos da Prefeitura, e que são apresentadas no anexo deste estudo.

marcada por contrastes, que se acentuam à medida que se desloca da área central para a periferia. Como Guimarães (2009) afirma,

um lugar com menos possibilidades fornece aos seus moradores também menores possibilidades e oportunidades, inclusive no que diz respeito à participação no jogo político de construção da própria cidade. As diferenças sócio-espaciais não advêm de um processo natural, próprio ao processo de crescimento da cidade. (GUIMARÃES, 2009, p. 178).

Por tudo que foi exposto, ao pensar a cidade a partir das dinâmicas territoriais, propõe-se a mobilização dos agentes locais em prol do desenvolvimento territorial, que leve em consideração as interações sociais e o modo como a cidade é percebida e apropriada pelos atores locais. A cidade não é uma abstração (SPOSITO, 2017), mas um lugar de sentidos, de reprodução da vida e dos valores culturais e simbólicos. Entende-se a cidade como um lugar de direitos (LEFEBVRE, 2001), onde todos os cidadãos têm o direito de participarem ativamente da construção de uma cidade que esteja acessível a todos e que ofereça soluções para as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana (IDEM).

4.2 APREENDENDO A CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES: DINÂMICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS

A análise do *corpus* documental deste estudo foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa, prosseguiu-se à análise de 08 (oito) dissertações escolhidas aleatoriamente. Destas, 05 (cinco) dissertações são de 2011, 01 (uma) dissertação de 2016 e 02 (duas) dissertações de 2018. O objetivo foi identificar se os documentos apresentavam as informações necessárias à análise pretendida. Uma vez confirmada a possibilidade de prosseguimento do estudo, as demais dissertações foram analisadas, conforme o seguinte procedimento de análise:

- a) leitura das dissertações na íntegra, com especial atenção aos tópicos introdução, discussão e conclusão de cada uma das dissertações;
- b) classificação de cada dissertação em apenas uma categoria temática;
- c) localização geográfica de cada dissertação, identificando qual área da cidade é contemplada em cada produção;
- d) identificação das dinâmicas territoriais que levam às interações de hélice tríplice.

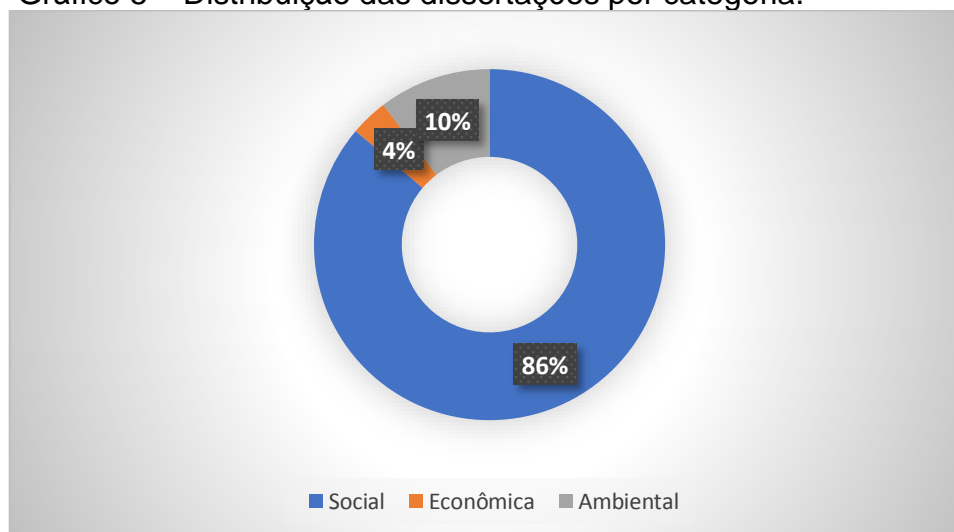
Após a leitura de cada dissertação foi elaborado um quadro-síntese com todos os elementos destacados acima.

As reflexões apresentadas neste estudo sinalizam para a necessidade de um olhar articulado e colaborativo para que se compreenda os dilemas das sociedades atuais e se proponham ações e intervenções de natureza sistêmica, dada a complexidade das relações sociais dos sujeitos no território.

Com a consciência dessa necessidade, a análise do material selecionado manteve-se comprometida com a perspectiva integradora do território, em suas dimensões social, econômica e ambiental, perpassadas pela cultura e pela identidade.

A análise permitiu identificar dissertações com enfoque nas três dimensões, com uma prevalência de estudos voltados para a dimensão social (86%), como pode ser observado no gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição das dissertações por categoria.

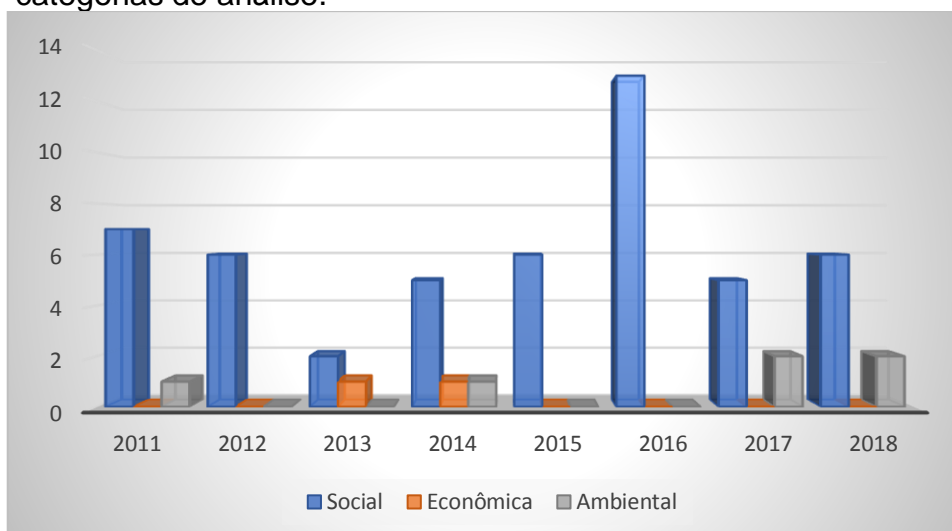


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Ao examinar o curso do tempo do GIT, observa-se que as dissertações privilegiam debates cujas referências encontram-se na dimensão social. No que tange às dimensões econômica e ambiental, observa-se que a frequência é menor, contudo, a partir de 2016, há uma frequência maior de estudos com enfoque nas questões ambientais, provavelmente em virtude do rompimento de uma barragem de rejeitos de minério da empresa Samarco Mineração S.A., controlada pelas empresas Vale S.A. e BHP Billiton, ocorrido na cidade de Mariana/MG, em 05 de novembro de 2015 e que provocou um rastro de destruição e inúmeros impactos socioeconômicos e ambientais na bacia do rio Doce, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo

(ESPINDOLA et al, 2016; ESPINDOLA; GUERRA, 2017; FERNANDES, 2017; VASCONCELOS, 2017; MARQUES, 2018; SILVA, 2018).

Gráfico 6 – Distribuição das dissertações por ano, conforme as categorias de análise.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nas seções a seguir, serão detalhadas as análises empreendidas, com informações organizadas por categoria de análise.

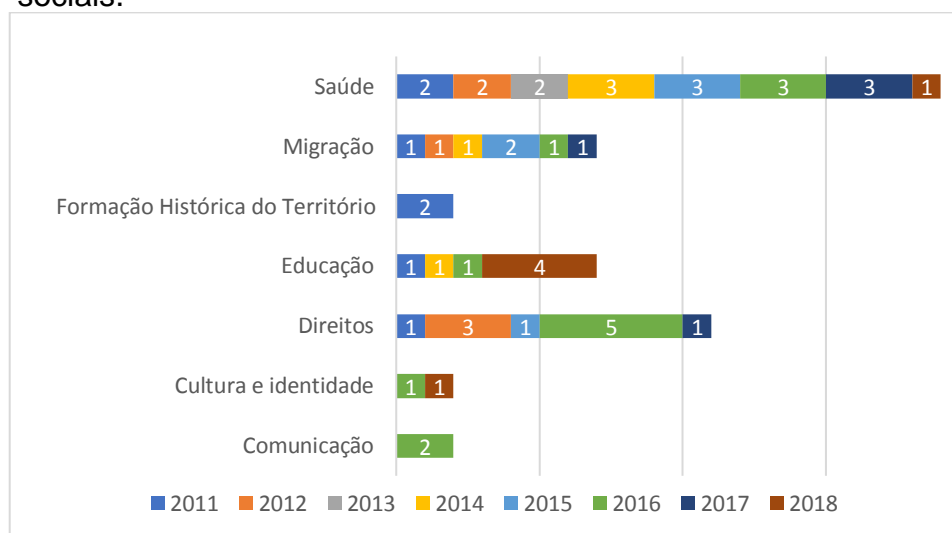
4.2.1 Dinâmicas sociais

O território é constituído de sentido político e é um espaço que é apropriado simbolicamente pelos sujeitos, a partir das relações sociais que produzem ou fortalecem uma identidade (HAESBAERT, 2011a). Nesse sentido, as dinâmicas sociais aqui apresentadas focalizam a ação dos atores e dos grupos humanos no território de Governador Valadares.

Dentre as 58 (cinquenta e oito) dissertações analisadas, 50 (cinquenta) pertencem à categoria das dinâmicas sociais. Para melhor condução da análise, optou-se pelo agrupamento dessas dissertações em subcategorias. Tais subcategorias foram definidas a partir de uma aproximação com as linhas temáticas do GIT, sem contudo pretender-se a mesma organização das linhas temáticas do programa.

As subcategorias para a análise das dinâmicas sociais são: comunicação; cultura e identidade; direitos; educação; formação histórica do território; migração; saúde. O gráfico 7 ilustra a distribuição do número de dissertações por subcategoria.

Gráfico 7 – Distribuição das dissertações da categoria dinâmicas sociais.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Observa-se que há um número significativo de dissertações que versam sobre a temática da saúde (38%), seguido pelas dissertações agrupadas nas temáticas direitos (22%), educação (14%), migração (14%), comunicação (4%), cultura e identidade (4%) e formação histórica do território (4%).

No quadro 3, encontram-se todas as dissertações analisadas, organizadas por subcategoria.

Quadro 3 – Dissertações que tratam de dinâmicas sociais.

Subcategoria	Ano	Dissertação	Autor(a)
Comunicação	2016	Juventude e mídia impressa.	Jeysa Vanessa Rocha Magalhães Reis
Comunicação	2016	Assimilação das campanhas publicitárias do Ministério da Saúde de prevenção a AIDS pelos alunos ingressantes em 2016 da Universidade Vale do Rio Doce.	Pedro Lucca Neto
Cultura e identidade	2016	Trabalho das mulheres garis à luz do princípio da dignidade da	Camila de Almeida Miranda

		pessoa humana no território de Governador Valadares/MG.	
Cultura e identidade	2018	Hortas comunitárias: uma análise dos significados atribuídos por agricultores urbanos no território valadarense	Jacqueline Miriam Maciel Junqueira
Direitos	2011	Representações sociais da Lei de Cotas (Lei 8213/91) por portadores de necessidades especiais, gestores públicos e empresários, no território de Governador Valadares.	Sônia Maria Queiroz de Oliveira
Direitos	2012	História e contexto do processo de institucionalização de idosos no território de Governador Valadares – MG.	Lidiane Mendes Nazareno Duarte
Direitos	2012	Conformando um território-carência: a imagem da ONG Asdog (GV – MG) sobre o espaço de sua atuação.	Luana da Silva Teixeira
Direitos	2012	O território do crime em Governador Valadares: diagnóstico e perspectivas.	Wagner Fabiano dos Santos
Direitos	2015	O território da crackolândia: um “novo-antigo” calcanhar de Aquiles do Centro de Governador Valadares.	Tiago Farias Braga
Direitos	2016	A relação com o saber dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.	Ana Cristina Marques Lemos
Direitos	2016	Juventudes e territórios: constituição das experiências juvenis no Programa Fica Vivo! em Governador Valadares/ MG.	Ana Lídia Cristo Dias
Direitos	2016	Direito à moradia? O Programa Minha Casa Minha Vida em Governador Valadares.	Cristiane Caldas Diniz Teixeira
Direitos	2016	As multiterritorialidades da condição juvenil a partir da marca do acautelamento.	Edmarcius Carvalho Novaes
Direitos	2016	A experiência vivida no acautelamento: a medida socioeducativa na ressocialização de jovens em situação de conflito com a lei.	Sandra Dias Pereira da Costa
Direitos	2017	O direito às cotas no curso de Medicina da UFJF/GV nos vieses territoriais de acesso, equidade, rendimento e efetividade	Sheyla Fernandes Conrado Lopes

Educação	2011	Desterritorialização/ reterritorialização: processos vivenciados pelas professoras da Escola Estadual Paulo Campos Guimarães no contexto das transformações da Educação Especial em Governador Valadares.	Eliene Nery Santana Enes
Educação	2014	Ensino superior, ciberespaço e inteligência coletiva: um estudo das interações entre estudantes e professores.	Rossana Cristina Ribeiro Moraes
Educação	2016	Escola em tempo integral: territórios e saberes.	Míria Núbia Simões Lourenço
Educação	2018	Marcas territoriais nas práticas do brincar das crianças da educação infantil em jornada de tempo integral	Alessandra Amaral Ferreira
Educação	2018	Educação integral e cidade educadora: cartografia de territórios educativos em bairros de Governador Valadares.	Daniel Rômulo de Carvalho Rocha
Educação	2018	Educação ambiental: o divórcio entre a intenção das políticas públicas e a prática de ensino nas escolas	Emilia Marilda Cassini
Educação	2018	Conexões rizomáticas: ciberterritorialidades docentes e discentes	Karla Nascimento de Almeida
Formação Histórica do Território	2011	Sentidos de um território: o processo de produção e reprodução simbólica do bairro São Tarcísio.	José Bispo Ferreira Filho
Formação Histórica do Território	2011	Fazenda do Ministério: um território, dois momentos, muitos significados.	Nagel Medeiros
Migração	2011	As representações do fenômeno migratório na mídia impressa valadareense.	Juliana Vilela Pinto
Migração	2012	Discursos do/sobre o transmigrante: um estudo de caso sobre a identidade no entrelugares.	Aline Cristina de Souza
Migração	2014	Migração internacional: implicações psicológicas do retorno do emigrante ao seu lugar de origem.	Lídia Azevedo Brandes
Migração	2015	Reflexos do processo migratório - estudantes retornados em Governador Valadares	Luciana Borges de Almeida

Migração	2015	Migração e deserção na Polícia Militar de Minas Gerais.	Luciovane Batista Lopes
Migração	2016	Migração e mídia étnica: jornais brasileiros de circulação nos Estados Unidos e sua representação na construção da identidade brasileira em território norte-americano.	Franco Dani Araújo e Pinto
Migração	2017	Práticas de língua inglesa na territorialização de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos.	Rafael Barbosa Lucas
Saúde	2011	Hipertensão arterial sistêmica: representações de idosos a respeito da doença e seu tratamento.	Leonardo Oliveira Leão e Silva
Saúde	2011	Exame papanicolaou: um estudo etnogeográfico das intersubjetividades de um grupo de mulheres em Xonin de Baixo, GV-MG.	Vanessa Loyola Lopes
Saúde	2012	Programas de atenção integral à família na promoção de saúde bucal, em Governador Valadares: percepção dos atores e efetividade das políticas públicas e institucionais.	Andrea Barbosa do Valle
Saúde	2012	O drama da hanseníase numa perspectiva territorial: por uma polifonia dos seus atores, em Governador Valadares, na década de 1980.	Flávia Rodrigues Pereira
Saúde	2013	Concepções femininas sobre saúde e doença no contexto da atenção primária: o caso Ipê.	Fernanda Magalhães Duarte Rocha
Saúde	2013	Concepções dos gestores em saúde bucal sobre território e sobre territorialidade.	Solange Farias Romão
Saúde	2014	Território da alimentação escolar: alunos com necessidades de atenção alimentar específica no município de Governador Valadares, MG.	Enara Cristina Silva Glória Roberto
Saúde	2014	Avaliação dos atributos da atenção primária à saúde na perspectiva do idoso.	Luiz Patrício Neto
Saúde	2014	Psicologia na atenção básica à saúde: visão dos médicos da Estratégia de Saúde da Família.	Maria Socorro de Menezes
Saúde	2015	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU): perfis	Fagner Martins de Oliveira

		multidimensionais das vítimas atendidas no período 2006-2011.	
Saúde	2015	Importância do suporte familiar na efetivação do pré-natal proposto pelas diretrizes do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN).	Marcela Otoni da Silva Pereira
Saúde	2015	Representações sociais de pacientes a respeito da hipertensão arterial sistêmica e sua influência na adesão ao tratamento e controle da pressão arterial.	Marina Mendes Soares
Saúde	2016	Territorialização da atenção primária à saúde: avaliação da coordenação do serviço na perspectiva dos idosos inseridos no território da Estratégia Saúde da Família de Governador Valadares/MG.	Elaine Anastácia de Sousa
Saúde	2016	Aspectos epidemiológicos, conhecimento e percepção de indivíduos residentes em área endêmica de leishmaniose visceral humana.	Josiane Marcia de Castro
Saúde	2016	Representação social sobre assistência pré-natal das gestantes inseridas no Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN).	Mayara Ribeiro Jerônimo Fernandes
Saúde	2017	Práticas de cuidado em saúde: traços culturais no território do Melquíades.	Darlianne Nadine da Silva
Saúde	2017	Avaliação da qualidade do serviço de Atenção Primária à Saúde sob perspectiva do idoso assistido no território da Estratégia Saúde da Família.	Maria Terezinha Silva Neta
Saúde	2017	Território e saúde: influência do suporte familiar na adesão ao tratamento odontológico em idoso.	Omar de Azevedo Ferreira
Saúde	2018	Saúde mental do policial civil de Governador Valadares – MG: impacto da atividade profissional na constituição de suas territorialidades	Marcelo Alves Rocha

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A leitura desse quadro indica uma diversidade de temáticas que levantam questões imprescindíveis para a leitura da cidade, conforme se pode conferir nos tópicos seguintes.

4.2.1.1 Dinâmicas sociais – subcategoria comunicação

Nesse primeiro subconjunto, encontram-se as produções de Reis (2016) e Lucca Neto (2016). Os autores abordam o papel de veículos de comunicação na conformação das dinâmicas territoriais. Em Reis (2016), a análise está direcionada para os repertórios linguísticos sobre as juventudes valadarenses na imprensa local, revelando que as práticas discursivas adotadas no jornal Diário do Rio Doce (DRD) influenciam o cotidiano e os discursos reproduzidos pelas pessoas. Lucca Neto (2016) traça uma análise acerca da assimilação das campanhas publicitárias de prevenção a AIDS⁴⁶, do Ministério da Saúde, pelos universitários ingressantes em 2016, na UNIVALE.

As dinâmicas territoriais assinaladas pelos autores revelam que os veículos de comunicação (seja a mídia impressa ou a eletrônica) têm um papel significativo na disseminação de informações e de práticas que são apropriadas pelos sujeitos. As dinâmicas territoriais são analisadas a partir do território que é constituído pelo veículo de comunicação e/ou pela estratégia de comunicação utilizada. Observa-se, então, que é através da mídia que a sociedade amplia a visibilidade de questões coletivas e se informa sobre elas, refletindo uma apropriação de práticas pelos sujeitos que irão direcionar seus comportamentos e atitudes.

Essa relação entre território da comunicação e dinâmicas territoriais revela a potenciação de dinâmicas culturais e identitárias, pois há, por parte dos atores sociais, a produção e divulgação de formas simbólicas que repercutem no imaginário social e alteram as percepções culturais e identitárias dos grupos. Há, nesse sentido, uma percepção idealista do território, que compreende que “o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural” (HAESBAERT, 2011b, p. 50) e, ainda, uma percepção relacional, identificada pela compreensão do território, a partir das

⁴⁶ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*) causada por infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) (*Human Immunodeficiency Virus*) (LUCCA NETO, 2016).

relações sociais e históricas entre os grupos, marcadas por relações de poder (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

A presença de argumentos que levam à identificação da leitura do território, a partir das perspectivas idealista e relacional, reafirmam a indicação de Haesbaert (2011b) para a necessidade de uma leitura integradora do território, que é configurado a partir das diversas relações que os atores sociais estabelecem e que dinamizam a apropriação do espaço.

Os argumentos apresentados nos documentos fornecem indicativos sobre as dinâmicas territoriais e os níveis de articulação das estruturas de ação local para o desenvolvimento territorial. As dinâmicas territoriais descritas sinalizam para interações de duas esferas – governo e sociedade –, cada uma assumindo um papel diferente, contudo com ações que potencializam novas dinâmicas territoriais. Destaca-se que os documentos não indicam dinâmicas territoriais com a atuação da esfera da universidade, embora um dos estudos tenha sido conduzido com estudantes universitários.

A esfera do governo comparece nas análises com atuação do poder público nas instâncias federal e estadual. Em âmbito federal, as dissertações destacam as seguintes ações: estratégias de comunicação utilizadas pelo Ministério da Saúde para informar a população sobre as formas de contágio da doença AIDS e estimular o uso do preservativo; estratégias adotadas pela rede pública de serviços de saúde para o acolhimento e tratamento de pessoas portadoras do vírus HIV; os encaminhamentos referentes à proposta de emenda à constituição PEC 171/93, que prevê a redução da maioria penal de jovens de 18 para 16 anos⁴⁷.

Quanto às ações em âmbito estadual, identifica-se a ação do governo estadual de Minas Gerais na veiculação de campanhas publicitárias também com foco no uso do preservativo; a análise do discurso presente no DRD referente à atuação dos agentes da Polícia Militar de Minas Gerais em eventos na cidade de Governador Valadares que envolvem os jovens – em especial manifestações políticas e crimes com o envolvimento desses jovens, seja na condição de vítima ou não.

⁴⁷ A PEC 171/93 encontra-se em tramitação no Congresso Nacional desde 19/08/1993, quando foi apresentada pelo então deputado federal Benedito Domingos. De acordo com informações que constam no sítio eletrônico da Câmara de Deputados, o último despacho foi em 21/08/2015, quando a matéria foi enviada ao Senado Federal para apreciação, depois de aprovada pelo plenário da Câmara, em 19/08/2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>>. Acesso em: 15 abr. 2019.)

No que tange à atuação da esfera sociedade, ganham destaque as ações que envolvem os grupos sociais, os segmentos produtivos e o terceiro setor. Quanto aos grupos sociais, destacam-se: os comportamentos dos estudantes universitários frente às campanhas veiculadas pelos órgãos públicos, referentes ao contágio e à prevenção da AIDS; a estigmatização dos grupos de pessoas que são considerados de risco por estarem mais expostos à doença AIDS; os diversos repertórios sobre a juventude, com faixa etária entre 15 e 29 anos; a participação dos jovens em movimentos religiosos e políticos, tais como a Jornada Mundial da Juventude, em 2013 e as Manifestações de Junho de 2013; a juventude na ótica da violência; a juventude na ótica dos movimentos culturais e esportivos, tais como a realização dos Jogos Estudantis Valadarenses em 2013, e apresentações de teatro; o posicionamento da entidade Conselho Federal de Psicologia que é contrária à PEC 171/93; a estigmatização de bairros da cidade que são identificados pela frequente ocorrência de atos de violência.

Quanto aos segmentos produtivos, apenas em Reis (2016) encontram-se evidências da atuação, com destaque para: a indústria da mídia impressa, com seus posicionamentos ideológicos condicionados pelo poder político e econômico vigente; a Associação Comercial de Governador Valadares (ACGV), enquanto entidade que representa empresas da cidade, e sua participação na criação de um veículo de comunicação – o jornal DRD – que defendesse seus interesses. No que tange à atuação do terceiro setor, encontra-se em Lucca Neto (2016) uma referência a campanhas publicitárias criadas pela UNAIDS⁴⁸, programa da Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com a Rede Globo, para a conscientização da população acerca da doença AIDS.

As dissertações focalizam aspectos distintos de um mesmo grupo social: a juventude. Lucca Neto (2016) e Reis (2016) trazem uma leitura da cidade, a partir da identificação de dilemas e tensões que envolvem esse público e que levam a refletir

⁴⁸ O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) lidera e inspira o mundo para alcançar sua visão compartilhada de zero nova infecção por HIV, zero discriminação e zero morte relacionada à AIDS. O UNAIDS une os esforços de 11 organizações – ACNUR, UNICEF, PMA, PNUD, UNFPA, UNODC, ONU Mulheres, OIT, UNESCO, OMS e Banco Mundial – e trabalha em estreita colaboração com parceiros nacionais e globais para acabar com a epidemia da AIDS até 2030 como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estabelecido em 1994, por meio de uma resolução do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), iniciou suas atividades em janeiro de 1996. No Brasil, o Programa Conjunto mantém representação desde o ano 2000, em Brasília, DF. Disponível em: <<https://unaids.org.br/>; <https://nacoesunidas.org/agencia/unaids/>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

sobre o modo como a juventude é vista pela sociedade. Uma das questões tratadas e de grande relevância é a violência envolvendo os jovens, principalmente como vítimas de homicídios. As manifestações sobre os jovens na mídia, identificadas por Reis (2016), evidenciam as vulnerabilidades a que este grupo social está exposto.

Em 2009, a cidade de Governador Valadares apresentou o maior índice de vulnerabilidade juvenil de sua história, segundo pesquisa sobre o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Ministério da Justiça (SOUZA; CHARLOT, 2016). A evidência desse dado colocou Governador Valadares na mídia nacional como uma das cidades com maior índice de vulnerabilidade juvenil e despertou a atenção quanto às ações praticadas pelos agentes locais para a proteção desses sujeitos que se encontram em vulnerabilidade social.

Outra questão levantada é a qualidade e a efetividade da informação que é divulgada ao público jovem. Constatou-se que o conhecimento dos jovens sobre a doença AIDS é muito limitado, o que compromete suas decisões de prevenção à doença. É preciso um esforço de comunicação contínuo e articulado, que não se limite ao período do Carnaval e articule as diversas redes de serviços (comunicação, saúde e educação).

4.2.1.2 Dinâmicas sociais – subcategoria cultura e identidade

No subgrupo de dissertações que tratam dos aspectos da cultura e da identidade na conformação de dinâmicas territoriais, encontram-se os estudos de Miranda (2016) e Junqueira (2018). Os conceitos de cultura e identidade são entrelaçados nos argumentos apresentados, e se referem aos processos de construção da identidade dos sujeitos, a partir do contexto social do qual fazem parte. Em Miranda (2016), a análise direciona-se para o processo de trabalho das mulheres garis à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. Em Junqueira (2018), encontra-se uma análise dos significados atribuídos pelos agricultores urbanos às hortas comunitárias em área urbana do município de Governador Valadares.

Os estudos buscam dar voz aos sujeitos da pesquisa, destacando as estratégias utilizadas por eles e pelos grupos nas relações estabelecidas para a superação dos dilemas sociais. As dinâmicas territoriais são analisadas a partir

dessas relações sociais e do modo como cada sujeito ou grupo se apropria do espaço atribuindo-lhe novos significados.

Em seus argumentos, Haesbaert (2011a; 2011b) defende que o território é produto da interação de múltiplas dimensões, que articula aspectos materiais e aspectos simbólicos e culturais. As dinâmicas territoriais sobre a cidade de Governador Valadares, analisadas em Miranda (2016) e Junqueira (2018), exprimem essa interação entre o poder material das relações econômico-políticas – que em tais estados podem ser entendidas como expressões que envolvem os processos técnicos e administrativos da execução do trabalho – e o poder simbólico representado pelas relações culturais entre os sujeitos das pesquisas e entre esses e outros grupos sociais.

As dinâmicas territoriais revelam que os atores sociais apreendem o território como fonte de recursos para sua subsistência, mas, de forma muito mais intensa, apreendem esse território a partir de seu valor simbólico, atribuído pela cultura e pelos sistemas de valores dos grupos.

Na perspectiva da gestão integrada do território, é válido destacar que o planejamento de ações para o desenvolvimento territorial deve levar em consideração as dinâmicas territoriais que expressam as estratégias utilizadas pelos sujeitos para transformar sua realidade (OOSTERBEEK, 2012), ou apenas justificar essa realidade. No caso dos agricultores urbanos, observa-se que por meio das hortas urbanas, os sujeitos contribuem para o desenvolvimento sustentável e gestão do ambiente urbano, desenvolvem mudança de hábitos comportamentais e conscientização para questões ambientais, melhoram sua qualidade de vida, desenvolvem autonomia para o fortalecimento do bem-estar social e se tornam mais integrados e participativos na sociedade, alimentando o sentimento de pertencimento ao lugar. No caso das mulheres garis, que enfrentam os dilemas da invisibilidade social e da estigmatização da profissão, observa-se que a estratégia utilizada pelo grupo, na maioria das vezes, é a naturalização das estruturas de dominação, conformando-se com a desvalorização da profissão e o desrespeito por parte de grupos dominantes da sociedade.

Os argumentos apresentados nos documentos fornecem indicativos sobre as dinâmicas territoriais e os níveis de articulação das estruturas de ação local para o desenvolvimento territorial. As dinâmicas territoriais descritas sinalizam para interações das três esferas – universidade, governo e sociedade –, cada uma

assumindo um papel diferente, com ações que potencializam novas dinâmicas territoriais.

Nesse subgrupo de dissertações, podem ser apreendidas ações que envolvem a esfera governo, representada pelas instâncias federal e municipal. Em Miranda (2016), o governo comparece na análise por meio da instância federal, com destaque para os dispositivos legais que têm como objetivo a garantia de direitos fundamentais dos trabalhadores, tais como a Constituição da República Federativa do Brasil⁴⁹ e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Já a instância de governo municipal comparece em Junqueira (2018), com extenso relato de ações que se voltam para o fortalecimento da agricultura urbana, por meio de parcerias entre os diversos mecanismos de atuação municipal. Destacam-se: os marcos legais na Política de Desenvolvimento e de Expansão Urbana do município, que possibilitaram a implementação de hortas comunitárias destinadas ao cultivo de hortaliças, legumes e plantas medicinais; ações da Secretaria Municipal de Saúde, por meio das unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF), que apoiam as comunidades locais para a criação das hortas comunitárias; ações da Secretaria Municipal de Agricultura, que apoia a criação de hortas comunitárias, fornecendo os insumos necessários e o suporte técnico para o manejo das culturas.

No que tange à atuação da esfera sociedade, identificou-se ações do terceiro setor, dos segmentos produtivos e dos grupos sociais. O terceiro setor comparece com ações da Pastoral da Criança⁵⁰, organismo de ação ligado à Igreja Católica que mobilizou a sociedade para a implementação de políticas e ações públicas de agricultura urbana, que resultaram na criação das hortas comunitárias e na melhoria das condições de vida das famílias; a Associação Unificada das Hortas Comunitárias União e Trabalho (AUHCOMUT), que apoia as comunidades locais na criação das hortas comunitárias e realiza a Feira do Produtor Familiar; a Sociedade São Vicente de Paula (SSVP), um movimento ligado à Igreja Católica, que mobilizou a comunidade do bairro São Raimundo para criação de uma horta comunitária; destaque também

⁴⁹ A Constituição Federal é o principal ordenamento jurídico do país. Foi promulgada em 05 de outubro de 1988.

⁵⁰ A Pastoral da Criança é um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e alicerça sua atuação na organização da comunidade e na capacitação de líderes voluntários que ali vivem e assumem a tarefa de orientar e acompanhar as famílias vizinhas em ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania. Para mais informações, acessar o sítio eletrônico <<https://www.pastoraldacrianca.org.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

para a ONU que, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2009), mobiliza a comunidade mundial para o respeito à dignidade humana.

As ações que envolvem os segmentos produtivos são concernentes à empresa terceirizada, contratada pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares para a realização dos serviços de limpeza urbana, responsável pela admissão e pelo gerenciamento das trabalhadoras que realizam tal serviço.

As ações de grupos sociais compõem também nos documentos analisados, com destaque para: as comunidades que se organizam para a criação e o manejo das hortas comunitárias, movidas pela busca de qualidade de vida e sentimento de ajuda ao próximo; as mulheres garis que realizam o serviço de limpeza urbana e muitas vezes estão expostas à desvalorização do trabalho e ao desrespeito da dignidade da pessoa humana; grupos de moradores e comerciantes da cidade de Governador Valadares que agem de modo respeitoso em relação ao trabalho das garis; alguns grupos de moradores e comerciantes que agem com menosprezo pelo trabalho das garis.

Em relação à esfera universidade, identificou-se ações apenas em Junqueira (2018), contudo, não se trata de uma ação isolada da universidade. Diferentemente do que se observou em outros estudos, Junqueira (2018) faz a descrição de uma iniciativa que envolveu uma atuação em hélice tríplice, com ações articuladas entre todas as esferas (universidade, governo e sociedade) em prol do desenvolvimento territorial. A autora descreve o Projeto Cidade Verde, realizado em Governador Valadares em 2003, por meio de ações integradas e colaborativas entre instituições nacionais e internacionais, gestores públicos municipais, entidades da sociedade e universidade. Os agentes internacionais envolvidos foram: Centro Internacional de Investigação para o Desenvolvimento Canadá (IDRC), Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU), Programa de Gestão Urbana para América Latina e Caribe (PGU-ALC) e Instituto Peruano para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável (IPES). As instituições nacionais foram: UNIVALE e Doce Rio Consultoria, Assessoria e Projetos LTDA. Os gestores governamentais foram: Secretaria Municipal de Planejamento de Governador Valadares (SEPLAN), Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento de Governador Valadares (SEMA) e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Governador Valadares (SMO). As entidades da sociedade foram: Central dos

Movimentos Populares (CMP), Pastoral da Criança, AUHCOMUT e Associação Habitacional Nova Terra/GV.

O resultado do Projeto Cidade Verde foi a otimização do uso de espaços urbanos vazios, a geração de renda para as famílias envolvidas na agricultura urbana, melhoria da saúde alimentar e nutricional das comunidades beneficiadas, a reciclagem de resíduos urbanos e redução da pobreza (JUNQUEIRA, 2018).

As dinâmicas sociais apresentadas nesse conjunto de dissertações focalizam aspectos que envolvem, também, elementos das dimensões econômica e ambiental, ratificando a indicação de uma gestão integrada do território, que vise estratégias convergentes para a superação dos dilemas sociais e que, sobretudo, considere os modos de vida, os vínculos territoriais, os saberes, as memórias, a diversidade cultural e as relações sociais dos sujeitos.

Miranda (2016) aponta a necessidade do planejamento de ações que promovam a conscientização da população acerca da importância do trabalho de profissionais garis, nos aspectos da saúde pública e do desenvolvimento coletivo. Junqueira (2018) enfatiza que a valorização das atividades da agricultura urbana pode contribuir para a promoção da educação ambiental e da saúde, estimular o sentimento de toponímia e garantir acesso aos alimentos.

4.2.1.3 Dinâmicas sociais – subcategoria direitos

Este subgrupo é formado por 11 (onze) dissertações que compreendem reflexões sobre a garantia de direitos nos mais diversos contextos.

No decorrer da pesquisa, ao deparar-se com um grupo de documentos diversos, envolvendo discussões que abarcavam campos variados, buscou-se uma nova ordenação desses documentos para que a análise fosse mais detalhada, apontasse os elementos que são objeto da pesquisa e possibilitasse inferências que fossem efetivas. Desse modo, os estudos da subcategoria direitos foram reorganizados em seis temas: direito à educação, direito ao trabalho, direito à moradia, direito à saúde e ao cuidado, direito à segurança e direito à cidadania, conforme é apresentado no quadro 4.

Quadro 4 – Organização das dissertações da subcategoria direitos.

Tema	Ano	Dissertação	Autor(a)
Direito à cidadania	2012	Conformando um território-carência: a imagem da ONG Asdog (GV – MG) sobre o espaço de sua atuação.	Luana da Silva Teixeira
	2016	A relação com o saber dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.	Ana Cristina Marques Lemos
	2016	Juventudes e territórios: constituição das experiências juvenis no Programa Fica Vivo! em Governador Valadares/ MG.	Ana Lídia Cristo Dias
	2016	As multiterritorialidades da condição juvenil a partir da marca do acautelamento.	Edmarcius Carvalho Novaes
	2016	A experiência vivida no acautelamento: a medida socioeducativa na ressocialização de jovens em situação de conflito com a lei.	Sandra Dias Pereira da Costa
Direito à educação	2017	O direito às cotas no curso de Medicina da UFJF/GV nos vieses territoriais de acesso, equidade, rendimento e efetividade	Sheyla Fernandes Conrado Lopes
Direito à moradia	2016	Direito à moradia? O Programa Minha Casa Minha Vida em Governador Valadares.	Cristiane Caldas Diniz Teixeira
Direito à saúde e ao cuidado	2012	História e contexto do processo de institucionalização de idosos no território de Governador Valadares – MG.	Lidiane Mendes Nazareno Duarte
Direito à segurança	2012	O território do crime em Governador Valadares: diagnóstico e perspectivas.	Wagner Fabiano dos Santos
	2015	O território da crackolândia: um “novo-antigo” calcanhar de Aquiles do Centro de Governador Valadares.	Tiago Farias Braga
Direito ao trabalho	2011	Representações sociais da Lei de Cotas (Lei 8213/91) por portadores de necessidades especiais, gestores públicos e empresários, no território de Governador Valadares.	Sônia Maria Queiroz de Oliveira

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Os estudos de Teixeira (2012), Costa (2016), Dias (2016), Lemos (2016) e Novaes (2016) tecem argumentos acerca da defesa da cidadania, direito que de diversas formas é subtraído de grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Os autores destacam dinâmicas territoriais que são conformadas por dilemas sociais que afetam as comunidades que estão localizadas em regiões periféricas da cidade, como violência, pobreza, acessibilidade (dificultada pela topografia de alguns bairros), falta de opções de lazer e cultura e acesso ao mercado de trabalho.

Em Lopes (2017), apreende-se que as políticas públicas ampliam a equidade do acesso e da permanência de estudantes no ensino superior, em defesa da garantia do direito à educação aos sujeitos que atendem aos requisitos da Lei de Cotas para o Ensino Superior (Lei Federal n.º 12.711/2012)⁵¹. Dessa feita, a autora destaca movimentos dos atores que configuram dinâmicas territoriais que conferem uma reformulação social, um respeito à diversidade racial, uma forma de superação das desigualdades construídas ao longo da história e uma ampliação da possibilidade de mobilidade social favorecida pela educação (IDEM).

Teixeira (2016) discute as dinâmicas territoriais que se vinculam ao direito à moradia, ao analisar os empreendimentos de faixa I⁵², construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na cidade de Governador Valadares, segundo a localização dos empreendimentos em relação à cidade e disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos. São evidenciadas as relações de poder simbólico e material que configuram as dinâmicas territoriais, que envolvem o mercado imobiliário local, as famílias atendidas pelo PMCMV e a rede de serviços presente nas localidades onde estão instalados os empreendimentos imobiliários do referido programa.

O direito à saúde e ao cuidado é tema de discussão por Duarte (2012). A autora direciona sua análise para os motivos da institucionalização de idosos no território de Governador Valadares e aponta que modificações na estrutura e nas relações

⁵¹ A Lei federal n.º 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno, nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2012).

⁵² O PMCMV é destinado a famílias de baixa renda. As faixas de renda são estabelecidas pelo Poder Executivo Federal e contemplam famílias cuja renda varia de zero a R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais). A faixa I contempla famílias de menor renda (de zero a três salários mínimos). (BRASIL, 2009a; 2011b).

familiares, bem como as novas dinâmicas da sociedade, aumentam a possibilidade de pessoas idosas serem institucionalizadas (IDEM). A permanência de idosos em instituições que prestam serviços de saúde e cuidados revela um território simbólico (com traços culturais e de identidade, marcado por relações e vínculos afetivos) e um território material (constituído por relações de poder e representado pelas normas e regras de funcionamento das instituições de permanência).

Os autores Santos (2012) e Braga (2015) fazem uma análise do cenário que envolve o território do crime e do tráfico de drogas em Governador Valadares, dos problemas sociais que esses eventos provocam e que acabam por retirar do habitante da cidade o direito à segurança. As dinâmicas territoriais, nesses estudos, revelam o território enquanto fruto de uma construção histórica marcada por relações de poder que contemplam, tanto a dimensão subjetiva, simbólica (os “aglomerados da exclusão”, espaços que historicamente foram estigmatizados por atraírem usuários de drogas, traficantes e praticantes de outras condutas ilícitas, que passaram a se apropriar do espaço geográfico) quanto a objetiva, concreta (ações do poder público para reprimir a criminalidade e mitigar os problemas que são de segurança e saúde pública).

Em Oliveira (2011), a discussão apresenta elementos sobre o direito ao trabalho de Portadores de Necessidades Especiais (PNE). A autora aponta o cenário que envolve os dilemas da inserção de PNE no mercado de trabalho – que abrangem falta de habilitação profissional e de órgão para promover tal habilitação – e a falta de articulação entre os agentes locais para o cumprimento do dispositivo legal que estabelece cotas para PNE em empresas e instituições públicas. A análise das dinâmicas territoriais permite apreender que a sociedade precisa construir novos olhares sobre a diferença, abarcando as pessoas com necessidades especiais.

Os estudos dessa subcategoria destacam a diversidade de estratégias que são implementadas pelos atores para a superação dos dilemas sociais que envolvem a garantia dos direitos e os mecanismos de mobilização que fazem emergir dinâmicas territoriais com a participação do governo, da sociedade e da universidade.

A análise dos documentos possibilita apreender, que a partir das relações sociais e históricas que são estabelecidas pelos sujeitos e que envolvem sociedade e espaço geográfico, o território é tomado com duplo sentido: político-material e simbólico-cultural. Essa constatação coaduna com o que Haesbaert (2011a) denomina território relacional, não apenas pelo conjunto de relações que os sujeitos

mantêm entre si, mas especialmente pelo modo como as pessoas e/ou os grupos se apropriam do espaço geográfico e os sentidos que lhe são atribuídos.

A descrição que é feita pelos autores das dissertações denota que os sujeitos apreendem o território de diferentes maneiras e há sempre a atuação de forças com interesses distintos que imprimem sentidos diferentes a um mesmo espaço geográfico. Compreender o sentido relacional do território implica sua leitura enquanto movimento, fluidez, conexões, representação simbólica (HAESBAERT, 2011b; 2014).

Há que se considerar também que as relações entre os sujeitos e/ou grupos produzem identidade cultural e geram uma rede onde as interações mobilizam o capital social do grupo ou da comunidade (BOURDIEU, 2014). Sobre esse aspecto, o pertencimento ao território se dá a partir dos componentes da cultura e das vivências dos sujeitos que dão sentido ao espaço geográfico (HAESBAERT, 2011b), que é moldado por controles simbólicos.

A mobilização dos grupos sociais em busca de seus direitos e as ações em rede dos agentes para o enfrentamento dos problemas sociais revelam possibilidades para uma gestão integrada do território, que articule elementos das dimensões social, econômica e ambiental, perpassadas pela dimensão cultural e identitária (OOSTERBEEK, 2012).

Os argumentos apresentados nos documentos fornecem indicativos sobre as dinâmicas territoriais e sobre os níveis de articulação das estruturas de ação local para o desenvolvimento territorial. As dinâmicas territoriais descritas sinalizam para interações das três esferas – universidade, governo e sociedade –, cada uma assumindo um papel diferente, com ações que potencializam novas dinâmicas territoriais.

Antes de prosseguir à descrição das ações que representam cada esfera, destaca-se que a instância federal de ação da esfera governo comparece em todos os documentos, com ações vinculadas à criação e estratégias de implementação de políticas públicas e dispositivos legais que visam à garantia de direitos. A Constituição da República Federativa do Brasil, principal dispositivo legal de garantia de direitos no território nacional, em seu artigo 6.º estabelece como direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados⁵³. Observa-se que os argumentos de todas as dissertações dessa subcategoria fazem referência a direitos assegurados pela Constituição, o que ratifica a importância das ações do governo via dispositivos jurídico-legais, para a garantia dos direitos sociais.

Para orientar a leitura, optou-se por apresentar as ações das esferas por tema de análise da subcategoria direitos. Assim, o leitor identificará a semelhança de relações nas dissertações que compõem cada tema.

a) Tema *Cidadania*

O subgrupo de dissertações que discutem as dinâmicas territoriais ligadas à garantia do direito à cidadania apresenta argumentos ligados às esferas governo, sociedade e universidade. Neste tema, destacam-se os estudos de Teixeira (2012), Costa (2016), Dias (2016), Lemos (2016) e Novaes (2016).

Quanto à ação do governo, há indicativos de ações nas instâncias federal, estadual e municipal. Um dos elementos ligados à instância federal de governo é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁵⁴, que em seu artigo 4.º determina que toda a sociedade, incluindo família, comunidade e poder público, devem assegurar os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, às crianças e aos adolescentes (BRASIL, 1990). Neste aspecto, as dinâmicas territoriais apreendidas nos estudos analisados indicam que o ECA é um importante instrumento, pois prevê o atendimento a crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei, dedicando-se à observância das medidas protetivas e/ou socioeducativas aplicáveis de acordo com o ato infracional praticado.

Ainda no âmbito federal, destacam-se: o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)⁵⁵, cujo objetivo é regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas a jovens/adolescentes em situação de conflito com a lei;

⁵³ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 mai. 2019.

⁵⁴ O Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado pela Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 04 mai. 2019.

⁵⁵ O SINASE foi instituído em pela Lei Federal 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas previstas no ECA. Disponível em <<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

as ações da Vara da Infância e da Juventude e da Defensoria Pública; o Plano Juventude Viva⁵⁶, que traça como diretriz a transformação dos territórios afetados pela violência e a possibilidade de ampliar a presença do poder público nesses bairros, com a oferta de serviços públicos ligados à cultura, ao esporte, ao lazer; o Programa Mais Educação⁵⁷, uma iniciativa do Ministério da Educação; o Estatuto da Juventude, sancionado pela Lei Federal n.º12.852/2013, que instituiu a Política Nacional da Juventude (BRASIL, 2013b).

No que tange às ações de governo na instância estadual, as dissertações destacam: a Política Estadual de Juventude de Minas Gerais, instituída pela Lei Estadual n.º 18.136/2009 (MINAS GERAIS, 2009); ações da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, como o Programa Se Liga, destinado ao acompanhamento dos egressos das medidas de semiliberdade e privação de liberdade; o Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!⁵⁸, que compõe a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade do Estado de Minas Gerais e tem como objetivo prevenir e reduzir os homicídios dolosos de adolescentes e jovens, entre 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) anos, moradores de áreas onde esses crimes se concentram; as unidades de atendimento ao infrator, como o Centro Socioeducativo São Francisco de Assis (CSESFA), localizado em Governador Valadares e destinado à aplicação da medida de privação de liberdade; a Escola Estadual São Francisco de Assis, que está inserida no CSESFA e atende aos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas. As dissertações tratam, ainda, das ações da Polícia Militar de Minas Gerais voltadas para a redução da violência e da criminalidade

⁵⁶ O Plano Juventude Viva foi criado pelo governo federal, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens em situações de violência física e simbólica. A iniciativa prioriza 142 municípios com os maiores índices de homicídios de jovens, criando oportunidades de inclusão e autonomia, por meio da oferta de serviços públicos nos territórios mais vulneráveis à violência. O Plano busca também aprimorar a atuação do Estado no enfrentamento ao racismo institucional e na sensibilização dos agentes públicos. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/igualdade-racial/programas/juventude-viva>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

⁵⁷ O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria MEC n.º 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE n.º 17/2017, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

⁵⁸ O Programa Fica Vivo! é um programa de prevenção social à criminalidade que possui foco na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens, atuando em áreas que registram maior concentração de homicídios. Podem acessar o programa jovens de 12 a 24 anos, moradores de territórios onde existe um Centro de Prevenção à Criminalidade. Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/programas-e-aco-es>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

em bairros da cidade com elevado índice de criminalidade envolvendo crianças, adolescentes e jovens.

No que concerne à instância municipal, destacam-se: parcerias com o poder público municipal para o custeio de ações realizadas pela Associação Samuel Domingues Gomes (ASDOG); o Projeto Comunidade Viva em Ação, com ações de esporte, cultura e lazer, para reduzir os índices de criminalidade (projeto financiado pelo governo federal, que pelos bons resultados, em 2008 foi transformado num programa mantido com recursos municipais); as unidades de ESF e o Centro Municipal de Educação Infantil localizados no bairro Carapina, para garantia de direitos de saúde e educação para as famílias do bairro; investimentos do poder público municipal com recursos dos Fundos Municipal e Nacional de Assistência Social, do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência; a Secretaria Municipal de Assistência Social, que elabora o Plano Decenal de Atendimento às Medidas Socioeducativas do Município de Governador Valadares; o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde são atendidas as medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida.

A esfera sociedade também comparece nas dissertações, com ações que envolvem o terceiro setor, os segmentos produtivos e os grupos sociais. A atuação do terceiro setor é destacada pela ASDOG, entidade criada em 1987 e que atua na região do bairro Carapina, com ações focadas na oferta de atividades para crianças e adolescentes, vistos como mais vulneráveis à criminalidade; ações da organização não governamental (ONG), Fundo Cristão para Crianças (FCC), de origem norte-americana, com atuação no Brasil desde 1966, cujo trabalho consiste no apadrinhamento de crianças pobres por pessoas, em sua maioria, estrangeiras, que enviam dinheiro todo mês para as famílias apadrinhadas do bairro Carapina (com a criação da ASDOG, a FCC passou a ser um parceiro-financiador da ASDOG); a ONG Favela É Isso Aí⁵⁹, que realizou um projeto que resgatou a história do bairro Carapina por meio de entrevistas com moradores; a iniciativa de criação da Associação dos

⁵⁹ A ONG Favela é Isso Aí é uma associação que surgiu como fruto do Guia Cultural de Vilas e Favelas, idealizado pela antropóloga Clarice Libânio e publicado em agosto de 2004. O Guia apontou que a arte nas vilas e favelas desempenha papel fundamental na elevação da autoestima, inclusão social e combate à violência. Disponível em: <<https://www.favelaeissoai.com.br/o-projeto/>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva (ASCANAVI)⁶⁰, criada por famílias da região do bairro Turmalina que tiravam seu sustento da coleta de materiais no “lixão”; Associação dos Moradores do Bairro Turmalina (AMBAT), uma iniciativa de organização comunitária que visa à reivindicação de direitos dos moradores do bairro Turmalina.

As ações da esfera sociedade que representam movimentos dos segmentos produtivos são destacadas no estudo de Teixeira (2012), quando a autora argumenta as iniciativas dos veículos de comunicação da cidade de Governador Valadares, que tendem a reproduzir uma imagem negativa do bairro Carapina, evidenciando apenas a violência e a criminalidade, e não noticiam ações de cultura e esporte que envolvem a juventude do bairro.

Os grupos sociais estão representados em todas as dissertações, com destaque para: as dificuldades enfrentadas pelos jovens para acessarem o mercado de trabalho; os moradores do bairro Carapina assistidos pela ASDOG; os profissionais que atuam na ASDOG e as dificuldades de acesso à comunidade para a prestação dos serviços; as pessoas que trabalham de forma voluntária nas ONGs; a atuação dos grupos envolvidos com o tráfico de drogas, que restringe a circulação de moradores do bairro Carapina e outros bairros, dificultando a oferta de alguns serviços pela ASDOG; a vulnerabilidade socioeconômica dos moradores que são assistidos pela ASDOG; os estigmas que são criados pela população da cidade sobre os bairros periféricos e que contribuem para a reprodução de estigmas sociais; a atuação da diretoria e da coordenação da ASDOG, que definem as ações a serem implementadas na comunidade; os jovens acutelados e suas respectivas famílias; a equipe de profissionais que atuam no CSESFA; as relações dos jovens com a equipe do centro socioeducativo.

A esfera universidade comparece apenas em Costa (2016) e Novaes (2016). Os autores relatam ações ligadas ao “Projeto Juventudes, Direito e Educação: ação de intervenção em um Centro Socioeducativo”, que foi empreendido pela UNIVALE e

⁶⁰ A ASCANAVI foi fundada no ano de 2002 em Governador Valadares, com o objetivo de organizar o trabalho de dezenas de trabalhadores/trabalhadoras que tiravam seu sustento do trabalho no lixão (SOUZA, ALMEIDA e HOLLERBACH, 2014). Atualmente a ASCANAVI é responsável pela coleta seletiva, triagem e comercialização dos materiais recicláveis descartados pela população de Governador Valadares. Informações disponíveis em <http://www.ascanavi.org.br/>. Acesso em: 05 mai. 2019.

compreendeu ações de extensão e pesquisa direcionadas para o público atendido pelo CSESFA.

b) Tema *Educação*

No subgrupo que discute as dinâmicas territoriais ligadas à garantia do direito à educação encontra-se o estudo de Lopes (2017), que apresenta argumentos associados às esferas governo, sociedade e universidade.

No que tange ao governo, a autora descreve movimentos apenas na instância federal, assim representados: Lei Federal n.º 12.711/2012, conhecida por “Lei de Cotas para o Ensino Superior”, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; o Sistema de Seleção Unificado (SISU), gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); programas criados pelo governo federal para fomentar a oferta de vagas e redemocratizar o acesso e a permanência no ensino superior, tais como o Programa Universidade para Todos (ProUni)⁶¹, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁶², o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)⁶³ e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁶⁴; o Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que consiste na seleção de candidatos aos cursos de graduação da UFJF pelo sistema seriado em três módulos consecutivos e anuais.

⁶¹ O ProUni é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

⁶² O FIES é um programa do Ministério da Educação, instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa. Disponível em: <<http://fies.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

⁶³ O Pnaes, instituído pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

⁶⁴ O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

A sociedade é representada por movimentos de grupos sociais, com destaque para os discentes do curso de Medicina do campus avançado da UFJF em Governador Valadares, que constroem estratégias interdisciplinares e interprofissionais que podem agregar valor à sua formação universitária, por meio de atividades acadêmicas, sociais, culturais, esportivas e religiosas.

A esfera universidade é representada pela descrição de ações que são implementadas no âmbito do campus avançado da UFJF em Governador Valadares, criado pela Resolução n.º 01/CONSU, em 16 de fevereiro de 2012. Na instituição, são implementadas diversas ações que constituem cenários favoráveis para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, que representam os pilares da universidade (SEVERINO, 2007). Dentre tais atividades, a autora destaca as ligas acadêmicas, que se constituem por atividades extraclasse, que articulam atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As ligas acadêmicas são organizadas por estudantes, com o acompanhamento de professores e outros profissionais que tenham interesse em aprofundar os estudos em determinado campo do saber. De acordo com Lopes (2017), até 2017, quando da conclusão do estudo, havia na UFJF-Governador Valadares 13 (treze) ligas ativas, vinculadas ao Instituto de Ciências da Vida: Liga Acadêmica de Anatomia Humana, Clínica e Cirúrgica (LAHCC); Liga Acadêmica de Cardiologia (LACARDIO); Liga Acadêmica de Clínica Cirúrgica (LACC); Liga Acadêmica de Clínica Médica (LACLIM); Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia (LAGO); Liga Acadêmica de Infectologia e Microbiologia (LAIMIC); Liga Acadêmica de Medicina Paliativa (LAMP); Liga Acadêmica de Neonatologia e Pediatria (LANPED); Liga Acadêmica de Oncologia (LION); Liga Acadêmica de Patologia (LAPAT); Liga Acadêmica de Psicologia (LAPS); Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LASC); Liga Acadêmica de Trauma e Emergência (LATE). Outras 06 (seis) ligas encontravam-se em processo de formação: Liga Acadêmica de Endocrinologia (LAE); Liga Acadêmica de Hipertensão e Diabetes (LAHD); Liga Acadêmica de Medicina da Família e Comunidade (LAMFC); Liga Acadêmica de Nefrologia e Urologia (LUNE); Liga Acadêmica de Psiquiatria (LAPSIQ) e Liga de Saúde e Espiritualidade (LIASE).

c) Tema *Moradia*

No subgrupo que discute as dinâmicas territoriais ligadas à garantia do direito à moradia encontra-se o estudo de Teixeira (2016), que apresenta argumentos ligados às esferas governo e sociedade.

A esfera governo está representada por ações das instâncias federal e municipal. A autora destaca os seguintes movimentos na instância federal: a criação do Estatuto da Cidade pela Lei Federal n.º 10.257/2001 (BRASIL, 2001b), que estabelece diretrizes gerais da política urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental; o PMCMV, criado pela Lei Federal n.º 11.977/2009 (BRASIL, 2009a), com o objetivo de incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais para famílias com renda de zero a dez salários mínimos, além de promover distribuição de renda e inclusão social; a Caixa Econômica Federal (CEF), empresa pública ligada ao governo federal, que administra os recursos financeiros do Fundo Garantidor da Habitação Popular.

Os movimentos da instância de governo municipal são destacados pelas seguintes ações: o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Governador Valadares, que se coloca como instrumento básico da Política de Desenvolvimento e de Expansão Urbana; as ações da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), responsável pela execução da Política Municipal de Habitação e pelo cumprimento do Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Governador Valadares; a rede de serviços municipais que são oferecidos aos moradores das áreas onde estão os empreendimentos imobiliários do PMCMV, tais como escolas, unidades de saúde, espaços públicos para prática de esportes e atividades de lazer.

A esfera sociedade está representada por movimentos que envolvem o terceiro setor, os segmentos produtivos e a sociedade. No que tange ao terceiro setor, são destacadas ações da ONU como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece o direito à moradia como direito humano, bem como vários grupos de trabalho que envolvem os países signatários, que visam à garantia do direito à moradia; Associação Habitacional Nova Terra, responsável pelo cadastro e seleção de famílias que serão beneficiadas pelo PMCMV; Núcleos dos Sem Casa; Movimento de Moradia Popular. Quanto aos segmentos produtivos, a autora destaca a atuação das empresas que executam as obras de construção das moradias e as empresas que oferecem a rede de serviços que beneficiam os moradores das áreas

onde estão os empreendimentos imobiliários do PMCMV. Os grupos sociais são representados pela população que atende aos requisitos para acesso aos benefícios do PMCMV.

d) Tema *Saúde e cuidado*

No subgrupo que discute as dinâmicas territoriais ligadas à garantia do direito à saúde e ao cuidado encontra-se o estudo de Duarte (2012), que apresenta argumentos ligados às esferas governo e sociedade.

A esfera governo comparece na análise com ações das instâncias federal e municipal. Os movimentos evidenciados na análise envolvem: a Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei Federal n.º 8.842/1994 (BRASIL, 1994), que garante ao idoso os direitos de cidadania, sua participação na comunidade, defesa da sua dignidade e bem-estar e direito à vida; o Estatuto do Idoso, instituído pela Lei Federal n.º 10.741/2003 (BRASIL, 2003), que regula os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; as ações do Ministério da Saúde, órgão responsável por criar e gerenciar serviços de atendimento ao público idoso. A instância municipal é representada pela descrição de ações que envolvem: parcerias por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social com Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), para o custeio de parte das despesas dessas entidades; parceria entre as ILPI e Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), que recolhe doações nas contas de água que são revertidas para ILPI da cidade.

A esfera sociedade é representada por ações que envolvem terceiro setor e grupos sociais. No que tange ao terceiro setor, são destacadas ações da Organização Mundial da Saúde (OMS) em defesa dos direitos da pessoa idosa; as ILPI, que são entidades de caráter filantrópico, mantidas por associações religiosas (católicas, espíritas, evangélicas), por associações de imigrantes e seus descendentes, e outras organizações beneficentes; a SSVP, fundadora e administradora de uma ILPI da cidade de Governador Valadares; o Instituto Presbiteriano de Serviço Social, Educação, Cultura e Pesquisa (conhecido como Colégio Presbiteriano), que mantém uma ILPI da cidade de Governador Valadares.

Os movimentos dos grupos sociais são representados pelos próprios idosos, enquanto população com características e demandas próprias de sua fase de vida; as famílias e os fatores que levam à decisão de institucionalizar o idoso, como perda do

cônjuge, maus tratos, impossibilidade de custear os cuidados, incapacidade do idoso, ausência de descendentes diretos; os gestores e profissionais que atuam nas ILPI e as relações que são estabelecidas com os idosos assistidos.

e) Tema *Segurança*

O subgrupo de dissertações que discutem as dinâmicas territoriais ligadas à garantia do direito à segurança apresenta argumentos ligados às esferas governo e sociedade. Neste tema, destacam-se os estudos de Santos (2012) e Braga (2015).

A esfera governo comparece com ações das instâncias federal, estadual e municipal. Na instância federal, os autores destacam movimentos que se articulam a partir do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei Federal n.º 2 848/1940 (BRASIL, 1940), que compreende um conjunto de normas que determinam e regulamentam as ações consideradas infrações penais; o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, instituído pelo Decreto Federal n.º 7.179/2010 (BRASIL, 2010b), que trata da prevenção do uso, do tratamento e da reinserção social de usuários e do enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas; o Programa “Crack É Possível Vencer”, coordenado pelo Ministério da Justiça, que desenvolve ações em parceria com outros Ministérios em três frentes de atuação: prevenção, cuidado e autoridade⁶⁵.

Os movimentos que envolvem a instância estadual de governo são representados pelas ações de controle e repressão do crime e do tráfico de drogas, realizadas pela Polícia Militar de Minas Gerais, como o Programa Olho Vivo, que monitora regiões com alto índice de crimes contra o patrimônio, e ações de polícia comunitária; a Fundação João Pinheiro (FJP), entidade de ensino e pesquisa vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, que monitora e sistematiza dados referentes à incidência de crime nos municípios mineiros⁶⁶.

No plano municipal, são destacadas as ações: Plano de Redução da Pobreza Urbana, programa criado pelo município com o objetivo de identificar os bairros que apresentavam maiores índices de vulnerabilidade socioeconômica e com alto potencial de eclosão do crime violento; ações coordenadas por agentes públicos

⁶⁵ Disponível em <<https://www.justica.gov.br/programas-e-planos/crack>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

⁶⁶ Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

municipais para o fechamento de bares e outros estabelecimentos onde eram praticadas a venda de drogas e a prostituição na região central de Governador Valadares; ações e programas ligados à Secretaria Municipal de Assistência Social, tais como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CREAS POP), o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e o Projeto Território Aliança, que atua em parceria com a Associação de Acolhimento aos Dependentes Químicos e Familiares (ADQF) e o CREAS POP.

A esfera sociedade comparece na análise com ações do terceiro setor, dos segmentos produtivos e dos grupos sociais. Os movimentos que envolvem o terceiro setor destacados pelos autores são: a ADQF, entidade que oferece acolhimento aos dependentes químicos e seus familiares; o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a ONG Observatório de Favelas, que em parceria com o Laboratório de Análise da Violência (ligado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro), realizaram estudo voltado para análise do risco de mortalidade por homicídios entre adolescentes, que gerou o Índice de Homicídio na Adolescência (IHA).

Os movimentos dos segmentos produtivos são destacados por Braga (2015), ao afirmar que os veículos de comunicação dão repercussão ao fenômeno social que envolve o tráfico de drogas na região central de Governador Valadares; os empreendimentos econômicos que existem na área do Mercado Municipal e no próprio mercado, que ao mesmo que tempo ofuscam a existência desse fenômeno em seu território (pelo fluxo constante de pessoas atraídas pelos serviços oferecidos pelo Mercado), de certa forma também alimentam tal fenômeno, através de recursos decorrentes da grande circulação de pessoas e mercadorias (como latas de bebidas e garrafas PET vazias, que são utilizadas como cachimbos para o consumo de crack).

Os movimentos dos grupos sociais compreendem: as associações de bairro, que representam a organização mais próxima dos moradores para promover debates, discussões, proposições, reivindicações, protestos, sugestões e contribuições relativas ao seu espaço; a população que mora em bairros periféricos, que está mais exposta aos riscos de crimes violentos, principalmente crimes contra a pessoa; os jovens do sexo masculino, mais expostos e mais propensos a se tornarem criminosos e vítimas de violência; os usuários de drogas (no sentido individual) e os grupos de usuários; população que reside na região do Mercado Municipal e é afetada pelas atividades do tráfico e pela permanência dos usuários.

f) Tema *Trabalho*

No subgrupo que discute as dinâmicas territoriais ligadas à garantia do direito ao trabalho encontra-se o estudo de Oliveira (2011), que apresenta argumentos ligados às esferas governo e sociedade.

A atuação da esfera do governo comparece quando a autora traça um panorama dos dispositivos jurídicos e das estratégias criadas pelo governo para o atendimento da pessoa com necessidades especiais. No âmbito federal, é destacada a Lei 8.213/1991 (BRASIL, 1991) que trata, no artigo 93, sobre um sistema de cotas vigentes para a realização da inserção do PNE no mercado de trabalho. A dissertação trata também da atuação da Justiça do Trabalho na garantia dos direitos do trabalhador. Na esfera estadual, há um destaque para os órgãos públicos voltados ao atendimento do PNE, como o Centro de Apoio ao Deficiente Físico Dr. Octávio Soares (CADEF) e o Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), este com atuação compartilhada entre as esferas estadual e municipal.

No que tange às articulações da esfera da sociedade, identificam-se movimentos que envolvem o terceiro setor e os diversos segmentos produtivos. No primeiro subconjunto, há um destaque para as ONGs que oferecem suporte aos PNE, na forma de serviços de acolhimento, formação/capacitação e encaminhamento para atendimento junto aos serviços públicos de saúde e inserção no mercado de trabalho. Quanto aos segmentos produtivos, destacam-se os serviços de formação profissional especializada, oferecidos pelas instituições que compõem o Sistema S (SENAC, SESI, SEST, SENAI); e as empresas valadarenses que, atentas ao que preconiza a Lei 8.213/1991, mantém em seu quadro de colaboradores portadores de necessidades especiais.

4.2.1.4 Dinâmicas sociais – subcategoria educação

O subgrupo de dissertações que discutem dinâmicas sociais com foco em educação compreende oito produções, que versam sobre aspectos das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e a educação; educação ambiental; educação especial; educação infantil; escola de tempo integral; territórios educativos. Para uma melhor construção textual, os estudos dessa subcategoria foram reorganizados em seis temas, considerando os aspectos que são abordados nas discussões (quadro 5).

Quadro 5 – Organização das dissertações da subcategoria educação.

Tema	Ano	Dissertação	Autor(a)
As TIC na Educação	2014	Ensino superior, ciberespaço e inteligência coletiva: um estudo das interações entre estudantes e professores.	Rossana Cristina Ribeiro Morais
	2018	Conexões rizomáticas: ciberterritorialidades docentes e discentes	Karla Nascimento de Almeida
Educação Ambiental	2018	Educação ambiental: o divórcio entre a intenção das políticas públicas e a prática de ensino nas escolas	Emilia Marilda Cassini
Educação Especial	2011	Desterritorialização/ reterritorialização: processos vivenciados pelas professoras da Escola Estadual Paulo Campos Guimarães no contexto das transformações da Educação Especial em Governador Valadares	Eliene Nery Santana Enes
Educação Infantil	2018	Marcas territoriais nas práticas do brincar das crianças da educação infantil em jornada de tempo integral	Alessandra Amaral Ferreira
Escola de Tempo Integral	2016	Escola em tempo integral: territórios e saberes.	Míria Núbia Simões Lourenço
Territórios Educativos	2018	Educação integral e cidade educadora: cartografia de territórios educativos em bairros de Governador Valadares.	Daniel Romulo de Carvalho Rocha

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Em Morais (2014) e Almeida (2018), apreende-se as dinâmicas territoriais que se constituem a partir do uso das TIC, com atenção à inteligência coletiva e à construção de novo sentido para a educação, que sai do espaço físico da sala de aula para se territorializar nos espaços virtuais. Morais (2014) destaca o papel das TIC no processo de construção do conhecimento coletivo, por meio das trocas que são feitas entre os estudantes e entre os estudantes e os professores na rede social digital Facebook⁶⁷, revelando novas perspectivas acerca dos conceitos de espaço e território no mundo globalizado e dos sujeitos em rede. Almeida (2018) traça uma cartografia

⁶⁷ Facebook é uma rede social digital fundada em fevereiro de 2004. A empresa assume como missão do negócio “dar às pessoas o poder de construir a comunidade e aproximar o mundo”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/facebook/>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

das territorialidades docentes e discentes no uso das TIC, e aponta como as relações de poder que são evidenciadas em territórios controlados (exemplificadas pela restrição ao uso da internet da escola e proibição do uso do celular) configuram as territorialidades dos sujeitos sociais.

Cassini (2018) apresenta análise da inserção do tema educação ambiental no currículo escolar e as dinâmicas territoriais que envolvem a institucionalização das políticas públicas voltadas para a implantação da educação ambiental em escolas públicas. A autora convoca a reflexão sobre a prática educativa na educação ambiental, pois não é suficiente a temática transversal do meio ambiente no currículo escolar; é preciso, segundo Cassini (2018), buscar alternativas para que as aprendizagens dos estudantes oportunizem uma mudança de comportamento para fazer frente aos efeitos da degradação ambiental.

As dinâmicas que configuram o território da educação especial são apreendidas em Enes (2011), que traça uma análise dos processos de desterritorialização e reterritorialização vividos pelas professoras da Escola Estadual Paulo Campos Guimarães, no contexto das transformações da educação especial em Governador Valadares. A partir desse estudo, depreende-se que as dinâmicas territoriais assinalam a dimensão simbólica, os laços territoriais e as relações identitárias que envolvem professores, alunos, famílias, escolas e, de modo amplo, os sistemas de ensino.

Em Ferreira (2018), as dinâmicas territoriais são discutidas na perspectiva das configurações do brincar de crianças, em uma escola de educação infantil em jornada de tempo integral. A autora apreende a escola infantil enquanto território onde as crianças desenvolvem suas culturas, a partir de suas ações de apropriação espacial. Nesta perspectiva, a escola infantil assume outros contornos, não apenas o lugar de cuidar e educar, mas também o lugar de proteger os direitos desses sujeitos que agem de forma própria e intencional nos tempos e espaços, através das relações que estabelecem com outras crianças e com os adultos (IDEM).

A partir da leitura de Lourenço (2016), apreende-se que as relações que os estudantes dos anos finais do ensino fundamental estabelecem com os saberes advindos dos projetos institucionais, configuram dinâmicas territoriais no contexto da escola em tempo integral. A autora argumenta que a ampliação do tempo de permanência do estudante na escola deve possibilitar-lhe a apropriação de saberes

diferentes daqueles que constam nos currículos, por meio da abertura da escola ao seu entorno e à cidade.

Em Rocha (2018a), apreende-se que a escola deve manter-se em constante interação com a cidade, entendida como cidade educadora – um espaço de transformação social. Nesse contexto, dinâmicas sociais configuram os territórios educativos, que se apresentam também como territórios culturais, constituídos pelas identidades coletivas dos sujeitos.

Deste modo, as reflexões desse conjunto de documentos permitem apreender que as dinâmicas territoriais que envolvem a dimensão social são conformadas por movimentos de integração e intervenção que passam pela educação. Sobre o aspecto da educação, Oosterbeek (2012, p. 59) afirma que “o elemento central da gestão integrada do território é a formação de capital humano e o combate à alienação”, que são alcançados por meio da educação e de programas de ensino e formação de sujeitos que sejam protagonistas dos processos de transformação social (IDEM).

Para Freire (1991a), a educação é a alavanca das mudanças sociais, que serão possíveis à medida que, conhecendo a realidade, o sujeito possa nela interferir, numa busca inquieta e permanente, em um percurso de redescobertas, reflexões e desafios (FREIRE, 1987; 1991b). Isso posto, compreende-se que o desenvolvimento territorial será possível à medida que os atores locais empreenderem esforços para a afirmação da educação enquanto projeto de emancipação dos sujeitos que agem em busca de soluções, em um movimento de ação-reflexão-ação que só pode ser realizado por quem está *com* o mundo e não apenas nele representado, consciente de si e de uma realidade que está em processo, em constante transformação (FREIRE, 1987; 1991a; 1991b).

As dinâmicas territoriais que envolvem a dimensão social da educação constituem-se por movimentos de interações que configuram e são configuradas pelo território, atribuindo-lhe sentido político ou simbólico (HAESBAERT, 2011a), pois o território nasce “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (IDEM, p. 79).

Os argumentos apresentados nos documentos fornecem indicativos sobre as dinâmicas territoriais e os níveis de articulação das estruturas de ação local para o desenvolvimento territorial. As dinâmicas territoriais descritas sinalizam para interações das três esferas – universidade, governo e sociedade –, cada uma

assumindo um papel diferente, com ações que potencializam novas dinâmicas territoriais.

A esfera do governo comparece nos documentos, exceto em Moraes (2014). Destacam-se movimentos nas instâncias federal, estadual e municipal, conforme apresenta-se a seguir.

As ações da esfera governo na instância federal destacam-se pelas políticas públicas criadas com o objetivo de garantir o direito de todos à educação. São destacadas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que dispõe, entre outros aspectos, sobre a ampliação do tempo diário das crianças e dos adolescentes na escola (BRASIL, 1996); as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE), em especial a meta 06 que prevê a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica (BRASIL, 2014). Destacam-se ainda iniciativas do governo federal que asseguram a necessidade do brincar na infância, tais como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)⁶⁸ e as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (DCNEI)⁶⁹. No bojo das discussões sobre a educação, foram evidenciados também movimentos que perpassam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que apresentam os temas transversais, que constituem um conjunto de temas que aparecem transversalizados⁷⁰ no decorrer de toda a escolaridade obrigatória (BRASIL, 1997); a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)⁷¹ e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental⁷², que juntas, apontam o marco conceitual da educação ambiental.

⁶⁸ O RCNEI foi concebido pelo Ministério da Educação e dos Desporto, em atendimento à LDBEN. O Referencial é organizado em 3 volumes e aponta “metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural” (BRASIL, 1998).

⁶⁹ As DCNEI foram fixadas pela Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 ma. 2019.

⁷⁰ Os temas transversais definidos pelos PCNs são: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e orientação sexual (BRASIL, 1997).

⁷¹ A PNEA foi instituída pela Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 09 mi; 2019.

⁷² Instituídas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 mi. 2019.

No âmbito da atuação estadual, encontram-se as ações que se desdobram das políticas nacionais, que envolvem movimentos da Secretaria de Estado de Educação (SEE) e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), ambas do estado de Minas Gerais, que juntas consolidam ações em parceria com órgãos e entidades na área ambiental para as práticas da educação ambiental nas escolas da rede estadual de ensino; o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), ligado à Polícia Militar de Minas Gerais, que consiste num esforço conjunto entre a Polícia Militar, a escola e a família para prevenir o abuso de drogas e a violência entre estudantes⁷³.

Dentre as dinâmicas territoriais que envolvem a esfera do governo em âmbito municipal, destacam-se: a Política Municipal de Educação para a ampliação da jornada escolar instituindo a Escola em Tempo Integral (ETI), criada pela Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares em 2009; as escolas da rede municipal de ensino que foram *locus* dos estudos realizados, tais como: Escola Municipal Professora Rosalva Simões Ramalho, Escola Municipal Professor Daniel Alves Ajudarte e Escola Municipal Padre Eulálio Lafuente Elorz. Em Enes (2011), foram apreendidas dinâmicas que envolvem o Centro de Referência e Apoio à Educação Inclusiva (CRAEDI), que oferece atendimento educacional especializado às escolas da rede municipal.

No que tange às dinâmicas que envolvem a esfera sociedade, foram apreendidas dinâmicas territoriais envolvendo ações do terceiro setor, dos segmentos produtivos e dos grupos sociais.

O terceiro setor comparece em ações empreendidas por instituições filantrópicas, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)⁷⁴ e Associação Valadareense de Assistência e Defesa dos Direitos dos Excepcionais (Avadde)⁷⁵, que prestam atendimento a pessoas com deficiência e seus familiares; a relação das crianças e suas famílias com a ASCANAVI é destaca por Ferreira (2018),

⁷³ Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/proerd/principal.action>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

⁷⁴ A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede Apae destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional. (Disponível em: <<https://apae.com.br/>>. Acesso em: 09 mi. 2019).

⁷⁵ A Avadde tem como objetivo reabilitar e/ou habilitar pessoas com deficiência, com um atendimento multidisciplinar especializado. (Disponível em: <<https://www.facebook.com/avadde.gv>>. Acesso em: 09 mi. 2019).

devido ao fato de muitas famílias da comunidade do bairro Turmalina terem uma história com essa Associação, o que a torna parte da vida desses sujeitos; os atendimentos realizados pelo Instituto Nosso Lar⁷⁶; o trabalho desenvolvido pela ASDOG junto à comunidade do bairro Carapina; a Associação dos Moradores do Bairro São Paulo (AMASP); a Associação Rio limpo, localizada no bairro São Paulo, que desenvolve a fabricação de sabão vegetal a partir do óleo de cozinha descartado. Foram evidenciados ainda movimentos que envolvem o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC)⁷⁷, que é referência em educação integral em todo o país; o movimento das Cidades Educadoras, que fomenta a constituição de cidades orientadas para o desenvolvimento integral dos sujeitos⁷⁸; e a ONU, que está à frente de diversas iniciativas que mobilizam os Estados-membros e levam à reflexão e tomada de providências acerca das questões que envolvem o meio ambiente, entre outras.

As interações que abrangem os segmentos produtivos, na esfera sociedade, comparecem apenas em Morais (2014), Almeida (2018) e Rocha (2018a), sendo que Morais (2014) e Almeida (2018) tecem argumentos que envolvem as redes sociais digitais que são utilizadas por estudantes e professores para as interações, com destaque para a rede Facebook. Em Rocha (2018a), os segmentos produtivos são representados por empresas localizadas no bairro São Paulo, cuja existência nesta localidade interfere nas dinâmicas do bairro, como a rede de supermercados Big Mais, a rede de supermercados atacado-varejista Atacadão, a unidade do Serviço Social da Indústria (SESI), a unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

⁷⁶ Organização de assistência social que tem como missão “atender pessoas e famílias de baixa renda, em situação de risco social e/ou pessoal com serviços de proteção social básica, média e alta complexidade, buscando para tanto parcerias com órgãos públicos, privados ou organizações internacionais; abrigar e oferecer assistência integral a pessoas acima de 65 (sessenta e cinco) anos, quando verificada a inexistência de grupo familiar, ou carência de recursos financeiros próprios ou da família para prover sua subsistência.”. (Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pg/nossolar.instituto/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 09 mai. 2019).

⁷⁷ O CENPEC é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como objetivos o desenvolvimento de projetos, pesquisas e metodologias voltados à melhoria da qualidade da educação pública e a incidência no debate público. Fundado em 1987, atua em parceria com a escola pública, espaços educativos de caráter público e iniciativas destinadas ao enfrentamento das desigualdades – e desenvolve ações que contribuem para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, formação de profissionais de educação, ampliação e diversificação do letramento e fortalecimento da gestão educacional e escolar. (Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/>>. Acesso em: 09 mai. 2019)

⁷⁸ Trata-se de uma iniciativa da Associação Cidade Escola Aprendiz que desenvolve ações estratégicas para o fortalecimento dessa agenda no Brasil, por meio de projetos e experiências voltados à integração entre comunidades, escolas e territórios. (Disponível em: <<https://www.cidadeseducadoras.org.br/>>. Acesso em: 09 mai. 2019)

(SENAC). O autor destaca ainda a empresa Samarco Mineração S.A., responsável pelo desastre ambiental ocorrido na cidade de Mariana em 2015, cujos efeitos ainda causam transtornos para os moradores de Governador Valadares e provocam novas dinâmicas territoriais⁷⁹.

Os movimentos dos grupos sociais aparecem em todas as dissertações. São descritas interações que envolvem: as relações entre alunos e seus familiares, professores e corpo técnico-administrativo das escolas; as interações dos atores que transitam pela escola, como profissionais da SMED, da SMS e da Polícia Militar de Minas Gerais (equipe do PROERD); as interações entre os estudantes, que constroem laços sociais através da internet (o capital social é um elemento fundamental para compreender esses laços sociais e é um fator que molda as dinâmicas que surgem com a apropriação das redes sociais); as interações de grupo no sítio eletrônico da rede social Facebook, com o objetivo de manter a relação social de seus membros que teve início fora da rede, na universidade; os movimentos dos professores, que se apropriam da tecnologia digital para uso na educação, com novas práticas metodológicas, uma vez que a tecnologia digital pode ampliar a interatividade e a flexibilidade de tempo no processo educacional; os movimentos das crianças, enquanto agentes ativos que contribuem para a produção e mudança culturais; as dinâmicas territoriais que envolvem os professores que atuam na Escola em Tempo Integral, que têm suas jornadas de trabalho ampliadas e a quem é assegurado o direito à formação continuada; as condições de vulnerabilidade social das crianças que moram no bairro Turmalina, uma região que é muito afetada pelas condições de pobreza, desigualdade social e violência; as apropriações (ou não) que os moradores fazem dos espaços para torná-los territórios educativos.

As interações que envolvem a esfera universidade são descritas em Morais (2014), Ferreira (2018) e Rocha (2018a). Os autores apresentam argumentos que indicam os movimentos protagonizados pela universidade em prol de questões que perpassam o campo da educação. Morais (2014) destaca a UNIVALE⁸⁰ enquanto facilitadora das interações sociais dos estudantes, que se iniciam no ambiente acadêmico, onde acontecem as atividades de ensino que acabam demandando novas

⁷⁹ Na seção 4.2.3 são discutidos mais detalhadamente os aspectos referentes ao desastre ambiental e às dinâmicas territoriais.

⁸⁰ A pesquisa de Morais (2014) foi realizada com estudantes do curso de Ciência da Computação da UNIVALE.

interações entre esses mesmos estudantes, com atividades de lazer, aprofundamento dos estudos e continuidade das vivências em sala de aula. Ferreira (2018) e Rocha (2018a) tecem argumentos acerca da relevância do trabalho realizado pelo grupo Territórios, Educação Integral e Cidadania (TEIA)⁸¹, que ao longo dos anos tem sido um disseminador de ações de extensão e pesquisa, vinculando educação integral e cidadania.

4.2.1.5 Dinâmicas sociais – subcategoria formação histórica do território

Nesse subconjunto encontram-se as produções de Ferreira Filho (2011) e Medeiros (2011). Os estudos fazem referência ao enfoque histórico de práticas simbólico-culturais e representações de poder que simbolizam a construção histórica e social de Governador Valadares. Em Ferreira Filho (2011), a análise está direcionada para a possível existência de um processo de produção e reprodução simbólica, através de condutas e concepções de vida dos ribeirinhos, envolvendo o rio Doce e o bairro São Tarcísio. O autor faz um resgate dos aspectos que envolvem a constituição histórica do bairro que é o marco inicial da construção da cidade de Governador Valadares e dos dilemas atuais que envolvem o território analisado. Medeiros (2011) traça uma análise acerca do significado da Fazenda Ministério para atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo de ocupação de 1994. A autora faz um resgate dos acontecimentos que remontam às décadas de 1960 e 1990, períodos em que a Fazenda Ministério foi ocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que culminaram na desapropriação da Fazenda em 1996 e na criação do Assentamento Oziel Alves Pereira.

A escolha da denominação formação histórica do território para essa subcategoria foi inspirada por uma das áreas temáticas do GIT que, de acordo com informações obtidas no sítio eletrônico do programa⁸², refere-se aos estudos que

⁸¹ O grupo Territórios, Educação Integral e Cidadania – (TEIA), criado em 2008, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), busca ser um núcleo de articulação entre várias ações de pesquisa, ensino e extensão no campo da educação integral e cidadania. Configura-se como um espaço de reflexão e intervenção voltado para a garantia da educação como um direito individual e coletivo, necessária para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Disponível em: <<https://www.facebook.com/teiaufmg/>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

⁸² Disponível em: http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/Area_de_concentracao_e_linhas_de_pesquisa/?CodigoCentralInformacao=2805. Acesso em: 20 abr. 2019.

tratam dos seguintes assuntos: a) enfoque histórico e regional da migração, saúde, violência, vulnerabilidade, ambiente e sustentabilidade; b) cultura, território e identidade; c) território, memória e narrativa; d) discursos, identidade e território; f) relações de poder (grupos, sociedade e Estado); g) práticas simbólicas e representação do poder; h) processos de modernização, mudanças sociais e território; i) desenvolvimento e território; j) movimentos sociais e território; l) história local e regional.

As dinâmicas territoriais assinaladas pelos autores revelam que o território é sempre um campo de relações de poder, seja o poder simbólico das relações culturais, seja o poder material das relações econômicas e políticas (HAESBAERT, 2011a). Se por um lado o território é esse campo de forças onde as relações de poder tecem o território, por outro, é o sentimento de pertencimento ao lugar que dinamiza as representações coletivas, conformando dinâmicas culturais e identitárias.

A relação dos sujeitos com o território em análise nos estudos de Ferreira Filho (2011) e Medeiros (2011) evidencia a existência do poder simbólico que define as relações, mobiliza os sujeitos em torno de um objetivo comum e confirma ou transforma a visão de mundo (BOURDIEU, 1989). O modo como os atores locais se mobilizam para se apropriarem do espaço – a Fazenda Ministério, em Medeiros (2011), e o eixo bairro São Tarcísio-rio Doce, em Ferreira Filho (2011) –, revela um território onde as relações sociais produzem identidade cultural. A proximidade entre os atores gera uma rede de cooperação que mobiliza o capital social (BOURDIEU, 2014) e potencializa o desenvolvimento do território (FLORES, 2006).

Os argumentos apresentados nos documentos fornecem indicativos sobre as dinâmicas territoriais e os níveis de articulação das estruturas de ação local para o desenvolvimento territorial. As dinâmicas territoriais descritas sinalizam para interações de duas esferas – governo e sociedade –, cada uma assumindo um papel diferente, contudo com ações que potencializam novas dinâmicas territoriais. Destaca-se que os documentos não indicam dinâmicas territoriais com a atuação da esfera da universidade.

A esfera do governo comparece com atuação das três instâncias – federal, estadual e municipal. A ação da instância federal é citada em Medeiros (2011), com destaque para: o decreto emitido pelo presidente João Goulart, em 1964 (antes do golpe militar) de desapropriação da Fazenda do Ministério, que pertencia ao Ministério da Agricultura, para fins da reforma agrária; a Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa), que a partir de 1976 passa a incorporar a Fazenda Ministério e, então, cede-se para a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), para que a área fosse destinada a pesquisas em produção de grãos e genética de animais.

A atuação da instância estadual também é citada em Medeiros (2011), que descreve movimentos dos agentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, enquanto aparelho repressor utilizado pelo estado para expulsão dos manifestantes das terras de propriedades pública e privada, e para inibição dos movimentos sociais que tinham como foco a reforma agrária.

No que tange à instância do governo municipal, há um destaque significativo em Ferreira Filho (2011), que versa sobre o modo como os diversos prefeitos de Governador Valadares fizeram “vista grossa” à ocupação desordenada do bairro São Tarcísio e não implementaram medidas significativas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali habitam. O autor destaca ainda a criação da campanha “GV mais bonita pra você”, promovida pela prefeitura da cidade em 2006, com o objetivo de “‘apagar o estigma de favela’ do bairro e ‘transformar’ o São Tarcísio num ponto turístico, o ‘Pelourinho Valadarense’” (FERREIRA FILHO, 2011, p. 108, aspas do autor).

A esfera sociedade comparece em ambos os estudos, com ações do terceiro setor, dos segmentos produtivos e dos grupos sociais em destaque nos dois estudos. As ações do terceiro setor envolvem: a mobilização dos integrantes do MST em prol da apropriação da Fazenda do Ministério para fins de reforma agrária e assentamento de famílias ligadas ao movimento; as ações do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura, em defesa dos lavradores que lutavam pelo direito de trabalhar; as manifestações e intervenções da Associação Rural de Governador Valadares (durante os acontecimentos de 1964) e do Sindicato dos Produtores Rurais de Governador Valadares (em 1994) em defesa dos interesses dos proprietários de terras. Em Ferreira Filho (2011), as ações do terceiro setor são ilustradas pela presença atuante de denominações religiosas no bairro São Tarcísio, como a Fraternidade “O Caminho”, uma denominação da Ordem Franciscana que presta serviço voluntário à comunidade⁸³, entre outras ações realizadas por diversas igrejas.

⁸³ O autor não especifica quais serviços voluntários são prestados pela Fraternidade “O Caminho”.

As ações que envolvem os segmentos produtivos dão destaque à criação de dois jornais impressos na década de 1950: o jornal Diário do Rio Doce (DRD), ligado à elite local, e o jornal O Combate, ligado à defesa da reforma agrária; as manifestações da Cooperativa Agropecuária do Vale do Rio Doce, que se declarou apoiadora da classe ruralista nos acontecimentos que envolviam as ações do MST; as matérias jornalísticas veiculadas em jornais locais que difundem a imagem da violência e do tráfico de drogas no bairro São Tarcísio e que corroboram para a estigmatização do bairro.

Há diversos indícios da atuação dos grupos sociais nas dinâmicas territoriais e que reforçam o avanço da participação dos cidadãos na vida da sociedade, como argumenta Oosterbeek (2012). Nesse aspecto, Medeiros (2011) destaca o protagonismo dos participantes do MST que, engajados na luta pelo direito à terra, alcançaram seu objetivo em 1996, apesar das represálias e violência enfrentadas.

Em Ferreira Filho (2011) há um destaque para os jovens, enquanto grupo que está exposto ao aliciamento pelo tráfico de drogas presente no bairro São Tarcísio, situação que agrava o quadro social pela falta de emprego, o que torna a atividade do tráfico uma fonte de renda; a atuação dos grupos envolvidos com o tráfico de drogas no bairro, que altera os códigos sociais no bairro e agrava a violência; as estratégias de apropriação do território pelos moradores, que podem ser ilustradas pela existência de dois grupos de moradores – os “ribeirinhos de várzea” (parte mais elevada do bairro, mais próxima do Centro, portanto mais valorizada) e os “ribeirinhos de platô” (situado na beira do rio, local de enchentes, com característica de favela, portanto menos valorizada); a “seletividade espacial” dos primeiros moradores, que denota o território como um híbrido entre o cultural (representado por uma forma de vida que resgata os hábitos rurais, origem dos primeiros moradores) e entre o econômico (representado pelo caráter utilitário do território enquanto oferta de água para consumo e limpeza).

Como pode ser observado na descrição acima, as dinâmicas sociais apresentadas nesse conjunto de dissertações focalizam aspectos que envolvem, também, elementos de dimensões econômica e ambiental. Os primeiros remetem aos aspectos da construção histórica de Governador Valadares, os primeiros grupos a chegarem à região, a forma como o território foi apropriado pelo capital econômico vigente e quais os reflexos que essa apropriação trouxe para o desenvolvimento do

território. As especificidades desse aspecto serão tratadas na seção que discute as dinâmicas econômicas.

Quanto aos elementos que envolvem a dimensão ambiental, podem ser destacados os aspectos que representam a relação com o meio ambiente, que ora é configurada por significados simbólicos (como relações de afeto), ora por significados econômicos (como meio de subsistência e preocupações com as consequências dos danos ambientais). A imbricação das três dimensões acentua que as dinâmicas territoriais expressam a relação dos sujeitos com o território, dinamizada pelas transformações sociais, econômicas e ambientais.

Para finalizar a análise dessa subcategoria, enfatiza-se que os hábitos e costumes dos sujeitos que se apropriam do espaço são marcados por códigos sociais e culturais de identidade territorial.

4.2.1.6 Dinâmicas sociais – subcategoria migração

Na subcategoria que compreende dissertações que discutem as dinâmicas sociais com foco na migração, encontram-se os estudos de Pinto (2011), Souza (2012), Brandes (2014), Almeida (2015), Lopes (2015), Pinto (2016) e Lucas (2017). Os autores abordam as questões que envolvem o fenômeno migratório em Governador Valadares que teve início na década de 1960, alcançou o auge na década de 1980 e entrou em declínio nos anos 2000, devido à crise na economia norte-americana⁸⁴.

O estudo realizado por Pinto (2011) compreende a análise do fluxo migratório de valadarenses para os EUA, a partir das representações no jornal local DRD. Com a análise realizada, a autora indica o modo como as informações veiculadas pelo referido jornal implicou novas dinâmicas territoriais, alimentando o imaginário coletivo acerca das oportunidades que o território de destino (EUA) oferecia e das limitações que o território de origem (Governador Valadares) impunham ao cidadão valadarense, reforçando a crença de que emigrar era a melhor opção. No bojo dessa construção, destaca-se ainda o uso de elementos pela equipe editorial do jornal que alimentam o estigma da migração e do migrante, como o apelido *Valadólare*s que é atribuído à

⁸⁴ Os fatores que impulsionam o movimento emigratório em Governador Valadares e os principais efeitos causados por ele na cidade são abordados na seção 4.2.2, que discute as dinâmicas econômicas.

cidade, em função da desvalorização da moeda local e valorização do dólar, e o personagem *Capitão Dólar*, que retrata o emigrante retornado como um sujeito ignorante que conseguiu melhorar sua condição financeira, mas permanece alienado, o que inferioriza seu território de origem.

A leitura de Souza (2012) permite observar aspectos que constituem a identidade do transmigrante, condição atribuída ao migrante que mantém trânsito constante entre dois países – Brasil e EUA – e preserva, em ambos os países, trocas culturais, redes sociais e fluência nas línguas portuguesa e inglesa. As dinâmicas territoriais constituem os movimentos que dão origem a uma condição de sujeitos que vivenciam multiterritorialidades, tendo a referência do território de origem (Brasil) como o território do descanso, do desfrute das conquistas, enquanto o território de destino (EUA) é o território do trabalho, aquele que garante sucesso financeiro e acesso aos bens de consumo. Nesse sentido, ambos são significativos para o transmigrante.

Em Brandes (2014), apreende-se as dinâmicas territoriais que são o resultado das interações sociais estabelecidas pelo migrante que, ao retornar, não encontra o seu tempo de partida. Os argumentos da autora revelam que, ao retornar e se deparar com um território que é desconhecido, alguns fatores geradores de estresse produzem sofrimento psíquico ao migrante e tornam mais complexo o processo de reterritorialização.

O estudo realizado por Almeida (2015) apresenta argumentos que permitem apreender a influência da experiência migratória na construção do projeto de vida de estudantes, compreendidos na faixa etária entre 15 e 20 anos, inseridos no ensino médio. A autora faz uma reflexão acerca da escola enquanto instituição central na vida de jovens e adolescentes e importante na constituição das identidades e subjetividades juvenis. Apreendem-se dinâmicas territoriais que indicam a escola enquanto elo importante no processo de reterritorialização dos estudantes que retornam ao território de origem.

Em Lopes (2015), compreende-se os impactos da experiência migratória na percepção do território pelo policial militar que desertou para vivenciar o processo migratório, a partir de estudo de caso realizado com um grupo de policiais militares. A leitura desse autor possibilita apreender dinâmicas territoriais que envolvem a decisão de migrar e os fatores impulsionadores; as novas dinâmicas territoriais configuradas por mudanças nas normas da Polícia Militar de Minas Gerais, que passam a

considerar o desertor como um infrator e a quem são imputadas penalidades; o fortalecimento das redes sociais que facilitam o processo migratório em Governador Valadares.

A análise apresentada por Pinto (2016) direciona-se para a representação da identidade brasileira no conteúdo dos jornais impressos *Brazilian Times* e *Brazilian Voice*, dois periódicos com circulação nos EUA e que se caracterizam como mídia étnica, por serem editados e dirigidos para membros de uma mesma “comunidade transplantada” que ainda cultiva sua língua e seus costumes (IDEM). No estudo, as dinâmicas territoriais constituem as decisões de quais informações são veiculadas nos jornais e de que modo os periódicos potencializam positivamente a identidade brasileira da comunidade que vive em país estrangeiro.

A partir da leitura de Lucas (2017) apreende-se as relações sociodiscursivas que são demonstradas pelas falas dos sujeitos acerca de suas experiências enquanto imigrantes nos EUA. Os imigrantes são sujeitos que vivenciam múltiplas territorialidades, e essa territorialidade deve ser compreendida a partir da influência da habilidade linguística do sujeito. A língua tem um papel central na cultura e é mediadora das relações sociais, que são relações de poder. Decerto, a territorialização do imigrante é mediada por suas práticas linguísticas, excluindo-o ou integrando-o ao novo território e às práticas sociais.

À luz dos estudos teóricos sobre a abordagem territorial, é possível inferir que as dinâmicas sociais que se entrelaçam com o fenômeno da migração em Governador Valadares são representações de interações humanas, carregadas de sentidos político-material e simbólico. Os aspectos que motivam a migração podem ser lidos a partir da dimensão econômico-política que revela relações de ordem material, às quais podem ser associadas às questões de natureza financeira, principal fator motivador do processo migratório, de acordo com os autores das dissertações desse subgrupo de análise. Há que se considerar ainda a dimensão cultural das relações simbólicas, que podem ser associadas às representações simbólicas do “sonho americano”, um ideal construído no imaginário coletivo de que os EUA representam a terra da promessa, das oportunidades.

Desse modo, a compreensão do território migração requer antes, a aceitação das múltiplas relações de poder que configuram esse território, relações essas que produzem e fortalecem uma identidade e afirmam a existência de uma multidimensionalidade do território: simbólico-cultural e materialista. Ao assumir o

caráter híbrido do território, defende-se a necessidade de uma leitura integradora do território, que o considere numa interação entre as múltiplas dimensões sociais e que conjugue de forma articulada espaços econômico, político e cultural, conectando diferentes pontos (HAESBAERT, 2011a; 2011b).

Os argumentos apresentados nos documentos fornecem indicativos sobre as dinâmicas territoriais e os níveis de articulação das estruturas de ação local para o desenvolvimento territorial. As dinâmicas territoriais descritas sinalizam para interações de duas esferas – governo e sociedade –, cada uma assumindo um papel diferente, contudo com ações que potencializam novas dinâmicas territoriais. Destaca-se que os documentos descrevem movimentos com forte participação da esfera sociedade e não indicam dinâmicas territoriais com a atuação da esfera universidade.

Apreendem-se dinâmicas territoriais envolvendo ações da esfera governo, nos estudos de Pinto (2011), Brandes (2014) e Lopes (2015). Os movimentos identificados em âmbito federal referem-se: ao Ministério das Relações Exteriores, que no ano de 2010 criou a cartilha Guia de Retorno ao Brasil, um documento destinado aos emigrantes brasileiros que retornam do exterior em situação de vulnerabilidade, possibilitando-lhes a reinserção na sociedade (BRASIL, 2010a); à Polícia Federal, órgão responsável pela emissão e fiscalização de passaportes; ao Código Penal Militar, instituído pelo Decreto-lei n.º 1.001, de 21 de outubro de 1969.

No que tange à instância estadual da esfera governo, identificou-se em Lopes (2015) ações que envolvem a Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais (8.^a RPM), com sede em Governador Valadares, que gerencia a segurança pública na região⁸⁵, que não esteve alheia ao movimento migratório; o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais⁸⁶, que estabelece os direitos, deveres e responsabilidades dos militares do estado; a Lei Complementar 95/2007, que passou a classificar o crime de deserção como atentatório à honra e ao decoro da classe militar, colocando a deserção como transgressão disciplinar de natureza grave, excluindo o militar desertor

⁸⁵ A região de abrangência da 8.^a RPM é constituída por 58 municípios, 24 distritos e diversos povoados, correspondendo a uma extensão territorial de 25.617 km² e população de 773.645 habitantes (compreende a região do Vale do Rio Doce). Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

⁸⁶ Aprovado pela Lei Estadual n.º 5.301, de 16 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.ipism.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/leis/LEI_5.301.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

da Polícia Militar⁸⁷; o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre as transgressões e as sanções disciplinares aplicáveis aos militares de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2002).

As ações da instância municipal aparecem apenas em Pinto (2011). A autora destaca que, após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001⁸⁸, a Prefeitura Municipal de Governador Valadares criou o Programa Emigrante Cidadão (PEC), cujo objetivo era sanar problemas comuns aos emigrantes e prestar apoio à reinserção social⁸⁹.

Os movimentos que envolvem a esfera sociedade englobam ações do terceiro setor, dos segmentos produtivos e dos grupos sociais. Quanto às dinâmicas territoriais que incluem o terceiro setor, destacam-se a criação do Rotary Club⁹⁰ em Governador Valadares, como a afirmação de um elemento da cultura norte-americana; as ações da Associação dos Parentes e Amigos dos Emigrantes do Brasil (Aspaemig); o Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIAAT)⁹¹, órgão de apoio ao emigrante e sua família. Destacam-se, ainda, a Associação Brasileira de Imprensa Internacional, cuja finalidade é reunir profissionais da imprensa escrita, televisiva e radiofônica, além de outras mídias étnicas brasileiras⁹².

As ações dos diversos segmentos produtivos compreendem: as iniciativas dos emigrantes retornados que envolvem a criação de novos empreendimentos econômicos na cidade, gerando empregos e agregando novos produtos/serviços à economia local; o aquecimento do mercado imobiliário e da construção civil em decorrência das remessas enviadas pelos emigrantes aos seus familiares e de

⁸⁷ A Lei Complementar 95, de 17 de janeiro de 2007, altera os artigos 1.º, 2.º, 5.º, 6.º, 7.º e o parágrafo único do artigo 12 da Lei nº 5.301/1969. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/crs/File/documentos_normativos/lc95.PDF>. Acesso em: 10 mai. 2019.

⁸⁸ Em 11 de setembro de 2001, o maior atentado terrorista da História destruiu as torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova York, e atingiu o edifício do Pentágono, em Washington. (PINTO, 2011)

⁸⁹ O PEC foi criado pela lei municipal 4.940, de 21 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, as competências das unidades organizacionais que a integram e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/programa-emigrante-cidadao/86189>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

⁹⁰ O Rotary é uma rede global de líderes comunitários, amigos e vizinhos que veem um mundo onde as pessoas se unem e entram em ação para causar mudanças duradouras em si mesmas, nas suas comunidades e no mundo todo. Disponível em: <<https://www.rotary.org/pt>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

⁹¹ Fundado em 2006, o CIAAT é uma organização não governamental que atende a 13 municípios da região do Vale do Rio Doce. Consolidado como uma agência de desenvolvimento regional tem a missão de transformar a realidade de pequenas organizações através de projetos sociais que visam à geração de trabalho e renda de forma coletiva e solidária. Disponível em: <<http://www.ciaatgv.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

⁹² Disponível em: <<http://abiinter.net/>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

investimentos feitos após o retorno, como a aquisição de imóveis; o mercado da migração ilegal, que envolve a produção de documentos falsificados e os cônsules, nome dado às pessoas que vendem o serviço de migração aos EUA por meio de travessia pelo México; os jornais comunitários impressos *Brazilian Times* e *Brazilian Voice*, produzidos nos EUA por brasileiros para brasileiros, com o objetivo de divulgar notícias sobre o Brasil que são do interesse dos brasileiros que moram nos EUA.

Na análise feita por Pinto (2011), são destacados os movimentos que envolveram segmentos produtivos nas décadas de 1960-1990, desde o início do movimento migratório até o período do auge da migração. A autora destaca as seguintes ações: a criação do DRD para ser um instrumento estratégico da elite local, reforçando as relações de poder; as representações do movimento migratório difundidas pelo DRD, com ênfase na supervalorização da cultura norte-americana e a desvalorização da cultura local; o Instituto Brasil Estados Unidos (IBEU), que promovia intercâmbio de estudantes para os Estados Unidos (nas décadas de 1960/1970); a chegada de instituições especializadas que ofereciam cursos de inglês, como FISK, CCAA, ENFOC e o Instituto de Línguas Modernas; o mercado imobiliário e da construção civil que crescem a partir da década de 1980 devido às remessas enviadas por emigrantes, o que provoca mudanças na dinâmica territorial, pois inflaciona a economia da cidade; as agências de turismo que ofereciam os serviços de viagem para os EUA (décadas de 1980/1990) e o surgimento do mercado clandestino da falsificação de documentos para fazer frente às políticas norte-americanas que cerceavam a entrada de imigrantes.

As dinâmicas territoriais apreendidas nos documentos envolvem grupos sociais diversos, com destaque para: o emigrante retornado e o estranhamento sentido frente às pessoas que permaneceram na cidade, lugares, hábitos de vida e cultura que, embora sejam marcas de seu território de origem, parecem-lhe estranhos no momento do retorno; sentimento de não pertencimento ao território de origem; o transmigrante, que tem o hábito de permanecer em trânsito entre dois países, realiza trocas culturais, sociais e econômicas nos dois países; o fortalecimento das redes migratórias, o que favorece o aumento da migração; o jovem que passa pela experiência migratória e vive diferentes experiências em relação ao saber escolar, cultura e sociedade; o retorno e a inserção na escola que demarcam mudanças significativas que influenciarão no projeto de vida dos jovens que viveram o projeto migratório; a escola, que deve buscar estratégias democráticas para as constantes mudanças que ocorrem

na sociedade atual e que geram desigualdades regionais, de classe, gênero e de raça; as escolas das redes pública e privada de Governador Valadares, que recebem estudantes que vivenciaram o projeto migratório; as percepções dos estudantes quando comparam o ensino no exterior e o ensino nas escolas públicas e particulares de Governador Valadares – aqueles que são inseridos no ensino público fazem críticas quando o comparam com o ensino no país estrangeiro⁹³, já os estudantes que são inseridos no ensino privado não relatam dificuldades de adaptação na escola.

Lopes (2015) destaca as ações de militares da 8.^a RPM que desertaram para migrar, com atenção aos fatores que motivaram a deserção, nem sempre associados a questões financeiras; os motivos que incidiram na decisão desses militares de retornarem, como o advento da Lei Complementar 95/2007, que passou a permitir a demissão do militar que desertava; o fator família e a ideia da retomada da carreira militar.

As ações apreendidas em Pinto (2011) envolvem os primeiros migrantes, que deram início à rede de migração ligando Governador Valadares-EUA; os perfis dos primeiros migrantes: estudantes de famílias ricas da cidade que migraram com o objetivo de estudar e conhecer uma nova cultura; a emigração indocumentada que teve início nas últimas décadas do século XX; os imigrantes e as privações pelas quais são submetidos no país de destino, configurando relações de poder que implicam na territorialização/desterritorialização; a representação do migrante-herói das décadas de 1960/1970 dá lugar ao migrante marginalizado na década de 1980.

4.2.1.7 Dinâmicas sociais – subcategoria saúde

No subgrupo que discute as dinâmicas sociais na perspectiva da saúde, encontram-se 19 (dezenove) dissertações. Dentre todas as dissertações analisadas neste estudo, os documentos da categoria dinâmicas sociais, subcategoria saúde, representam o maior conjunto e o único com produções em todos os 10 anos do Programa GIT.

As discussões sobre os “territórios da saúde” envolvem uma multiplicidade de visões e percepções acerca do processo saúde/doença/cura e indicam movimentos que envolvem: a saúde de grupos sociais específicos (como idosos, gestantes,

⁹³ O estudo de Almeida (2015) compreendeu estudantes que tiveram experiências em escolas dos Estados Unidos e Portugal.

mulheres e policiais civis); as percepções acerca da rede de serviços de saúde; o acesso ao serviço de saúde bucal na rede pública; saúde e alimentação escolar; a percepção de algumas doenças, como a hipertensão arterial, a hanseníase e leishmaniose; as práticas de cuidado de pessoas adultas de uma comunidade da zona rural que vive em uma região considerada endêmica para infecções causadas pela bactéria *H. pylori*.

Em Silva (2011) e Soares (2015), as representações sociais relativas à hipertensão arterial sistêmica (HAS) e ao processo terapêutico refletem na adesão ao tratamento e controle da HAS. A descrição das dinâmicas territoriais indica, que o fato de ser uma doença assintomática gera baixa adesão ao tratamento. As pessoas buscam hábitos de vida mais saudáveis, como a prática de exercícios e alimentação equilibrada, contudo tais hábitos não são suficientes para o controle da HAS.

Lopes (2011) e Rocha (2013) analisam as representações e intersubjetividades de mulheres em relação ao processo saúde/doença. A partir da leitura dessas autoras, apreende-se que cada sujeito compreende os conceitos de saúde e doença a partir de seu contexto social e de suas próprias experiências, e que o modelo biomédico considera a dimensão estritamente biológica do ser humano, descontextualizando o âmbito biográfico, familiar e social e as interferências que provocam na concepção de saúde e de doença.

Valle (2012) e Romão (2013) discutem as dinâmicas que envolvem a saúde bucal no município de Governador Valadares. Em Valle (2012), a análise parte da condição de saúde bucal de famílias inseridas na ESF, enquanto em Romão (2013) são analisadas as concepções dos gestores em saúde bucal no Programa de Saúde da Família (PSF), nos níveis estadual (Minas Gerais) e municipal, sobre território e territorialidade e sobre suas possíveis interferências no planejamento, na gestão e na execução das práticas em saúde bucal.

A leitura de Pereira (2012) permite compreender a apropriação que os pacientes e profissionais de saúde fizeram do processo vivido diante da hanseníase, em Governador Valadares, na década de 1980, e como esse processo permitiu uma configuração territorial de ordem simbólica e/ou funcional. A autora apresenta elementos que representam a história da doença no município, tendo como marcos principais as ações do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e a implantação da poliquimioterapia (PQT) na década de 1980, que consistia num novo tratamento que

trouxe consigo a possibilidade da cura e a chance da mudança, de fato, da perspectiva dos pacientes e dos profissionais de saúde.

Roberto (2014) caracteriza o perfil dos alunos que necessitam de atenção específica quanto à alimentação e identifica as escolas que recebem esses alunos na rede municipal de ensino de Governador Valadares. A autora descreve as dinâmicas territoriais que envolvem o ambiente escolar e o Programa de Alimentação Escolar (PAE), elaborado pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

As percepções acerca da rede de serviços de saúde constituem elementos que caracterizam as dinâmicas territoriais em Menezes (2014), Patrício Neto (2014) e Oliveira (2015). Menezes (2014) apresenta a visão dos médicos inseridos na ESF a respeito da atuação do psicólogo no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), enquanto Patrício Neto (2014) identifica os escores dos atributos da Atenção Primária à Saúde (APS), na perspectiva da população idosa usuária de uma ESF. Em Oliveira (2015), é possível apreender os perfis multidimensionais das vítimas atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no município de Governador Valadares, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2011.

Pereira (2015) e Fernandes (2016) analisam a representação social das gestantes usuárias do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN), na zona urbana no município de Governador Valadares. As autoras argumentam que as mudanças físicas que ocorrem no corpo durante a gestação geram reflexos em aspectos psíquicos na vida da mulher e requerem necessidades de afeto, carinho, cuidado e proteção. Por isso, são imprescindíveis que sejam levadas em consideração as vivências e experiências das gestantes, a partir das quais se torna possível identificar as singularidades de sua vida social, seus problemas e necessidades de saúde.

Sousa (2016) e Silva Neta (2017) discutem a avaliação da qualidade do serviço de APS na perspectiva do idoso. As mudanças na pirâmide demográfica, provocadas pelo aumento da população idosa no país e no município, configuram novas dinâmicas territoriais e alteram a pirâmide epidemiológica, ou seja, com o aumento do envelhecimento tende a aumentar a incidência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como diabetes e hipertensão arterial. Nesse cenário, é preciso remodelar o sistema de saúde, com foco nas territorialidades do sujeito que se encontra nessa fase da vida.

A partir da leitura de Castro (2016), é possível apreender os aspectos epidemiológicos da Leishmaniose Visceral Humana (LVH). A autora argumenta que as mudanças econômicas fizeram aumentar a população residente em áreas urbanas e a negligência das políticas públicas tem contribuído para o aumento de doenças transmitidas por vetores, acompanhada pela ineficiência dos sistemas de vigilância e da subnotificação dos casos de LVH.

As preocupações com a comunidade da zona rural, endêmica para o *H. pylori*, é o objeto de atenção da pesquisa realizada por Silva (2017). Essa comunidade, segundo a autora, há mais de 20 anos tem sido objeto de atenção de pesquisadores em um modelo biomédico de saúde, no qual se identificam os doentes, levantam-se as causas do adoecimento e apresentam-se prescrições médicas (SILVA, 2017). A autora problematiza esse modelo e busca no aporte da Educação Popular em Saúde e nos estudos de território, de modo explícito, as contribuições de Paul Claval, compreender os cuidados em saúde, desta comunidade.

Rocha (2018b) analisa as percepções dos policiais civis que atuam em Governador Valadares, acerca do liame entre suas atividades e o adoecimento mental. O autor afirma que a experiência policial está pautada em múltiplas territorialidades, configuradas por múltiplas relações de poder, desde as relações jurídico-políticas (poder material), até as relações simbólico-culturais (poder simbólico).

As dissertações analisadas indicam que as interações sociais configuram dinâmicas num território que é híbrido: assume as dimensões material e simbólica, com atenção para as práticas culturais dos sujeitos no território.

Na perspectiva das políticas públicas e das estratégias dos programas de saúde, o território assume a conotação material, por meio da cartografia do solo em regiões que são atendidas pelos programas instituídos (perspectiva ratzeliana, tal como explica Raffestin, 1993). Na perspectiva dos sujeitos, o território assume a conotação simbólico-cultural, produto de suas vivências, de suas experiências, da cultura e dos sistemas de valor (perspectivas idealista e relacional, tal como explica Haesbaert, 2011b), ou se constituindo por meio das práticas culturais dos sujeitos que o conformam (CLAVAL, 2013a, 2013b), dentre elas as práticas de cuidado em saúde. Nesse aspecto, a análise encaminha-se para uma abordagem integradora do território, que o considere a partir das múltiplas dimensões sociais e que conjuga espaços econômico, político e cultural, conectando diferentes pontos.

Os argumentos apresentados nos documentos fornecem indicativos sobre as dinâmicas territoriais e os níveis de articulação das estruturas de ação local para o desenvolvimento territorial. As dinâmicas territoriais descritas sinalizam para interações de duas esferas – governo e sociedade –, cada uma assumindo um papel diferente, contudo com ações que potencializam novas dinâmicas territoriais. Destaca-se que os documentos não indicam dinâmicas territoriais com a atuação da esfera universidade, com exceção do estudo apresentado por Silva (2017).

As ações que envolvem a esfera governo estão representadas por movimentos das instâncias federal, estadual e municipal. Quanto ao governo federal, foram identificadas as seguintes dinâmicas territoriais: a garantia do direito à saúde, assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil, que no artigo 196 endossa a saúde como um direito de todos e dever do Estado; as políticas públicas de saúde constituídas a partir da Constituição, como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS)⁹⁴, cujo gestor nacional é o Ministério da Saúde (MS); a promulgação da Lei Orgânica de Saúde (LOS), Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que regula em todo o território nacional as ações e serviços de saúde e constitui o SUS (BRASIL, 1990); a criação do SESP, com o objetivo de implementar ações de saneamento, controles de endemias e formação profissional.

Acrescenta-se ainda a criação de políticas e programas que visam ao estabelecimento de ações voltadas para a saúde, tais como:

- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, elaborada pelo Ministério da Saúde em parceria com diversos setores da sociedade, com o objetivo de implementar “ações de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e reduzam a morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis” (BRASIL, 2011a, p. 07);
- Política Nacional de Promoção da Saúde, criada pelo Ministério da Saúde e aprovada pela Portaria MS n.º 687, de 30 de março de 2006;
- Política Nacional da Atenção Básica, aprovada pela Portaria MS n.º 2.488, de 21 de outubro de 2011;

⁹⁴ O SUS é considerado um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Básica, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

- Política Nacional de Atenção às Urgências, instituída pela Portaria GM n.º 1.863, de 29 de setembro de 2003, com o intuito de estruturar e organizar a rede de urgência e emergência no país, bem como implantar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN), criado pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM n.º 569, de 1 de junho de 2000, com o objetivo de “assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério às gestantes e ao recém-nascido, na perspectiva dos direitos de cidadania” (BRASIL, 2000, p. 05);
- Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), considerado uma estratégia transitória para o estabelecimento de vínculos entre os serviços de saúde e a população (BRASIL, 2001a);
- Política Nacional de Saúde Bucal (conhecida como Programa Brasil Sorridente), que estabelece as diretrizes para ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros (BRASIL, 2004);
- Instituto Nacional de Câncer (INCA), órgão ligado ao Ministério da Saúde, que desenvolve e coordena ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil⁹⁵;
- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei 5.537, de 21 de novembro de 1968, responsável pelo repasse dos recursos federais para a alimentação escolar aos Estados, Municípios e Distrito Federal⁹⁶;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar, que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública⁹⁷;
- Política Nacional de Alimentação e Nutrição, criada pelo Ministério da Saúde em 1999 e atualizada pela Portaria n.º 2.715, de 17 de novembro de 2011,

⁹⁵ Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/institucional>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

⁹⁶ Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

⁹⁷ Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

que estabelece ações para a garantia da segurança alimentar e nutricional dos brasileiros⁹⁸;

- Programa Saúde na Escola, que visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida da população brasileira⁹⁹;
- Programa Mais Educação;
- Programa Mais Médicos para o Brasil, instituído pela Lei n.º 12.871, de 22 de outubro de 2013, com o objetivo de melhorar o atendimento aos usuários do SUS¹⁰⁰;
- Política Nacional do Idoso (PNI), que assegura os direitos sociais do idoso e cria condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade¹⁰¹;
- Estatuto do Idoso, criado pela Lei n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003;
- Política Nacional da Educação Popular em Saúde, instituída no âmbito do SUS, reafirmando “o compromisso com a universalidade, a equidade, a integralidade e a efetiva participação popular no SUS” (BRASIL, 2013a, p. 02).

As ações da esfera governo em âmbito estadual envolvem: as ações da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, que participa da formulação das políticas e ações de saúde, enquanto gestora do SUS em âmbito estadual; as ações do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), criado pelo Decreto-lei 1.416, de 24 de novembro de 1945¹⁰²; a instituição Polícia Civil de Minas Gerais, órgão do sistema de segurança pública responsável pela apuração de crimes e contravenções; a estrutura hierárquica da Polícia Civil de Minas Gerais, que constitui fator de impacto na saúde mental dos policiais, principalmente pela formação inadequada ou ineficiente dos gestores e o favorecimento, por

⁹⁸ Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

⁹⁹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://maismedicos.gov.br>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

¹⁰¹ A Política Nacional do Idoso foi instituída pela Lei pela lei n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 12 mai. 2019.

¹⁰² O IPSEMG é responsável pela prestação de serviços de assistência à saúde aos servidores públicos do estado de Minas Gerais.

consequência, do assédio moral; a organização da Delegacia Regional de Polícia Civil de Governador Valadares (DRPC-GV); os dispositivos da Lei Complementar n.º 116, de 11 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual.

As dinâmicas territoriais que envolvem a esfera governo em ações de âmbito municipal são descritas da seguinte forma: as estratégias adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que planeja e executa as ações de saúde, como o programa ESF; as unidades de saúde distribuídas pelo território, com o objetivo de prestar serviços de atenção básica e as interlocuções que são estabelecidas com as comunidades atendidas; o Agente Comunitário de Saúde, ligado à Secretaria Municipal de Saúde, que realiza a atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor local; a Criação do Centro de Referências em Doenças Endêmicas e Programas Especiais Doutor Alexandre Castelo Branco (CREDEN-PES) em 2002, que é o serviço que acolhe o Programa Municipal de Hanseníase em Governador Valadares; as ações vinculadas ao Programa de Alimentação Escolar, cuja gestão é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação; a implantação do SAMU pela Lei Municipal n.º 5.469, de 12 de agosto de 2005, vinculado à SMS; as ações do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), responsável por prevenir e controlar zoonoses, tais como a LVH; o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que realiza atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental.

Para fechar a descrição das ações que envolvem a esfera governo, ressalta-se a parceria entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATERMG), SMED/PNAE, SMS e Vigilância Sanitária, que gerou a criação de dois grupos de Agricultura Familiar que passaram a fornecer gêneros alimentícios para o PAE. Essa parceria indica um movimento articulado entre duas instâncias de governo (estadual e municipal) que gera benefícios para a sociedade (produtores da agricultura familiar e estudantes atendidos nas escolas públicas municipais).

Os movimentos que envolvem ações da esfera sociedade estão representados pelo terceiro setor, pelos segmentos produtivos e pelos grupos sociais, com uma incidência maior de ações envolvendo os grupos sociais, conforme é descrito a seguir.

O terceiro setor é representado por movimentos coordenados pela OMS, agência internacional ligada à ONU, que se dedica à melhoria de políticas e serviços públicos de saúde, por meio da transferência de tecnologia e da difusão do conhecimento acumulado por meio de experiências produzidas nos Países-Membros¹⁰³.

Quanto aos segmentos produtivos, destacam-se as iniciativas de agricultor familiar e empreendedor familiar rural ¹⁰⁴, que fornecem gêneros alimentícios para o PNAE. De acordo com a Resolução CD/FNDE n.º 038, 16 de julho de 2009, no mínimo 30% das compras de gêneros alimentícios devem contemplar a agricultura familiar (BRASIL, 2009b).

No que tange aos grupos sociais, destacam-se as famílias assistidas pelo programa ESF; a falta de vínculo entre os idosos portadores de HAS e as unidades de saúde; as representações sociais dos idosos sobre a HAS, que condiciona a forma como realizam seu tratamento e reagem aos cuidados sugeridos pela equipe de saúde; as mulheres e suas representações sociais acerca do corpo e da relação saúde/doença/cura; as contrariedades entre a vida na cidade grande e a vida em cidades pequenas ou distritos (as relações sociais e os códigos culturais que dão sentido à vida cotidiana nesses lugares); as relações de personalidade que exercem controle sobre os membros de determinada comunidade e o modo como essas relações expressam relações de poder; os processos culturais que configuram os conceitos de saúde e doença e os métodos de prevenção e cuidado; famílias inseridas na ESF, que desejam ter uma saúde bucal adequada, porém não buscam os serviços oferecidos; pacientes e profissionais envolvidos no processo da hanseníase; as representações sociais da sociedade em relação à hanseníase e os estigmas criados em torno da doença e do doente; alunos da rede escolar municipal com necessidades específicas de alimentação devido a alguma doença; nutricionistas que atuam no PNAE e a responsabilidade pela elaboração dos cardápios da merenda escolar; pessoas idosas e suas percepções acerca dos serviços de saúde oferecidos pela ESF; o Conselho Federal de Psicologia, que acompanha as práticas profissionais de psicólogos/as; as interações entre médicos e psicólogos que atuam na rede pública

¹⁰³ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/opasoms/>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

¹⁰⁴ Agricultor familiar e empreendedor familiar rural são aqueles que praticam atividades no meio rural e que utilizam predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, bem como são responsáveis, juntamente com sua família, pela gestão da propriedade rural. Fonte: BRASIL, 2006.

de serviços de saúde; as interações entre as equipes multiprofissionais, como médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e condutores socorristas que atuam no SAMU; a mulher e seus sentimentos envolvidos no processo de readaptação durante e após o parto; o suporte familiar à mulher, como uma importante fonte contra os fatores estressores; o público idoso, que busca estratégias para o bem-estar, que envolvem viver uma vida regrada, controlada, sem vícios, praticando atividades físicas, o que representa uma possibilidade de viver melhor esse processo; moradores notificados por casos de leishmaniose no período de 2008 a 2014, que são donos de cães infectados e resistem em entregar seus cães (o vínculo afetivo entre o homem e o cão é negligenciado pelos agentes públicos); os médicos veterinários e os estresses gerados pela prática da eutanásia em cães infectados pela leishmaniose, que não é suficiente para controlar a doença; a comunidade da zona rural e as suas práticas de cuidado em saúde nas quais se apresentam, tanto os saberes populares das benzedadeiras quanto os cuidados médicos na Unidade Básica de Saúde local; os policiais civis que atuam em Governador Valadares, que agem em território com elevado índice de criminalidade, o que causa efeitos na saúde mental desses profissionais; a relação entre policiais e gestores na DRPC-GV e as evidências de assédio moral.

As dinâmicas territoriais que envolvem a universidade encontram-se presentes no trabalho de Silva (2017). A autora relata a presença da UNIVALE no Córrego do Melquíades, campo do estudo, que ao longo dos últimos 20 anos esteve presente em diferentes ações junto à comunidade, com atenção específica para investigações sobre o *H. pylori*. Depreende-se da leitura do texto a importância da abordagem territorial trazida pelo GIT para se compreender o adoecimento dessa população, e a intenção expressa no texto de produção de um material educativo que partisse da escuta da população.

4.2.2 Dinâmicas econômicas

As reflexões expressas no início deste capítulo versam sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico de Governador Valadares. A formação da cidade ocorreu impulsionada pelo potencial natural da região e a principal atividade econômica nas primeiras décadas era de base extrativista, o que reforça a relação entre as dimensões econômica e ambiental.

Sobre a evidência dessa relação, os argumentos de Oosterbeek (2012) ressaltam que um aspecto importante na abordagem da gestão integrada do território é a compreensão de que não há uma dimensão que mereça mais destaque que a outra; é preciso harmonizar as perspectivas pois “as dinâmicas econômicas são complementadas por dinâmicas sociais (de grupos) e enquadradas por condicionalismos externos (ambiente)” (OOSTERBEEK, 2012, p. 36).

Como afirma Espindola (2015), o desenrolar histórico mostra que a degradação ambiental na região ocasionou um colapso socioambiental que afetou a dimensão econômica das dinâmicas territoriais na cidade.

(...) as ações antrópicas romperam profundamente o equilíbrio, particularmente entre 1930 e 1970, em função da exploração extrativista; da eliminação da cobertura florestal; da redução drástica da fauna; das alterações físicas e químicas dos solos; da contaminação das águas superficiais e lençóis freáticos; e da exploração acentuada das vertentes, provocando o fim de atividades econômicas características do período pioneiro e impactos ambientais de longo prazo. (ESPINDOLA, 2015, p. 170)

Devido ao esgotamento dos modelos econômicos vigentes (dependentes da exploração de recursos naturais), houve um esvaziamento populacional caracterizado pelos fluxos migratórios de habitantes da cidade para outras regiões do país e para os Estados Unidos da América, o que afetou demasiadamente a economia da cidade (ESPINDOLA; OOSTERBEEK, 2008).

Dentre as 58 (cinquenta e oito) dissertações analisadas, 02 (duas) versam sobre as dinâmicas econômicas, como pode ser observado no quadro 6.

Quadro 6 – Dissertações que tratam de dinâmicas econômicas

Ano	Título	Autor(a)
2013	Território, emigração e desenvolvimento humano: a privação da liberdade na perspectiva de Amartya Sen.	Vinícius Freire Cabral
2014	A crise econômica americana e o retorno: o processo de reinserção dos emigrantes na economia valadarense.	Carolina Lins de Castro Pires

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O conjunto de dissertações dessa categoria aborda as dinâmicas territoriais que configuraram e foram configuradas pelos impactos da migração na economia da cidade de Governador Valadares. Em Cabral (2013), encontra-se uma análise dos fatores que impulsionaram o início do fluxo migratório de valadarenses na década de

1960; Pires (2014) faz uma análise do processo de reinserção na economia valadarense dos migrantes retornados no pós-crise americana (o ápice da crise ocorreu no ano de 2008).

O fluxo migratório torna-se uma característica da região de Governador Valadares a partir da década de 1960, com a emigração de 17 (dezessete) jovens da elite valadarense com faixa etária entre 18 e 27 anos (SIQUEIRA, 2009). Esses primeiros migrantes constituíram os primeiros pontos de uma rede social que levou a um aumento significativo da migração na década de 1980, configurando um fluxo migratório relevante que se espalhou por toda a região (SIQUEIRA, 2009; SIQUEIRA; ASSIS; CAMPOS, 2010; SIQUEIRA, 2018).

Estes emigrantes deram novos contornos tanto as suas cidades de origem através do envio de moeda estrangeira como, também, as localidades de destino, pois recriam os espaços sociais e formatam o mercado de trabalho (mercado de trabalho secundário) dessas regiões. (SIQUEIRA; ASSIS; CAMPOS, 2010, p. 198)

Fatores históricos da cidade de Governador Valadares desencadearam o movimento migratório. A região sempre recebeu migrantes vindos de diversas regiões do país para ocupar o território e para a exploração dos recursos naturais que existiam em abundância (ESPINDOLA, 1999). Na década de 1940, a cidade recebeu estrangeiros para as obras de ampliação da estrada de ferro Vitória a Minas, o que possibilitou a idealização dos Estados Unidos como um lugar de muitas oportunidades e riquezas (SIQUEIRA, 2018).

Siqueira (2018) destaca que quatro fatores foram decisivos na configuração do movimento migratório que teve seu ápice na década de 1980. O primeiro fator refere-se à existência de um mercado de trabalho secundário nos EUA, com oferta de ocupações com baixo *status* social e baixa remuneração. Devido a isso, essas ocupações eram desprezadas pelos trabalhadores americanos e tornaram-se oportunidades para trabalhadores imigrantes. O segundo fator destacado pela autora é a crise econômica atravessada pelo Brasil nos anos 1980, que reduziu a oferta de trabalho e o poder aquisitivo da classe média.

O terceiro fator refere-se ao surgimento de uma rede de serviços, na origem, organizada para facilitar a emigração, tais como agências de turismo especializadas em agendar entrevistas no consulado americano para obtenção do visto para os Estados Unidos, organizar a documentação exigida pelo referido órgão, informar

sobre os procedimentos (vestimenta e fala) durante a entrevista e providenciar transporte até o consulado (SIQUEIRA, 2018).

O quarto fator que, para Siqueira (2018), foi o definidor, compreende a formação das redes sociais, ou seja, a constituição de grupos de pessoas que são da mesma região e apoiam umas às outras, ligando a cidade de Governador Valadares a determinadas regiões dos Estados Unidos.

Quanto ao último fator descrito por Siqueira (2018), retoma-se a análise das dinâmicas culturais e identitárias, ressaltadas por Oosterbeek (2012) como necessárias à análise das dinâmicas territoriais. A formação das redes sociais é possível porque existe entre os sujeitos um fator de ligação, um objetivo que é comum a eles. Esse fator de ligação reflete o capital social (BOURDIEU, 2014), que favorece as trocas legítimas e aumenta a eficiência do grupo.

O projeto de emigrar marca a cidade de Governador Valadares social, cultural e economicamente, pois os que emigram são motivados, principalmente, pela oportunidade de ganhar dinheiro no país de destino e retornar ao país de origem com capital para investir na compra de imóveis e/ou na criação de pequenos negócios na cidade de origem (PEREIRA; SIQUEIRA, 2013; SIQUEIRA, 2009). Contudo, nem sempre o sonho se concretiza; muitos emigrantes retornam sem os recursos pretendidos para os investimentos na cidade e há aqueles que conseguem trazer os recursos, mas fazem investimentos sem a orientação especializada adequada.

[os emigrantes retornados] Definiram em que investir, a partir de informações dadas por familiares e amigos, ou porque consideraram que era um bom negócio ou uma ótima oportunidade. Não possuíam experiência no ramo em que investiram e nunca tinham sido proprietários de nenhum negócio, não tendo, portanto, nenhuma experiência em gerir uma empresa. Muitos foram à falência ou fecharam, devido aos poucos lucros alcançados, impossibilitando a manutenção de um bom padrão de vida no Brasil. O retorno à condição de emigrante foi a solução encontrada. (SIQUEIRA, 2009, p. 146)

A análise das dissertações dessa categoria fornece indicativos sobre os níveis de articulação das estruturas de ação local para o desenvolvimento territorial. As dinâmicas territoriais descritas nessas dissertações remetem às interações das esferas da sociedade e do governo, conforme é apresentado a seguir.

A esfera sociedade comparece nos desdobramentos dos grupos sociais e dos segmentos produtivos. Quanto aos primeiros, Cabral (2013) destaca as relações dos emigrantes com a família que perdia *status* na sociedade em crise, impulsionando a

emigração, e a interferência de amigos que já haviam emigrado para os EUA. Quanto aos segmentos produtivos, Cabral (2013) aponta a falta de oportunidades de trabalho nas empresas da cidade por volta da década de 1960; Pires (2014) destaca as empresas criadas pelos emigrantes que retornam, que passam a fazer parte do mercado de trabalho local; as dificuldades para inserção do emigrante retornado no mercado de trabalho; e a baixa valorização no mercado local de habilidades desenvolvidas no tempo de permanência nos EUA.

A atuação da esfera governo comparece de modo muito peculiar: ambos os estudos destacam a ineficiência do governo (em todas as instâncias – federal, estadual e municipal) em implementar políticas públicas efetivas para atendimento das necessidades do emigrante que retorna. Cabral (2013) aponta ainda a interferência do governo nos veículos de comunicação local (durante o regime militar), fechando o jornal local *O Combate* (que defendia abertamente os interesses das classes trabalhadoras e dos sindicatos locais), mantendo apenas o DRD, que tinha como característica editorial a exaltação de informações sobre os EUA, alimentando o imaginário social acerca das oportunidades que aquele país oferecia.

As dinâmicas territoriais com foco na dimensão econômica expressas por esse conjunto de dissertações ilustram dois recortes temporais distintos: em Cabral (2013), há um panorama dos fatores sociais e econômicos que impulsionaram o início do movimento migratório em Governador Valadares, nos primeiros anos da década de 1960. Os argumentos desse estudo estão em conformidade com a análise que Pires (2014) faz do movimento migratório de retorno de emigrantes valadarenses ao território de origem, a partir de 2008.

O estudo de Cabral (2013) é relevante para compreender a migração em décadas anteriores, que tem efeitos na atualidade e na constituição da cultura da migração na cidade. Por sua vez, o estudo de Pires (2014), ao demarcar a primeira década do século XXI, traça um panorama mais atual que permite compreender as questões mais prementes da atualidade e que configuram novas dinâmicas territoriais na cidade de Governador Valadares.

Os argumentos de Pires (2014) sinalizam para a necessidade de ampliar as estratégias de acolhimento e orientação ao emigrante que retorna à cidade, favorecendo-lhe a reterritorialização, a partir da leitura da cultura e dos sistemas de valores (HAESBAERT, 2011b).

4.2.3 Dinâmicas ambientais

Como já foi mencionado, a cidade de Governador Valadares está localizada às margens do rio Doce. Com 879 quilômetros de extensão, o rio nasce em Minas Gerais, nas Serras da Mantiqueira e do Espinhaço, e deságua no oceano, ao norte do estado do Espírito Santo, no município de Linhares¹⁰⁵. A bacia hidrográfica do rio Doce possui área de drenagem de 86.715 km² e abastece 3,5 milhões de habitantes em 228 (duzentos e vinte e oito) municípios, sendo 200 mineiros e 28 capixabas¹⁰⁶.

Além do rio Doce, a cidade de Governador Valadares conta também com outro atrativo natural, o Pico da Ibituruna, com 1.123 metros de altitude. Em 1989, o Pico foi tombado como monumento natural pela Constituição do Estado de Minas Gerais¹⁰⁷ e, em conjunto com o rio Doce, torna a paisagem de Governador Valadares singular, sendo essas as principais referências naturais da cidade.

Figura 5 – Pico da Ibituruna e rio Doce em Governador Valadares.

¹⁰⁵ Disponível em <<http://www.cbhdoce.org.br/institucional/a-bacia>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

¹⁰⁶ Disponível em <<http://www.cbhdoce.org.br/institucional/a-bacia>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

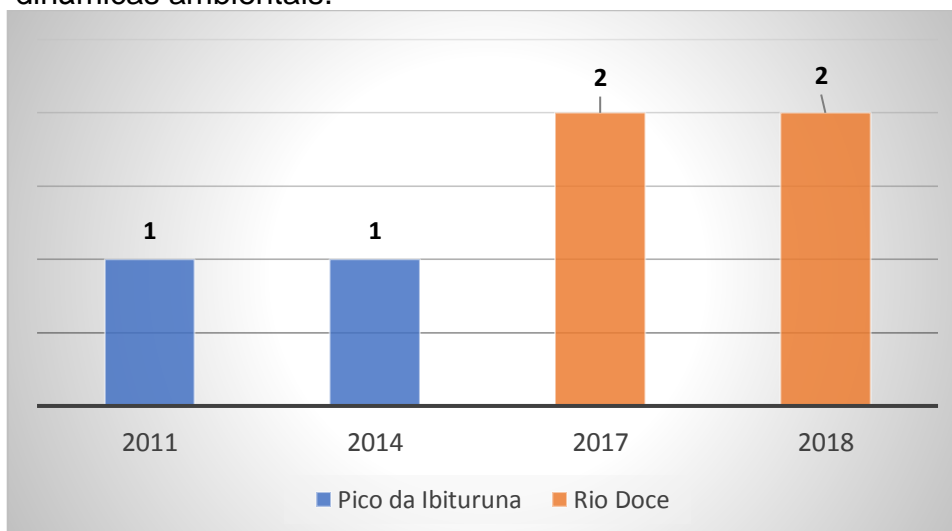
¹⁰⁷ Disponível em <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco/es/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/79/bens-tombados-pico-do-ibituruna>>. Acesso em março de 2019.



Fonte: Sítio eletrônico da UNIVALE¹⁰⁸.

Dentre as 58 (cinquenta e oito) dissertações analisadas, 06 (seis) pertencem à categoria das dinâmicas ambientais. Todas as dissertações dessa categoria tratam de questões relacionadas ao rio Doce e/ou Pico da Ibituruna, como ilustra o gráfico 8.

Gráfico 8 – Referências naturais nas dissertações da categoria dinâmicas ambientais.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A análise das dissertações que tratam das dinâmicas ambientais permite perceber que a população valadarenses mantém uma relação com essas referências

¹⁰⁸ Disponível em <http://www.univale.br/sites/sps/galeria_fotos/cidade/_fotos/cidade_006.jpg>. Acesso em: 15 mar. 2019.

naturais que vão além do aspecto da paisagem, perpassando pela memória, pela cultura, por questões econômicas e sociais.

O Ibituruna singulariza a cidade pela beleza da paisagem. A memória, os laços afetivos, a infância e a relação com o lugar remontam a um passado menos idealista, com base na experiência vivida, no cotidiano, sob a “sombra” do mito de origem. Há ainda o Pico que distingue e projeta a cidade para fora de seus limites, o atrativo turístico e mercadológico, que garante o status de capital mundial de voo livre e referência internacional para a prática desse esporte. (MACIEL, 2011, p. 167)

O conjunto de dissertações da categoria dinâmicas ambientais organiza-se em dois subconjuntos: as produções anteriores ao ano de 2015 (ano em que ocorreu o desastre envolvendo a mineradora Samarco) focalizam a relação da cidade com o Pico da Ibituruna, enquanto as produções posteriores a 2015 focalizam a relação da cidade com o rio Doce. A constatação da existência desses dois subconjuntos permite identificar o rompimento da Barragem de Fundão, cuja lama de rejeitos atingiu o rio Doce, como um marco nas produções do GIT que tratam das dinâmicas ambientais, devido aos impactos desencadeados e aos danos sociais, culturais, econômicos e ambientais que se proliferam na cidade e na região (ESPINDOLA et al, 2016). Em função disso, optou-se pela análise separada das dissertações antes e após o evento de 2015.

Quadro 7 – Dissertações que tratam de dinâmicas ambientais

Ano	Título	Autor(a)
2011	Ibituruna! A marca de um território. Design e identidade em apropriações simbólicas da paisagem em Governador Valadares.	Rosilene Conceição Maciel
2014	Representações sociais sobre ambiente de residentes fixos e de não residentes praticantes de motociclismo off-road e do mountain bike, na área de proteção ambiental do Pico da Ibituruna.	João Batista Rodrigues da Silva Filho
2017	Vertentes territoriais do rio Doce: o rompimento da barragem de Fundão e a cobertura jornalística do Diário do Rio Doce.	Ana Paula Campos Fernandes
	Espelhos D`Água: representações sociais de crianças de Governador Valadares sobre o rio Doce.	Jacqueline Martins de Carvalho Vasconcelos
2018	Percepção de estudantes da educação de jovens e adultos sobre o rio Doce.	Gilda de Melo Marques

	Experiências e saberes de estudantes universitários sobre o rio Doce.	Wildma Mesquita Silva
--	---	-----------------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Nos tópicos seguintes são apresentadas as análises das dissertações, conforme o respectivo foco de abordagem – Pico da Ibituruna e rio Doce.

4.2.3.1 Dinâmicas ambientais – a relação da cidade com o Pico da Ibituruna

As produções de Maciel (2011) e Silva Filho (2014) focalizam a relação da cidade com o Pico da Ibituruna, sendo que em Maciel (2011) a análise está direcionada para as apropriações simbólicas do Pico da Ibituruna, expressas em marcas gráficas de empreendimentos de Governador Valadares, revelando aspectos culturais e identitários da cidade e como as apropriações simbólicas participam na construção da identidade urbana. Em Silva Filho (2014), a análise focaliza as representações sociais sobre o Pico da Ibituruna, um atrativo natural que é objeto de exploração, tanto pela indústria local do turismo e dos esportes ao ar livre, quanto pelos residentes daquela área de proteção ambiental.

Essas produções apresentam perspectivas de análise distintas, contudo ambas fornecem leituras significativas sobre as dinâmicas ambientais na cidade de Governador Valadares. As dissertações expressam como o território é apropriado pelos sujeitos em suas múltiplas relações, estabelecidas em virtude da diversidade de significados e simbolismos que perpassam a atuação dos sujeitos no território. Essa multiplicidade de relações releva também múltiplas dimensões que se manifestam sobre o mesmo território, articulando aspectos econômicos, culturais e identitários.

A coexistência dessas dimensões se torna mais explícita quando Silva Filho (2014) aponta os dilemas que envolvem a relação dicotômica que os moradores da região do Pico da Ibituruna mantêm com o território: manifestam que se preocupam com a preservação dos recursos naturais, pois a ausência desses poderia inviabilizar o usufruto dos “bens” que a natureza oferece para sua sobrevivência, uma vez que esses moradores utilizam a área para atividades de agropecuária. Essa manifestação configura aspectos ambientais e econômicos.

Neste aspecto, a análise das dissertações permite reafirmar o argumento da necessidade de uma leitura integradora do território, como é defendida por Haesbaert (2011a). As diversas dimensões que se manifestam no território encontram-se, de

certa forma, imbricadas, e as experiências vivenciadas conectam os atores locais e potencializam o capital social, que favorece a interação entre indivíduos e instituições e produz efeitos capazes de aumentar a eficiência da sociedade e o desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 2000; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2006; BOURDIEU, 2014).

Os argumentos apresentados nos documentos fornecem indicativos sobre as dinâmicas territoriais e os níveis de articulação das estruturas de ação local para o desenvolvimento territorial. As dinâmicas territoriais descritas sinalizam para interações entre as três esferas – universidade, governo e sociedade –, cada uma assumindo um papel diferente em distintos contextos.

A atuação da esfera governo comparece de formas distintas. Há um destaque para as ações voltadas para a preservação do complexo do Pico como patrimônio paisagístico (instância estadual), e há também um destaque para a ausência de um Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental, o que determinaria os limites para o uso do ambiente, sem prejuízos à sua conservação. Silva Filho (2014) salienta a necessidade de soluções eficientes para a preservação do ambiente natural.

O tempo e o espaço dão conta de expor que a região do Pico da Ibituruna, com sua beleza natural exuberante capaz de encantar visitantes e valadarenses, vem passando por processo contínuo de apropriação e uso desordenado do ambiente, no qual as práticas esportivas podem contribuir de alguma maneira para a descaracterização deste ambiente natural. Já nas propriedades rurais, onde se manifesta principalmente as atividades agropecuárias, plantio de hortaliças e cultura de subsistência, o que chama a atenção é o grande número de barragens que represam a água, alterando significativamente seu fluxo, contribuindo para a alteração dos ecossistemas existentes. (SILVA FILHO, 2014, p. 24)

A esfera sociedade também comparece nas dinâmicas territoriais, com destaque para a atuação dos segmentos produtivos, tais como: as estratégias utilizadas pela indústria do turismo local; as empresas sediadas em Governador Valadares que comercializam itens para a prática do motociclismo *off-road* e do *mountain bike*; as empresas valadarenses de comunicação que desenvolvem marcas gráficas para empreendimentos econômicos da cidade, tendo como referência o Pico da Ibituruna. Quanto aos movimentos dos grupos sociais, são caracterizados por: organização de atividades na área do Pico da Ibituruna pelos praticantes de esportes de ação e de aventura; grupos de artistas da cidade e suas expressões sobre o Pico; os diferentes modos como os residentes se apropriam do Pico.

No que se refere à atuação da esfera universidade, observa-se uma referência sutil apenas em Maciel (2011), quando a autora relata uma iniciativa do curso de Turismo da UNIVALE que, em 2008, promoveu um concurso para eleger as “sete maravilhas de Governador Valadares”. Em votação aberta a toda a comunidade, o Pico da Ibituruna recebeu a maior parte dos votos.

A partir da leitura dessas dissertações, apreende-se que é preciso buscar meios para a gestão integrada do território, de modo a identificar os dilemas locais – que envolvem a preservação do Pico da Ibituruna, a utilização da terra para atividades agropecuárias, a exploração turística – e a articulação de diversos instrumentos para o desenvolvimento integrado e sustentável.

Defende-se, também, que é preciso considerar as dinâmicas culturais e identitárias que se manifestam entre os atores locais, tendo em vista a construção simbólica que existe no imaginário das pessoas acerca da representatividade do Pico da Ibituruna.

4.2.3.2 Dinâmicas ambientais – a relação da cidade com o rio Doce

Prosseguindo as análises, constata-se que as dissertações de 2017 e 2018 buscam, de modo geral, analisar as percepções da sociedade local sobre o rio Doce, após o desastre ambiental de 2015. Em Vasconcelos (2017), Marques (2018) e Silva (2018) o estudo foi empreendido com estudantes do ensino fundamental, médio e superior, respectivamente. Em Fernandes (2017), foi analisada a forma como o rio Doce foi considerado na cobertura jornalística do jornal local DRD, referente ao desastre de Mariana-MG. Para se ter uma ideia da dimensão do desastre, Espindola et al (2016) afirmam que

A força da lama matou 19 pessoas; destruiu localidades como Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Campinas, Borba, Pedras e Bicas e Barra Longa; devastou rios, como o Do Carmo, o Gualaxo; arrasou as pequenas propriedades, que caracterizam área; e com a contaminação deixou sem condição de sobrevivência centenas de agricultores familiares ao longo da calha do rio Doce; deixou gado e outros animais de criação sem água; tirou o trabalho e sustento de centenas de pescadores e coletores de areia; interrompeu as atividades produtivas de empresas de grande e pequeno porte; afetou 35 cidades ao longo do rio Doce e deixou sem água potável mais de 500 mil pessoas; entre outros. (ESPINDOLA et al, 2016, p. 90)

O rompimento da barragem da empresa Samarco Mineração S.A., em 05 de novembro de 2015, trouxe sérios impactos socioeconômicos e culturais para a comunidade valadarense. Além de todos os problemas relacionados ao acesso à água do rio, como é descrito em Fernandes (2017), Vasconcelos (2017), Marques (2018) e Silva (2018), o desastre fez emergir questões relacionadas à relação dos sujeitos com o rio, enquanto lugar da memória de sentimentos de tofília e topofobia¹⁰⁹.

Os argumentos apresentados nesses quatro documentos fornecem indicativos sobre a articulação das esferas universidade, governo e sociedade, nas dinâmicas territoriais.

A esfera governo comparece em todas as dissertações, representada por todos as instâncias de atuação do poder público. Na instância federal, destaca-se: a constituição de diretrizes curriculares nacionais para os cursos superiores, que demandam uma formação que contemple os aspectos do saber ambiental; políticas públicas para a educação de jovens e adultos; marcos legais para a educação ambiental, como o Plano Nacional Ambiental (PNA) e o Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA); a atuação dos órgãos responsáveis pela fiscalização e proteção ao meio ambiente, como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Agência Nacional de Águas (ANA). Quanto à instância estadual, há críticas sobre a ausência do governo estadual, responsável pela fiscalização de empreendimentos como as mineradoras. Na instância municipal, há destaque para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), autarquia municipal responsável pela captação, tratamento e distribuição de água para os domicílios de Governador Valadares. O SAAE foi apresentado também como espaço de estágio para os estudantes do curso de Engenharia Civil e Ambiental da UNIVALE, o que denota a interação entre governo e universidade na formação dos futuros profissionais.

A esfera sociedade comparece em todas as dissertações, com destaque para os segmentos produtivos, em especial a mineradora Samarco, da qual a empresa Vale é sócia, e o jornal local DRD; os grupos sociais, representados pelos estudantes das instituições de ensino: Escola Estadual Israel Pinheiro (ensino fundamental), Instituto

¹⁰⁹ Topofília: relação de pertencimento ao lugar, dos laços afetivos desenvolvidos pelos sujeitos. Topofobia: experiências desagradáveis, negativas, sentimento de medo. Esses conceitos comparecem nas dissertações produzidas por Marques (2018) e Silva (2018) e são tomados das contribuições do geógrafo sino-americano Y-Fu Tuan.

Imaculada Conceição (ensino fundamental), Escola Estadual Júlio Soares (ensino médio) e UNIVALE (ensino superior), pelos professores, pelas comunidades afetadas pelo rompimento da barragem, como grupos de pescadores e grupos indígenas.

Apenas em Silva (2018) a esfera universidade comparece na análise, com uma presença muito forte nas interações com as demais esferas da hélice tríplice. As aprendizagens dos estudantes no espaço da universidade são bastante evidenciadas pela autora, aprendizagens essas que ocorrem por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, em interação com programas e diretrizes do governo federal. A organização dos currículos dos cursos privilegia saberes ambientais, tanto de modo transversal quanto em disciplinas específicas. A UNIVALE, por estar localizada às margens do rio Doce, mantém uma relação muito próxima com o objeto de estudo e, por ser universidade, traz em sua identidade o compromisso com a construção de saberes e a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental, articulando ações de ensino, pesquisa e extensão.

Vasconcelos (2017) conclui que prevalece entre as crianças que participaram do estudo a percepção do meio ambiente como recurso que deve ser preservado por todos, desconhecendo que outras dimensões estão ligadas à questão ambiental, tais como as dimensões social, econômica e política.

Assim, a análise das dinâmicas territoriais na dimensão ambiental, expressas por esse subconjunto de dissertações, sinaliza para a necessidade de ampliar as ações para disseminar novos conhecimentos ambientais, em especial nos níveis de ensino fundamental e médio. A partir dos argumentos apresentados pelas autoras, apreende-se que a ampliação das estratégias de educação ambiental proporcionará maior conscientização da população e, em decorrência, novas relações dos sujeitos com o território. Reitera-se ainda a importância da consideração das dinâmicas culturais e identitárias, pois o território é compreendido como um *continuum* entre o material e o simbólico (HAESBAERT, 2011a), conformando as relações dos indivíduos e das instituições.

4.3 PENSANDO A CIDADE NUMA ABORDAGEM INTEGRADORA

As reflexões que se desdobraram das descrições feitas anteriormente levaram à percepção de que há muitas oportunidades para se pensar a cidade. É necessário o debate sobre a cidade numa perspectiva integradora, que conjugue elementos das dimensões social, econômica e ambiental, e que considere o modo como as construções identitárias e culturais configuram as dinâmicas no território.

As consequências do quadro de enfraquecimento dos referenciais identitários, evidenciados na década de 1960, foram a emigração (válvula de escape para as pessoas que pleiteavam condições de vida melhores) e a pouca capacidade de governança que

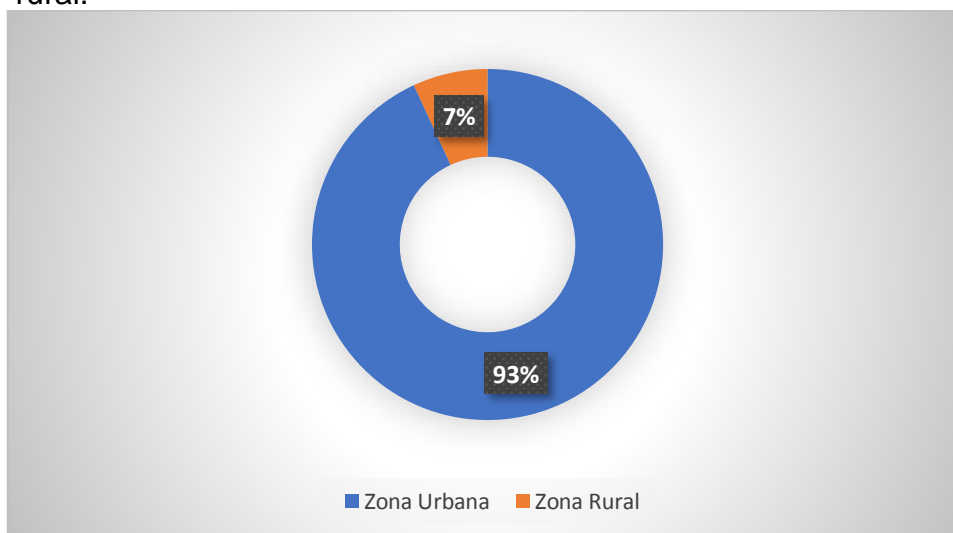
se caracteriza como um processo dinâmico que visa a formulação e resolução de problemas produtivos, amparada pela existência de um compromisso institucional que envolve em parte os atores econômicos e em parte os atores públicos. A capacidade de criação de uma governança eficiente estabelece a possibilidade de superação dos problemas e conflitos que surgem na implementação de ações e na distribuição de benefícios. (FLORES, 2006, p. 16)

Nesse cenário de entropia, onde há pouco dinamismo para o entendimento e a resolução dos dilemas locais, a gestão integrada do território comparece como estratégia de governança participada, convergência de ações entre as estruturas de ação local para a superação dos dilemas locais nas vertentes econômica, ambiental e social, de forma articulada e prospectiva (OOSTERBEEK, 2012), que abarca tanto as populações do campo como as da cidade.

Ao pensar a cidade como direito, na perspectiva defendida por Lefebvre (2001), assume-se que todos os habitantes têm o direito à apropriação da cidade, sejam eles pertencentes à zona urbana ou à zona rural. Tal como afirmam Flores (2003; 2006) e Schneider (2004; 2009), é preciso expandir o olhar para as questões da zona rural, assumindo sua natureza territorial e apreendendo a densa rede de relações sociais, articuladas com potencial para enriquecer o tecido social da localidade. Entende-se ainda que zona urbana e zona rural são configuradas por dinâmicas territoriais próprias, embora a vida urbana compreenda “mediações originais entre a cidade, o campo, a natureza” (LEFEBVRE, 2001, p. 73). Há um movimento complexo constante entre a vida na cidade e a vida no campo, com intermediações que provocam novas dinâmicas territoriais.

As produções do GIT contemplam análises de dilemas que envolvem, tanto a zona urbana da cidade quanto a zona rural, com significativa prevalência de estudos circunscritos à zona urbana (gráfico 9).

Gráfico 9 – Distribuição das dissertações em zona urbana e zona rural.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O esforço de identificar as dissertações que contextualizam aspectos da zona urbana (bairros da cidade) e da zona rural (distritos), possibilitou verificar que em algumas dissertações a área urbana é especificada, com a identificação do bairro onde o estudo foi realizado. Na maioria dos trabalhos, não há indicação de um bairro específico, portanto considerou-se apenas zona urbana (quadro 8).

Quadro 8 – Distribuição das dissertações em zona urbana.

Bairros	Número de dissertações
Vila Bretas	1
São Tarcísio	1
Ibituruna	1
Carapina	1
Turmalina e Santa Helena	1
Centro	1
São Paulo	1
Ipê	2

Fraternidade, Novo Horizonte e Penha	1
Zona Urbana (geral)	44

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

As dissertações que versam sobre questões da zona rural compreendem quatro estudos, sendo dois estudos realizados no distrito Xonin de Baixo, um no Córrego do Melquíades e um estudo que trata da ocupação da Fazenda do Ministério.

A análise das dinâmicas e a identificação das interações entre as esferas que compreendem o modelo de interação proposto neste estudo, possibilitam inferir novas oportunidades de interação para que os agentes locais busquem, em conjunto, soluções para os dilemas da cidade. Isto posto, a seguir serão analisadas as dinâmicas territoriais apreendidas na produção do GIT.

4.3.1 As interações identificadas nas dinâmicas sociais

Os estudos da categoria dinâmicas sociais tratam de questões diversas que evidenciam as complexidades da vida em sociedade. Pensar a cidade numa abordagem integradora requer o reconhecimento das tensões que marcam a vida urbana, num cenário onde os sujeitos se mobilizam e avançam para a participação na vida da cidade e na luta por direitos, expressão fundamental de uma sociedade ativa e que cria condições favoráveis para o desenvolvimento territorial.

A partir da leitura das dissertações, evidencia-se que o território é apropriado de modos distintos pelos diversos atores sociais e configura múltiplas e complexas identidades territoriais, que implicam escolhas e o confronto constante com dilemas da vida em sociedade. Nesse aspecto, o desafio da gestão integrada do território está em buscar estratégias convergentes para a criação de parcerias entre as diversas estruturas da sociedade e a construção de um cenário futuro que não despreze a história, a memória e as vivências do tempo passado.

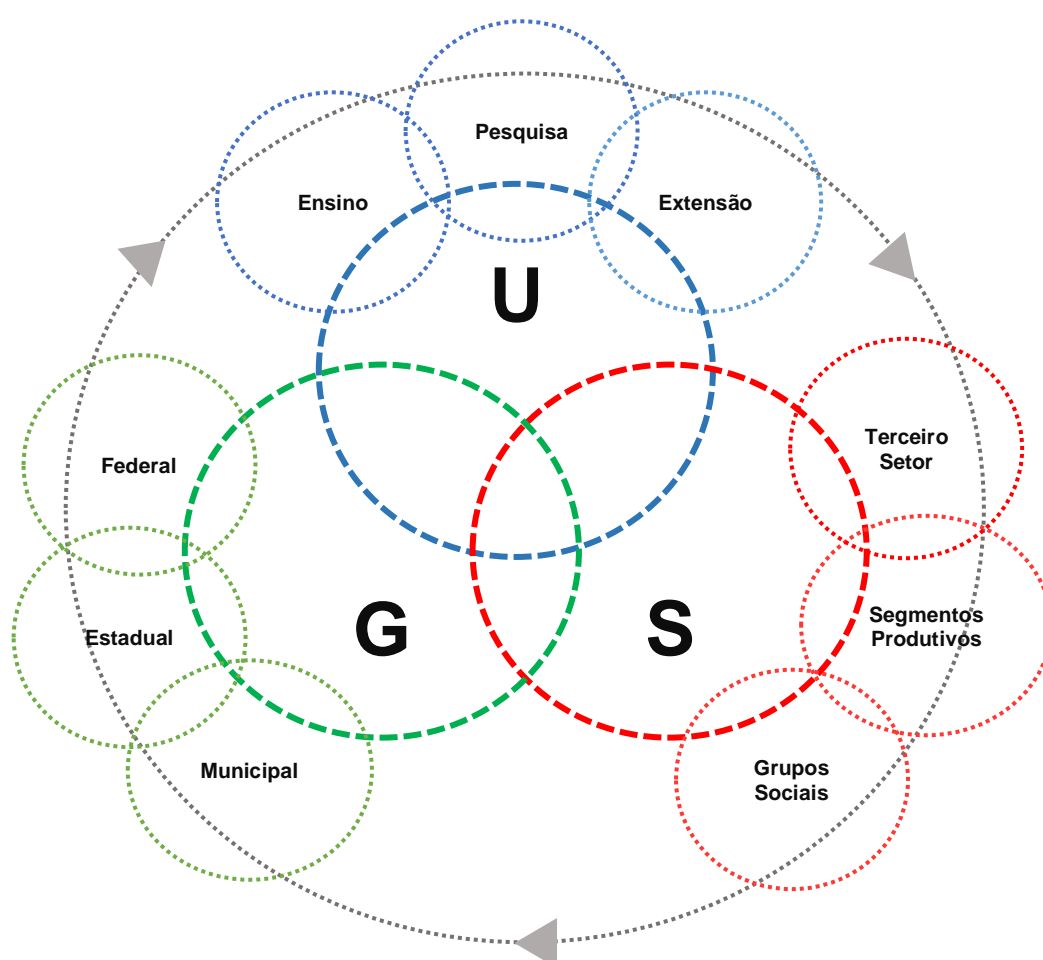
É preciso um olhar atento aos territórios vulneráveis da cidade, marcados pela pobreza, falta de acesso aos serviços essenciais, onde crianças e jovens estão expostos à violência e à criminalidade. Olhar para os diversos grupos sociais e perceber que o território carrega as marcas da subjetividade e das vivências desses grupos. Planejar políticas públicas – de educação, saúde, segurança, trabalho e renda

– que sejam efetivas e alcancem todos os habitantes da cidade, sejam da zona urbana ou da zona rural.

Mas é importante também olhar para as potencialidades que Governador Valadares possui. O desafio da gestão integrada do território, nesse sentido, está em identificar as ações que já são praticadas por múltiplos agentes e que geram resultados positivos para a cidade, e criar uma rede que interliga essas ações e fortalece uma agenda de convergência.

As dinâmicas territoriais descritas no item 4.2.1 indicam ações que envolvem todas as esferas do modelo proposto – universidade, governo e sociedade. Na figura 6, tais interações estão representadas.

Figura 6 – Representação das interações nas dinâmicas sociais.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Observa-se que há um fluxo contínuo de dinâmicas que envolvem todas as esferas, o que é muito positivo, pois sinaliza a potencialidade da abordagem

integradora do território. Os agentes já são atuantes, os movimentos já acontecem. O que se precisa é promover a sinergia entre esses agentes.

Na perspectiva da universidade empreendedora, há oportunidade para que a universidade seja agente articulador da rede local de inovação e colaboração, por ser o local onde o conhecimento é produzido e onde os dilemas sociais são debatidos. Por abarcar campos de conhecimento variados, a UNIVALE pode promover ações que se voltem para as múltiplas questões da educação, da saúde, do direito, da cultura e da comunicação, reafirmando-se enquanto território do debate, da reflexão e da ação.

4.3.2 As interações identificadas nas dinâmicas econômicas

As considerações dos estudos analisados encaminham para a necessidade de mudanças de atitude por parte dos atores envolvidos, objetivando a construção de um novo cenário socioeconômico para a cidade de Governador Valadares.

Apreende-se que é preciso buscar meios para a gestão integrada do território, tomando como referência a discussão acerca do conceito de desenvolvimento sustentável, que não privilegie apenas o crescimento econômico, mas que busque alternativas para harmonizar os interesses dos grupos humanos que atuam no território, com vistas a um futuro onde os recursos naturais que, em sua maioria são escassos, estejam disponíveis a todas as pessoas.

A reflexão acerca do movimento migratório de retorno traz à luz questões que perpassam a dimensão da cultura e da identidade, como Pires (2014) evidencia em sua análise. No processo de readaptação no lugar de origem, o migrante encontra obstáculos – tais como novos hábitos de vida, clima e língua – que acabam por provocar seu isolamento social, que demandará um processo de reterritorialização para a superação das dificuldades vivenciadas.

O movimento migratório afeta diretamente a economia da cidade, seja pelo envio de remessas por parte dos valadarenses que estão em outros países para que suas famílias façam investimentos locais, seja pelos investimentos que são feitos na cidade pelos próprios migrantes, ao retornarem à cidade. A ausência desses investimentos em período de crises econômicas externas (como a que ocorreu nos EUA no final da primeira década deste século) também afeta a cidade, desacelerando a dinâmica econômica. A crise internacional, que motiva o retorno dos emigrantes,

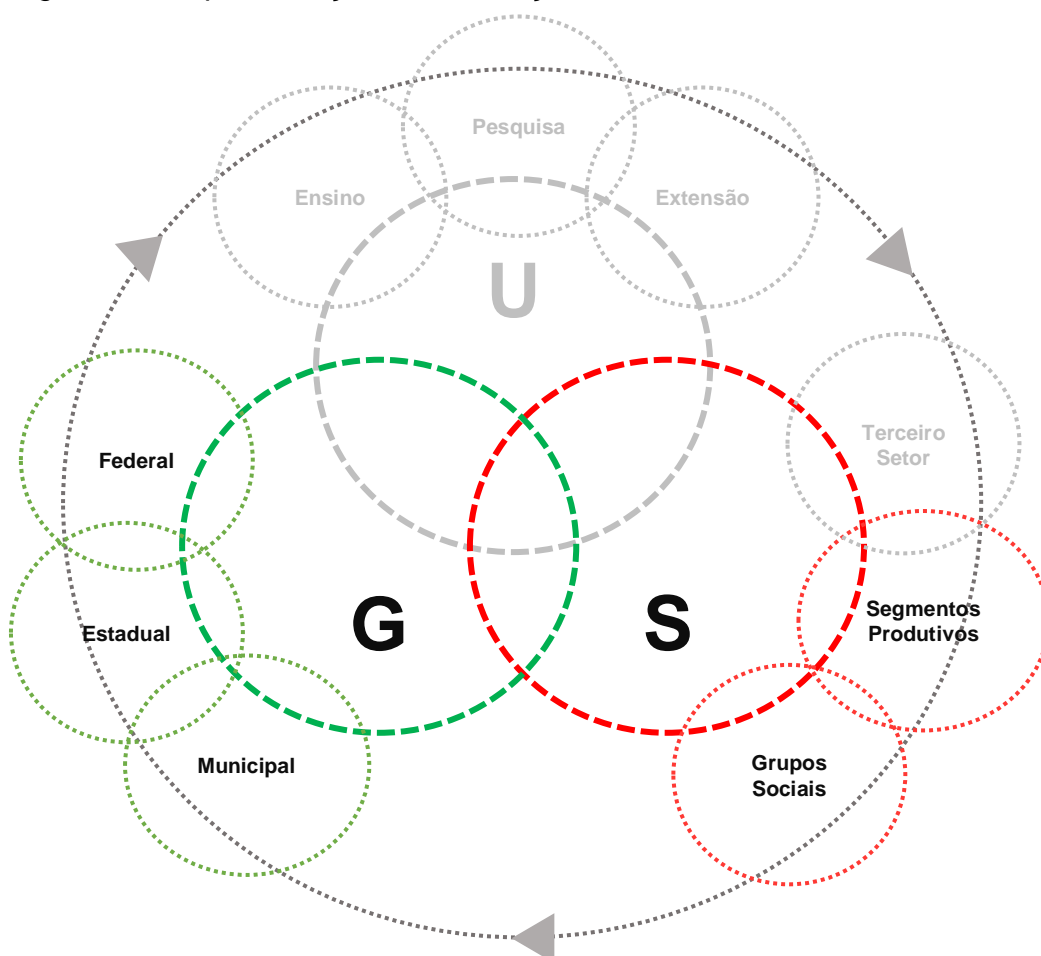
causa ainda uma ampliação na oferta de mão-de-obra sem, contudo, ampliar no mercado local a demanda por novas contratações.

A produção do GIT que evidencia aspectos econômicos tem como ponto central o fenômeno da migração. Essa temática ocupa um lugar importante na configuração das dinâmicas territoriais da cidade, tendo comparecido também na categoria de análise dinâmicas sociais.

As dinâmicas territoriais descritas no item 4.2.2 indicam ações que envolvem as esferas governo e sociedade. Na figura 7, tais interações estão representadas.

Observa-se que as interações envolvem ações do governo, com movimentos das instâncias federal, estadual e municipal, e ações da sociedade, com movimentos dos segmentos produtivos e grupos sociais. Os demais componentes do modelo proposto não estão representados nas dinâmicas apreendidas nas dissertações, portanto, estão em cor cinza na figura 7.

Figura 7 – Representação das interações nas dinâmicas econômicas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Na perspectiva da gestão integrada do território, conclui-se que é preciso mobilizar os agentes locais em prol da construção de um projeto de desenvolvimento que considere as potencialidades locais e o capital social da cidade. Assim, vislumbra-se a possibilidade de construção de alternativas mais satisfatórias que a migração.

Na perspectiva da universidade empreendedora, há oportunidade para que a universidade se afirme enquanto agente articulador da rede local de inovação e colaboração, especialmente considerando o conhecimento produzido no GIT sobre a temática migração, que possibilita compreender as dinâmicas sociais atravessadas pelos componentes identitários e culturais. Um importante mecanismo de ação seria a mobilização dos agentes locais para o debate acerca de estratégias que proporcionem o desenvolvimento territorial sustentado pelo capital social da cidade, com a identificação das potencialidades locais e dos atores que já vêm implementando ações que estão contribuindo para a ampliação das oportunidades de trabalho e renda na cidade.

4.3.3 As interações identificadas nas dinâmicas ambientais

A produção do GIT que trata das dinâmicas ambientais evidencia as tensões e os dilemas ambientais da cidade de Governador Valadares, que são, por sua vez, tensões e dilemas de ordem social, econômica e ambiental.

A apropriação da natureza pelo capital como recurso de produção criou condições para que os recursos naturais da cidade e da região fossem desordenadamente explorados durante décadas (ESPINDOLA, 1999; 2015). A região do Vale do Rio Doce, em especial a cidade de Governador Valadares, foi marcada historicamente por ciclos extrativistas e predatórios que se desdobraram e ainda se desdobram em degradação ambiental que implica possibilidades e desafios sociais, culturais e econômicos.

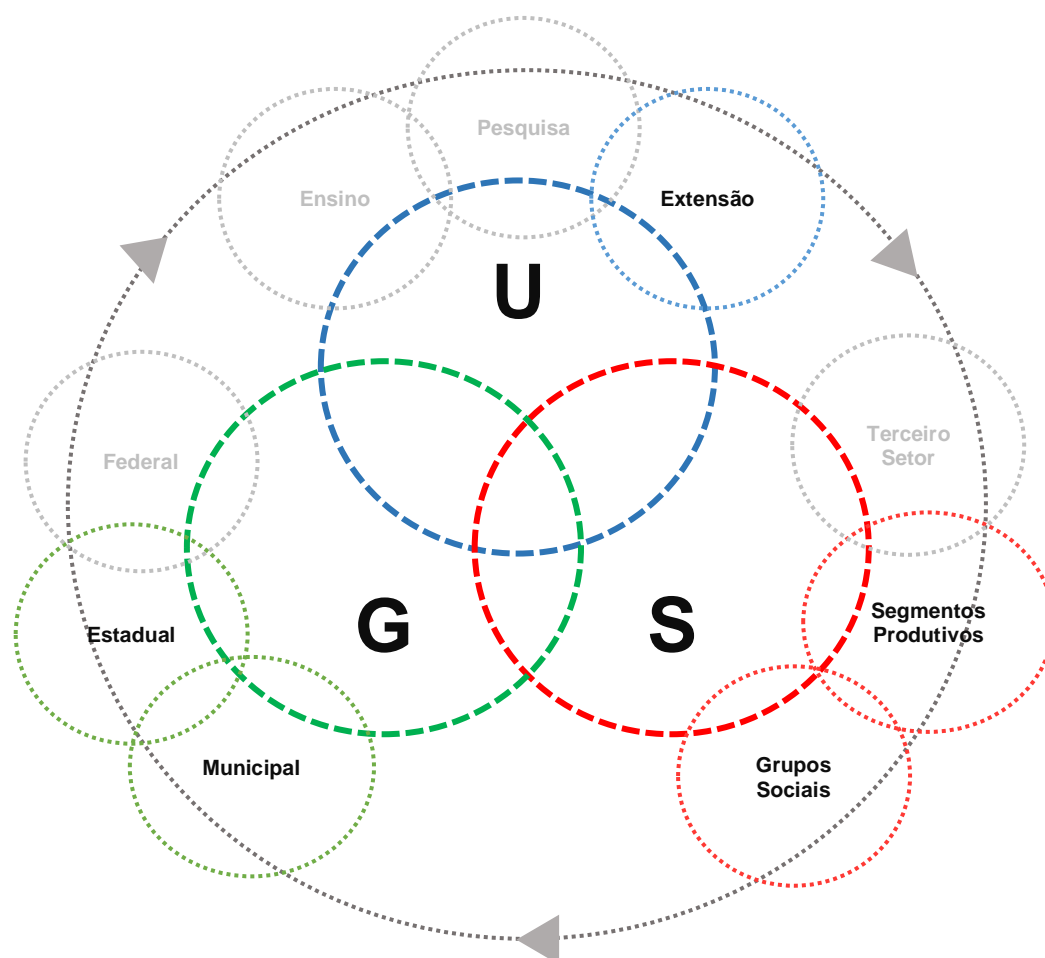
O território é constituído por recursos que, em sua maioria, não são renováveis, o que envolve a necessidade de uma gestão integrada com a participação de todas as esferas da sociedade, que vise à cooperação mútua e propicie o desenvolvimento sustentável (OOSTERBEEK, 2012). Sobre esse aspecto, Oosterbeek (2012) afirma ainda que a gestão integrada do território

reforça então os instrumentos de perspectiva (que sistematizam a diversidade de pontos de vista), de prospectiva continuada (que permitem construir cenários e reorientar opções de forma permanente), de inclusão tecnológica (que passa pela educação, como forma de combater a alienação e de resgatar a relação dos indivíduos com as dinâmicas ambientais dos territórios) e de transdisciplinariedade (potenciando a especialização disciplinar, mas integrando-a numa epistemologia geral que permita compreender o todo sistêmico). (OOSTERBEEK, 2012, p. 53)

O Pico da Ibituruna e o rio Doce são reconhecidos e apropriados pela comunidade valadarense de formas distintas, ora com prevalência das percepções socioeconômicas, ora com destaque para as percepções socioambientais. Evidenciar e reconhecer essa pluralidade de prevalências é fundamental para a gestão territorial, que atua com o propósito de integrar as forças sinérgicas para minimizar as perdas que podem surgir da visão disciplinar e individualizada de perspectivas muitas vezes contraditórias.

As dinâmicas territoriais descritas no item 4.2.3 indicam ações que envolvem as esferas universidade, governo e sociedade. Na figura 8, tais interações estão representadas.

Figura 8 – Representação das interações nas dinâmicas econômicas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

As interações mais significativas apresentadas pelas dissertações envolvem o governo e a sociedade, deixando indícios de que muito ainda precisa ser feito para que a atuação dos agentes locais possa trazer contribuições significativas para o desenvolvimento do território. Há que se pensar em estratégias para mobilizar os atores locais para atuarem de forma conjunta e coordenada em prol do desenvolvimento diversificado e sustentável, que atenda às expectativas de todas as esferas locais, e que promova a articulação das dimensões social, econômica e ambiental, a partir da cultura e das identidades.

Na perspectiva da gestão integrada do território, há uma emergência na construção de cenários onde a rede local esteja integrada e comprometida em potencializar o desenvolvimento sustentável e mitigar os conflitos sociais e desequilíbrios ambientais.

Na perspectiva da universidade empreendedora, há oportunidade para que a universidade se afirme enquanto agente articulador da rede local de inovação e

colaboração. Outro aspecto importante refere-se à missão da universidade, que consiste em construir e disseminar conhecimentos, mobilizando discentes e docentes a refletirem sobre a realidade e, de forma crítica, pensarem como podem contribuir para preservar o ambiente no qual estão inseridos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender as dinâmicas territoriais que se apresentam na produção acadêmica do Mestrado em Gestão Integrada do Território, nos últimos 10 anos, sobre a cidade de Governador Valadares, e que podem contribuir para refletir sobre a Educação Empreendedora.

Assim, realizou-se a análise documental das dissertações do GIT dos últimos 10 anos, em um esforço interdisciplinar, buscando o diálogo entre a Educação Empreendedora, o ensino superior e a abordagem territorial.

A partir do aporte teórico de autores do campo da Educação Empreendedora, refletiu-se sobre os movimentos de inserção do empreendedorismo nas universidades, primeiro pelo viés do ensino, seguido pela pesquisa. Em um terceiro movimento, a partir de Henry Etzkowitz, a temática ganha notoriedade com os debates sobre a universidade empreendedora, reconhecida como agente primordial na produção de conhecimentos e na condução dos esforços de inovação regional.

Com aporte teórico em Abramoway (1999; 2000), Favareto (2010), Flores (2003; 2006), Sabourin (2002), Schneider (2004; 2009) e Schneider e Tartaruga (2004), discutiu-se sobre desenvolvimento territorial assentado em dinâmicas territoriais, que representam as ações dos atores sociais sobre o território. Nesse debate, foram fundamentais, também, as reflexões de Haesbaert (2008; 2011a; 2011b; 2014) e Oosterbeek (2012) sobre a abordagem integradora do território, que conjuga dinâmicas sociais, econômicas e ambientais, perpassadas pelas dinâmicas culturais e identitárias. Os estudos de Espindola (1999; 2015) foram importantes para a compreensão do processo de formação histórica de Governador Valadares.

Para responder aos objetivos do estudo, buscou-se identificar, nas dissertações, movimentos empreendidos pelos agentes locais nas esferas universidade, governo e sociedade, com o propósito de analisar as interações desses agentes nos processos de configuração de dinâmicas territoriais.

A primeira hipótese do estudo era de que seria possível apreender, a partir da produção acadêmica do GIT sobre a cidade de Governador Valadares nos últimos 10 anos, as dinâmicas territoriais que incluem as diferentes relações entre os atores sociais. Essa hipótese foi validada, pois todo o *corpus* documental contém argumentos que possibilitaram apreender as dinâmicas sobre a cidade e foi possível identificar os atores sociais envolvidos em tais dinâmicas.

A segunda hipótese era de que a produção acadêmica do GIT nos últimos 10 anos poderia trazer indicativos para ampliar a discussão da Educação Empreendedora na universidade, favorecendo maior conhecimento sobre a cidade de Governador Valadares. Essa hipótese também foi validada, pois as dinâmicas territoriais identificadas apontam os principais dilemas dessa cidade e a produção do GIT é fonte significativa de informações para reflexões acerca de ações que podem ser implementadas, em um esforço articulado entre universidade, governo e sociedade, em busca de soluções que melhorem a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas que vivem em Governador Valadares.

As reflexões sobre a relação entre universidade empreendedora e desenvolvimento territorial apontam que a universidade contemporânea alcança uma identidade empreendedora ao traduzir conhecimentos em usos práticos que sejam significativos para a comunidade na qual a universidade está inserida.

O processo de gerar resultados sociais e econômicos para a comunidade é potencializado pela dinâmica de desenvolvimento territorial, que se assenta nas relações recíprocas entre os agentes representados pelas três hélices do modelo de interação proposto neste estudo – universidade, governo e sociedade – sendo a universidade empreendedora o agente impulsionador da hélice tríplice.

Durante as análises, observou-se que a esfera universidade, enquanto instituição, tem pouca representação nos movimentos dos agentes locais. Todavia, considera-se que a proposta do GIT, que consiste em analisar as questões regionais, associada à missão institucional da UNIVALE, tornam o papel dessa universidade fundamental no processo de mobilização de toda a sociedade para olhar as potencialidades e os dilemas locais, e de criação de mecanismos para a gestão integrada do território que gere projetos e ações para o bem coletivo.

Isto posto, considera-se que a UNIVALE, representando a esfera universidade, se faz presente em todas as dinâmicas territoriais identificadas, pois o conhecimento produzido pelo GIT reflete o esforço da universidade em estar inserida na comunidade, acolhendo suas demandas e refletindo sobre elas. Não há como negar, que em seus 10 anos de história, o GIT produziu valioso conhecimento sobre a cidade, e esse conhecimento não deve ficar restrito à universidade.

Esta pesquisa defende que o caminho para a universidade empreendedora se entrecruza com a gestão integrada do território, por meio da construção de alternativas satisfatórias para o desenvolvimento territorial sustentado pelo capital social da

cidade, num movimento contínuo de interação entre essa universidade e as demais esferas locais, que se comunicam e cooperam entre si, influenciando o potencial de gerar novos conhecimentos e inovação regional.

Por fim, acredita-se que este seja o começo de um movimento que fortalecerá e ampliará o debate sobre a Educação Empreendedora na UNIVALE e em outras instituições de ensino superior da cidade. Destaca-se que a abordagem da gestão integrada do território se apresenta como catalizadora de movimentos que podem, além de potencializar o desenvolvimento territorial, ampliar o próprio campo de estudos e práticas de Educação Empreendedora.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**, v. 28-29, n. 1, p. 49-67, 1999.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial. **Economia Aplicada**, v. IV, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- AGUNE, R.; CARLOS, J. A. Radar da inovação – o que os governos precisam enxergar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 143-157, mai./ago. 2017.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 09-16, set./dez. 2004.
- AUDY, J.; FERREIRA, G. C. Universidade empreendedora: a visão da PUCRS. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 417-421.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 73-78.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES n.º 3, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES n.º 5, de 16 de novembro de 2016**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=52101-rces005-16-pdf&category_slug=novembro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria n.º 2.761, de 19 de novembro de 2013**. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília, DF, 2013a. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. **Diretrizes da política nacional de saúde bucal**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_brasil_sorridente.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011a. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Programa agentes comunitários de saúde (PACS)**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2001a. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacs01.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Programa humanização do parto: humanização no pré-natal e no nascimento**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Assistência Consular. **Guia de retorno ao Brasil**. Brasília, 2010a. Disponível em: <<http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/images/cartilhas/guia-retorno.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro, RJ, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, RJ, 1943. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 09 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 13 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.º 7.179, de 20 de maio de 2010**. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 12.424, de 16 de junho de 2011**. Altera a Lei n.º 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências. Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 09 mai. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDERÓN, A. I. Repensando o papel da universidade. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 44, n. 2, p. 104-108, abr./jun. 2004.

CASADO, F. L.; SILUK, J. C. M.; ZAMPIERI, N. L. V. Universidade empreendedora e desenvolvimento regional sustentável: proposta de um modelo. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 5, Edição Especial, p. 633-650, dez. 2012.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 34-45, jan./mar. 2005.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 21-34.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.) **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CHAUÍ, M. S. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 05-15, set./dez. 2003.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLAVAL, P. "A virada cultural" em Geografia. In: ALMEIDA, M. G; ARRAES, T. A. (Org.). **É geografia é Paul Claval**. Goiânia: FUNAPE, 2013a.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. In: ALMEIDA, M. G; ARRAES, T. A. (Org.). **É geografia é Paul Claval**. Goiânia: FUNAPE, 2013b.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. 6. ed. São Paulo: Cultura, 1999.

ESPINDOLA, H. S. Reflexões sobre os desafios da interdisciplinaridade. In: GENOVEZ, P. F.; CAZAROTTO, J. L. (Org.). **1º Encontro de estudos territoriais numa perspectiva interdisciplinar**, 10 e 11 de agosto de 2017 [recurso eletrônico]. Governador Valadares: UNIVALE, 2017.

ESPINDOLA, H. S. Vale do Rio Doce: industrialização e colapso socioambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental**, v. 4, n. 1, p. 160-206, jan./jul. 2015.

ESPINDOLA, H. S. **Associação Comercial de Governador Valadares: 60 anos de história**. Governador Valadares: Associação Comercial de Governador Valadares, 1999.

ESPINDOLA, H. S. et al. Desastre da Samarco no Brasil: desafios para a conservação da biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental**, v. 5, n. 3, p. 72-100, jul./dez. 2016.

ESPINDOLA, H. S.; GUERRA, C. B. Desastre da Samarco/Vale/BHP: uma tragédia em diferentes atos. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v.4, n. 6, p. 221-235, jan./dez. 2017.

ESPINDOLA, H. S.; OSTERBEEK, L. Os desafios da Gestão Integrada do Território. In: GUIMARÃES, C., ESPÍNDOLA, H. S., OOSTERBEEK, L. (Org.) **Revista Area Domeniu**, Tomar, v. 3, CEIPHAR, p. 19-36, 2008.

ETZKOWITZ, H. **Hélice tríplice**: universidade-indústria-governo: inovação em movimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

ETZKOWITZ, H. Innovation: the endless transition. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 2, n. 1, p. 213-34, jan./dez. 2003.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FERREIRA, M. P. et al. Entrepreneurship research: a bibliometric study of the EnANPADs 1997-2008. **Revista Brasileira de Estratégia**, v. 3, n. 1, p. 31-47, 2010.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – uma visão do estado da arte. Projeto RIMISP, 2006.

FLORES, M. A construção social de territórios e a globalização. **EmTese**, v. 1, n. 1, p. 87-108, ago./dez. 2003.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas. **I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**, Brasília, 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 10 jan. de 2019.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 26. ed. São Paulo, Cortez, 1991a.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Sal da Terra, 1987.

GUARANYS, L. R. Universidade empreendedora: conceito em evolução, universidade em transformação. In: LOPES, R. M. A. (Org.) **Educação empreendedora**: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010, p. 93-121.

GUERRA, M. J.; GRAZZIOTIN, Z. J. Educação empreendedora nas universidades brasileiras. In: LOPES, R. M. A. (Org.) **Educação empreendedora**: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010, p. 67-91.

GUIMARÃES, C. M. O. **Novos olhares, velhas questões**: o planejamento urbano em Governador Valadares. 2009. 213 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. [et al.]. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011b, p. 43-71.

HAESBAERT, R. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, ago./2007.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOWKINS, J. **Economia criativa**. São Paulo: M.Books do Brasil, 2013.

IKENAMI, R. K.; GARNICA, L. A.; RINGER, N. J. Ecossistemas de inovação: abordagem analítica da perspectiva empresarial para formulação de estratégias de interação. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 1, Ed. Esp. Ecossistemas de Inovação e Empreendedorismo, p. 162-174, 2016.

INEP. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância** – reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília, 2017.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimentos. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 189-195, jul./dez. 2003.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; CAMPOS, R. Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais: vantagens do enfoque. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. (Org.). **Estratégias para o desenvolvimento**: um enfoque sobre

arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Rio de Janeiro: E-papers, 2006, p. 13-28.

LAVIERI, C. Educação... empreendedora? In: LOPES, R. M. A. (Org.). **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010, p. 01-16.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, R. M. A. Contextualização sobre o empreendedorismo. In: LOPES, R. M. A. (Org.). **Ensino de empreendedorismo no Brasil: panorama, tendências e melhores práticas**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017, p. 03-20.

LOPES, R. M. A. Referenciais para a educação empreendedora. In: LOPES, R. M. A. (Org.) **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010, p. 16-44.

LOPES, R. M. A.; LIMA, E. O.; NASSIF, V. M. J. Panorama sobre a educação para o empreendedorismo. In: LOPES, R. M. A. (Org.). **Ensino de empreendedorismo no Brasil: panorama, tendências e melhores práticas**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017, p. 21-54.

MARIANO, S. R. H.; MAYER, V. F. **Empreendedorismo: fundamentos e técnicas para a criatividade**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MELLO, R. E. S.; ZARDO, J. B. G. Ecosistema empreendedor da PUC-Rio. In: LOPES, R. M. A. (Org.). **Ensino de empreendedorismo no Brasil: panorama, tendências e melhores práticas**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017, p. 99-118.

MINAS GERAIS. **Lei n.º 14.310, de 19 de junho de 2002**. Dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2002. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=14310&ano=2002>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei n.º 18.136, de 14 de maio de 2009**. Institui a Política Estadual de Juventude e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 2009. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=18136&ano=2009>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSQUERA, J. J. M. Princípios da universidade no século XXI: universidade e produção do conhecimento. In: AUDY, J. L N.; MOROSINI, M. C. (Org.). **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 79-88.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, A. G. M.; MELO, M. C. O. L.; MUYLDER, C. F. Educação empreendedora: o desenvolvimento do empreendedorismo e inovação social em instituições de ensino superior. **RAD – Revista Administração em Diálogo**, v. 8, n. 1, p. 29-56, jan./abr. 2016.

OLIVEIRA, D. G. A evolução conceitual da educação para o empreendedorismo como um campo científico. **Revista Alcance**, v. 23, n. 4, p. 547-567, out./dez. 2016.

OLIVEIRA, T. Origem e memória das universidades medievais: a preservação de uma instituição educacional. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37, p.113-129, jan./jun. 2007.

OOSTERBEEK, L. Princípios de gestão integrada do território. In: SCHEUNEMANN, I.; OOSTERBEEK, L. **Gestão integrada do território: economia, sociedade, ambiente e cultura**. Rio de Janeiro: IBIO, 2012, p. 35-62.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração universal dos direitos humanos**. Janeiro, 2009. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

PEREIRA S.; SIQUEIRA, S. Migração, retorno e circularidade: evidência da Europa e Estados Unidos. **REMHU - Rev. Interdiscipl. Mobil. Hum.**, Brasília, ano XXI, n. 41, p. 117-138, jul./dez. 2013.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS RODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS (REDESIST). **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro, 2003.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educação**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.
rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

RONCA, P. A. C.; AMARAL, T. C. **A aula operatória e a construção do conhecimento**. São Paulo: EDESPLAN, 2001.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: Embrapa, 2002, p. 21-37.

SANTOS, L. B.; OLIVEIRA, C. A. Desenvolvimento. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 119-130.

SCHAEFER, R.; MINELLO, I. F. A formação de novos empreendedores: natureza da aprendizagem e educação empreendedoras. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 11, n. 3, p. 02-20, 2017.

SCHAEFER, R.; MINELLO, I. F. Educação empreendedora: premissas, objetivos e metodologias. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (RPCA)**, v. 10, n. 3, p. 60-81, jul./set. 2016.

SCHNEIDER, S. Território, ruralidade e desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, F.; MEDINA, J. G. F. (Org.). **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, p. 67-108.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 99-116, jan./dez. 2004.

SEBRAE. **O empreendedorismo e o mercado de trabalho**. Brasília: SEBRAE, 2017.

SEBRAE. **Disciplina de empreendedorismo**. Brasília: SEBRAE, 2013.

SEKIGUCHI, C. et al. Empreendizagens. In: LOPES, R. M. A. (Org.). **Ensino de empreendedorismo no Brasil: panorama, tendências e melhores práticas**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017, p. 55-80.

SEVERINO, A. J. Universidade, ciência e formação acadêmica. In: SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 21-36.

SILVA, F. C.; MANCEBO, R. C.; MARIANO, S. R. H. Educação empreendedora como método: o caso do Minor em Empreendedorismo e Inovação da UFF. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas – REGEPE**, v. 6, n. 1, p. 196-216, jan./abr. 2017.

SILVA, F. L. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 42, p. 295-304, 2001.

SILVA, J. F.; PENA, R. P. M. O “bê-á-bá” do ensino em empreendedorismo: uma revisão da literatura sobre os métodos e práticas da educação empreendedora. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas – REGEPE**, v. 6, n. 2, p. 372-401, mai./ago. 2017.

SIQUEIRA, S. Histórico das migrações de Governador Valadares para os Estados Unidos. In: BÓGUS, L.; BAENINGER, R. **A nova face da emigração internacional no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2018.

SIQUEIRA, S. Mobilidade social: análise comparativa do retorno de brasileiros dos EUA e de Portugal. In: PADILLA, B. e XAVIER, M. (Org.). **Revista Migrações -**

Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina, n. 5, Lisboa: ACIDI, p. 135-154, out. 2009.

SIQUEIRA, S.; ASSIS, G. O.; CAMPOS, E. C. As redes sociais e a configuração do primeiro fluxo emigratório brasileiro: análise comparativa entre Criciúma e Governador Valadares. In: ESPINDOLA, H. S.; ABREU, J. L. N. (Org.) **Território, sociedade e modernização**: abordagens interdisciplinares. Governador Valadares: Univale, 2010.

SOUZA, M. C. R. F.; ALMEIDA, E. C. G.; HOLLERBACH, J. D. G. (Org.). **Reciclando palavras**: a história da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Natureza Viva – ASCANAVI. Governador Valadares: Parresia Comunicação, 2014.

SOUZA, M. C. R. F.; CHARLOT, B. Relação com o saber na Escola em Tempo Integral. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1071-1093, out./dez. 2016.

SPOSITO, M. E. B. Cidade. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 33-37.

TSCHÁ, E. R.; CRUZ NETO, G. G. Empreendendo colaborativamente ideias, sonhos, vidas e carreiras: o caso das células empreendedoras. In: GIMENEZ, F. A. P. et. al. (Org.) **Educação para o empreendedorismo**. Curitiba: Agência de Inovação da UFPR, 2014.

UNCTAD Secretariat. Entrepreneurship Education, Innovation and Capacity-Building in Developing Countries, **United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)**, Geneva, 19-21 jan. 2011. Disponível em: http://unctad.org/en/docs/ciimem1d9_en.pdf. Acesso em janeiro 2019.

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE, Conselho Superior Universitário. **Resolução CONSUNI 048/2017, de 20 de novembro de 2017**. Aprova o Projeto do Núcleo Universitário de Empreendedorismo – NUVEM, da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Governador Valadares, MG, 2017. Disponível em: <http://univale.br/central_arquivos/arquivos/resolucao-consuni---048-2017---aprova-o-projeto-nucleo-universitario-de-empreendedorismo---nuvem.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014/2018**. Governador Valadares, MG, 2015. Disponível em: <https://www.univale.br/central_arquivos/arquivos/pdi--aprovado-consuni---27-11-2017.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

VALE, G. M. V. **Territórios vitoriosos**: o papel das redes organizacionais. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

WEBER, M. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

DISSERTAÇÕES DO GIT

ALMEIDA, K. N. **Conexões rizomáticas**: ciberterritorialidades docentes e discentes. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2018.

ALMEIDA, L. B. **Reflexos do processo migratório**: estudantes retornados em Governador Valadares. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2015.

BRAGA, T. F. **O território da crackolândia**: um “novo-antigo” calcanhar de Aquiles do Centro de Governador Valadares. 2015. 221 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2015.

BRANDES, L. A. **Migração internacional**: implicações psicológicas do retorno do emigrante ao seu lugar de origem. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2014.

CABRAL, V. F. **Território, emigração e desenvolvimento humano**: a privação da liberdade na perspectiva de Amartya Sen. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2013.

CASSINI, E. M. **Educação ambiental**: o divórcio entre a intenção das políticas públicas e a prática de ensino nas escolas. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2018.

CASTRO, J. M. **Aspectos epidemiológicos, conhecimento e percepção de indivíduos residentes em área endêmica de leishmaniose visceral humana**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

COSTA, S. D. P. **A experiência vivida no acautelamento**: a medida socioeducativa na ressocialização de jovens em situação de conflito com a lei. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

DIAS, A. L. C. **Juventudes e territórios**: constituição das experiências juvenis no Programa Fica Vivo! em Governador Valadares/ MG. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

DUARTE, L. M. N. **História e contexto do processo de institucionalização de idosos no território de Governador Valadares – MG**. 2012. 124 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2012.

ENES, E. N. S. **Desterritorialização/ reterritorialização**: processos vivenciados pelas professoras da Escola Estadual Paulo Campos Guimarães no contexto das transformações da Educação Especial em Governador Valadares. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011.

FERNANDES, A. P. C. **Vertentes territoriais do rio Doce**: o rompimento da barragem de Fundão e a cobertura jornalística do Diário do Rio Doce. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2017.

FERNANDES, M. R. J. **Representação social sobre assistência pré-natal das gestantes inseridas no Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN)**. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

FERREIRA FILHO, J. B. **Sentidos de um território**: o processo de produção e reprodução simbólica do bairro São Tarcísio. 2011. 228 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011.

FERREIRA, A. A. **Marcas territoriais nas práticas do brincar das crianças da educação infantil em jornada de tempo integral**. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2018.

FERREIRA, O. A. **Território e saúde**: influência do suporte familiar na adesão ao tratamento odontológico em idoso. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2017.

JUNQUEIRA, J. M. M. **Hortas comunitárias**: uma análise dos significados atribuídos por agricultores urbanos no território valadarense. 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2018.

LE MOS, A. C. M. **A relação com o saber dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

LOPES, L. B. **Migração e deserção na Polícia Militar de Minas Gerais**. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2015.

LOPES, S. F. C. **O direito às cotas no curso de Medicina da UFJF/GV nos vieses territoriais de acesso, equidade, rendimento e efetividade**. 2017. 109 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2017.

LOPES, V. L. **Exame papanicolaou**: um estudo etnogeográfico das intersubjetividades de um grupo de mulheres em Xonim de Baixo, GV-MG. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011.

LOURENÇO, M. N. S. **Escola em tempo integral**: territórios e saberes. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

LUCAS, R. B. **Práticas de língua inglesa na territorialização de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos**. 2017. 184 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2017.

LUCCA NETO, P. **Assimilação das campanhas publicitárias do Ministério da Saúde de prevenção a AIDS pelos alunos ingressantes em 2016 da Universidade Vale do Rio Doce**. 2016. 69 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

MACIEL, R. C. **Ibituruna!**: a marca de um território: design e identidade em apropriações simbólicas da paisagem em Governador Valadares. 2011. 197 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-

graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011.

MARQUES, G. M. **Percepção de estudantes da educação de jovens e adultos sobre o rio Doce**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2018.

MEDEIROS, N. **Fazenda do Ministério: um território, dois momentos, muitos significados**. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011.

MENEZES, M. S. **Psicologia na atenção básica à saúde: visão dos médicos da Estratégia de Saúde da Família**. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2014.

MIRANDA, C. A. **Trabalho das mulheres garis à luz do princípio da dignidade da pessoa humana no território de Governador Valadares/MG**. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

MORAIS, R. C. R. **Ensino superior, ciberespaço e inteligência coletiva: um estudo das interações entre estudantes e professores**. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2014.

NOVAES, E. C. **As multiterritorialidades da condição juvenil a partir da marca do acautelamento**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

OLIVEIRA, F. M. **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU): perfis multidimensionais das vítimas atendidas no período 2006-2011**. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2015.

OLIVEIRA, S. M. Q. **Representações sociais da Lei de Cotas (LEI 8213/91) por portadores de necessidades especiais, gestores públicos e empresários, no território de Governador Valadares**. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011.

PATRÍCIO NETO, L. **Avaliação dos atributos da atenção primária à saúde na perspectiva do idoso**. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2014.

PEREIRA, F. R. **O drama da hanseníase numa perspectiva territorial: por uma polifonia dos seus atores**, em Governador Valadares, na década de 1980. 2012. 203 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2012.

PEREIRA, M. O. S. **Importância do suporte familiar na efetivação do pré-natal proposto pelas diretrizes do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN)**. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2015.

PINTO, F. D. A. **Migração e mídia étnica: jornais brasileiros de circulação nos Estados Unidos e sua representação na construção da identidade brasileira em território norte-americano**. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

PINTO, J. V. **As representações do fenômeno migratório na mídia impressa valadarense**. 2011. 218 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011.

PIRES, C. L. C. **A crise econômica americana e o retorno: o processo de reinserção dos emigrantes na economia valadarense**. 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2014.

REIS, J. V. R. M. **Juventude e mídia impressa**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

ROBERTO, E. C. S. G. **Território da alimentação escolar: alunos com necessidades de atenção alimentar específica no município de Governador Valadares, MG**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2014.

ROCHA, D. R. C. **Educação integral e cidade educadora: cartografia de territórios educativos em bairros de Governador Valadares**. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2018a.

ROCHA, F. M. D. **Concepções femininas sobre saúde e doença no contexto da atenção primária: o caso Ipê.** 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2013.

ROCHA, M. A. **Saúde mental do policial civil de Governador Valadares – MG: impacto da atividade profissional na constituição de suas territorialidades.** 2018. 165 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2018b.

ROMÃO, S. F. **Concepções dos gestores em saúde bucal sobre território e sobre territorialidade.** 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2013.

SANTOS, W. F. **O território do crime em Governador Valadares: diagnóstico e perspectivas.** 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2012.

SILVA FILHO, J. B. R. **Representações sociais sobre ambiente de residentes fixos e de não residentes praticantes de motociclismo off-road e do mountain bike, na área de proteção ambiental do Pico da Ibituruna.** 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2014.

SILVA NETA, M. T. **Avaliação da qualidade do serviço de Atenção Primária à Saúde sob perspectiva do idoso assistido no território da Estratégia Saúde da Família.** 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2017.

SILVA, D. N. **Práticas de cuidado em saúde: traços culturais no território do Melquíades.** 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2017.

SILVA, L. O. L. **Hipertensão arterial sistêmica: representações de idosos a respeito da doença e seu tratamento.** 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2011.

SILVA, W. M. **Experiências e saberes de estudantes universitários sobre o rio Doce.** 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2018.

SOARES, M. M. **Representações sociais de pacientes a respeito da hipertensão arterial sistêmica e sua influência na adesão ao tratamento e controle da pressão arterial**. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2015.

SOUSA, E. A. **Territorialização da atenção primária à saúde**: avaliação da coordenação do serviço na perspectiva dos idosos inseridos no território da Estratégia Saúde da Família de Governador Valadares/MG. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

SOUZA, A. C. **Discursos do/sobre o transmigrante**: um estudo de caso sobre a identidade no entrelugares. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2012.

TEIXEIRA, C. C. D. **Direito à moradia? O Programa Minha Casa Minha Vida em Governador Valadares**. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2016.

TEIXEIRA, L. S. **Conformando um território-carência**: a imagem da ONG Asdog (GV – MG) sobre o espaço de sua atuação. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2012.

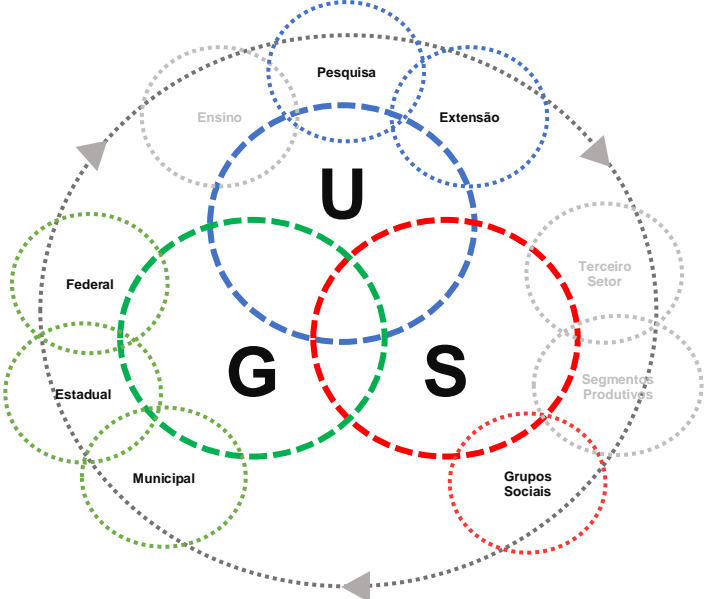
VALLE, A. B. **Programas de atenção integral à família na promoção de saúde bucal, em Governador Valadares**: percepção dos atores e efetividade das políticas públicas e institucionais. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2012.

VASCONCELOS, J. M. C. **Espelhos d'água**: representações sociais de crianças de Governador Valadares sobre o rio Doce. 2017. 94 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Universidade do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2017.

APÊNDICES

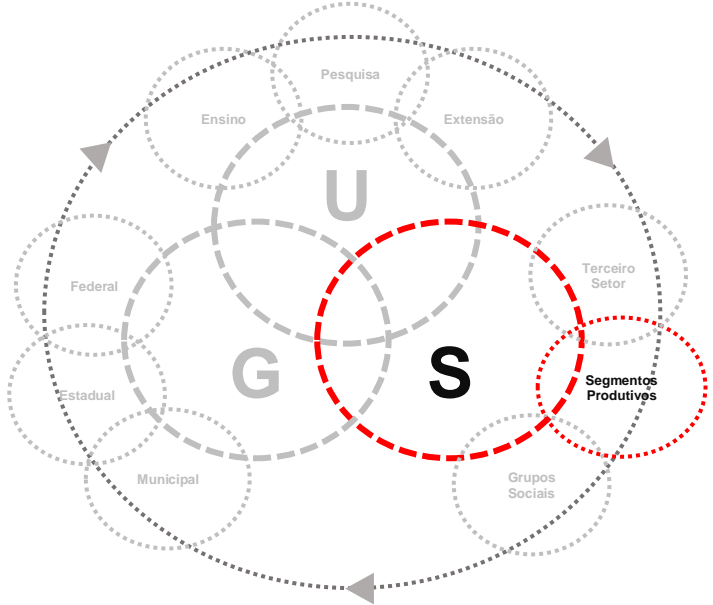
APÊNDICE A – EXEMPLOS DE QUADROS-SÍNTESE PRODUZIDOS DURANTE A ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES.

Exemplo 01 – Dissertação da categoria dinâmicas sociais.

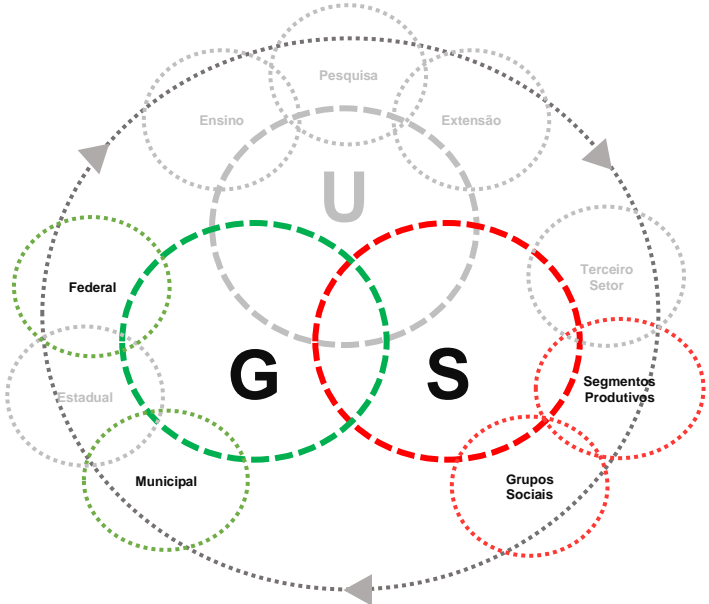
Título	Autor	Ano	Categoria	Localização	Interações de hélice tríplice
A experiência vivida no acautelamento: a medida socioeducativa na ressocialização de jovens em situação de conflito com a lei.	Sandra Dias Pereira da Costa	2016	Dinâmicas Sociais	Zona Urbana	<p>Objetivo do estudo: Compreender o fenômeno do acautelamento, a partir dos significados atribuídos à experiência vivida por jovens egressos do sistema socioeducativo e possíveis contribuições no processo de reinserção social.</p> <p><u>GOVERNO</u>: <u>federal</u> (ECA, que prevê o atendimento aos sujeitos em situação de conflito com a lei, dedicando-se à observância das medidas protetivas e/ou socioeducativas aplicáveis, de acordo com o ato infracional praticado; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), cujo objetivo é regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas a jovens/adolescentes em situação de conflito com a lei; Vara da Infância e da Juventude; Defensoria Pública); <u>estadual</u> (Centro Socioeducativo São Francisco de Assis, destinado à aplicação da medida de privação de liberdade; Secretaria de Estado de Defesa Social – Programa Se Liga, destinado ao acompanhamento dos egressos das medidas de Semiliberdade e privação de liberdade; a Escola Estadual São Francisco de Assis, que está inserida no CSESFA); <u>municipal</u></p>
<p>Análise das interações no modelo proposto:</p> 					

		<p>(Secretaria Municipal de Assistência Social, que elabora o Plano Decenal de Atendimento às Medidas Socioeducativas do Município de Governador Valadares; Centro de Referência Especializado de Assistência Social, onde são atendidas as Medidas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida).</p> <p><u>SOCIEDADE</u>: grupos sociais (jovens acautelados; famílias dos jovens acautelados; equipe de profissionais que atuam no CSESFA).</p> <p><u>UNIVERSIDADE</u>: Projeto Juventudes, Direito e Educação: ação de intervenção em um Centro Socioeducativo (ações de extensão e pesquisa).</p> <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none">- a experiência vivida na privação de liberdade impacta o sujeito egresso da medida de forma diversa, agregando ganhos e perdas.- o processo de reinserção social é precarizado em virtude dos estigmas produzidos pela situação de acautelamento, pela baixa escolaridade e as dificuldades de inserção no mundo do trabalho, não apenas pela falta de qualificação, mas principalmente, pelas resistências encontradas no âmbito social, o que acaba por potencializar, em alguns casos, o retorno à criminalidade.
--	--	--

Exemplo 02 – Dissertação da categoria dinâmicas econômicas.

Título	Autor	Ano	Categoria	Localização	Interações de hélice tríplice
A crise econômica americana e o retorno: o processo de reinserção dos emigrantes na economia valadarense.	Carolina Lins de Castro Pires	2014	Dinâmicas Econômicas	Zona Urbana	<p>Objetivo do estudo: Verificar como se tem articulado o processo de reinserção na economia valadarense dos migrantes retornados no pós-crise americana.</p> <p>GOVERNO: ineficiência do governo (em todas as instâncias – federal, estadual e municipal) em implementar políticas públicas efetivas para atendimento das necessidades do emigrante que retorna.</p> <p>SOCIEDADE: <u>segmentos produtivos</u> (as empresas criadas pelos emigrantes que retornavam (empreendedores); dificuldades para inserção no mercado de trabalho – língua, habilidades pouco valorizadas no mercado local,</p> <p>Observação: - faltam políticas públicas efetivas para atendimento das necessidades do emigrante que retorna à cidade de origem.</p>
<p>Análise das interações no modelo proposto:</p> 					

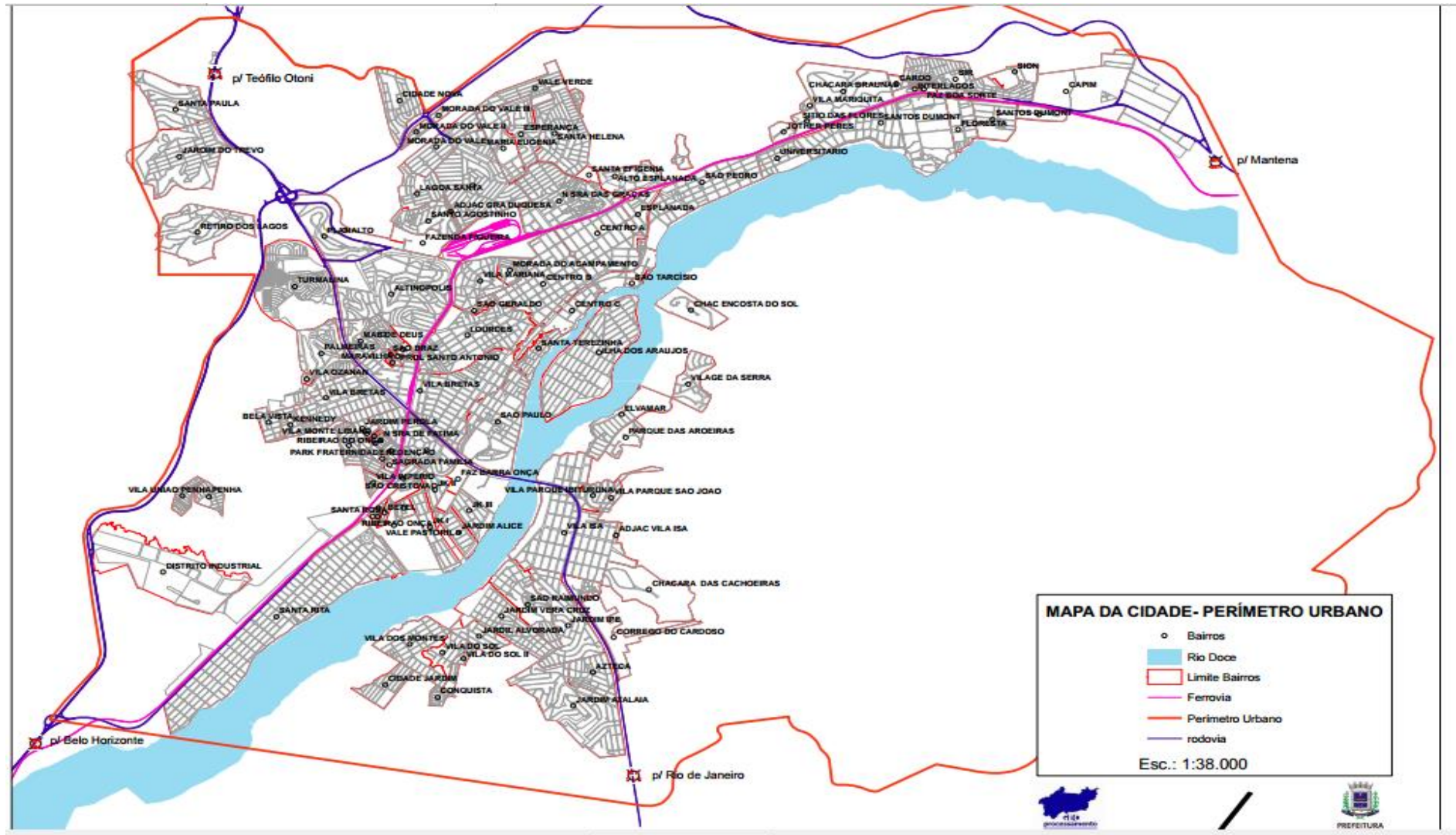
Exemplo 03 – Dissertação da categoria dinâmicas ambientais.

Título	Autor	Ano	Categoria	Localização	Interações de hélice tríplice
Representações sociais sobre ambiente de residentes fixos e de não residentes praticantes de motociclismo off-road e do mountain bike, na área de proteção ambiental do Pico da Ibituruna.	João Batista Rodrigues da Silva Filho	2014	Dimensão Ambiental	Zona Urbana	<p>Objetivo do estudo: Identificar as representações sociais do ambiente de residentes e de não residentes, estes praticantes do Motociclismo Off-Road/Enduro e do Mountain Bike no Pico da Ibituruna.</p> <p>GOVERNO: <u>federal</u> (Ministério do Turismo - Programa Aventura Segura que atua na estruturação, qualificação, certificação e fortalecimento do turismo de aventura e ecoturismo no país desde 2006); <u>municipal</u> (percebido mais como ausência, pela falta de um Plano de Manejo da APA, o que determinaria os limites para o uso do ambiente sem prejuízos à sua conservação).</p> <p>SOCIEDADE: <u>segmentos produtivos</u> (empresas que comercializam itens para a prática de ciclismo, no caso do grupo que pratica o Mountain Bike); <u>grupos sociais</u> (residentes do pico, grupos de praticantes de Motociclismo Off-Road e do Mountain Bike).</p> <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - processo contínuo de apropriação e uso desordenado do ambiente; - as práticas esportivas podem contribuir para a descaracterização do ambiente natural;
<p>Análise das interações no modelo proposto:</p> 					

		<ul style="list-style-type: none">- há uma carência em relação aos saberes sobre questões ambientais;- é necessário o desenvolvimento de um processo contínuo de educação para o uso racional e consciente dos recursos naturais existentes.
--	--	---

ANEXOS

ANEXO A – MAPA DOS BAIRROS DA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES.



ANEXO B – MAPA DOS DISTRITOS DA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES.

